

Subsecretaria de Atualizações
S. F.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXII — Nº 011

QUARTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1977

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 12ª SESSÃO, EM 15 DE MARÇO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

De agradecimento de comunicação relativa à escolha de autoridade:

Nº 50/77 (nº 64/77, na origem), referente à escolha do Sr. Jorge de Carvalho e Silva, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Nº 51/77 (nº 65/77, na origem), referente à escolha do Sr. Tenente-Brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

1.2.2 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

— Projeto de Lei da Câmara nº 107/76 (nº 2.685-B/76, na Casa de origem), que dispõe sobre a doação do Hospital Hermílio Amorim, e dá outras providências. (Redação final.)

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

— Recebimento das Mensagens nºs 48 e 49/77, pelas quais o Senhor Presidente da República submete ao Senado propostas do Sr. Ministro de Estado da Fazenda para que os Governos dos Estados do Pará e de Minas Gerais sejam autorizados a elevar, temporariamente, os parâmetros fixados pelo art. 2º da Resolução nº 62/75, alterada pela Resolução nº 93/76, do Senado, e possam realizar operações de crédito, para os fins que especifica.

1.2.4 — Requerimentos

Nº 17/77, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando a constituição de Comissão Especial destinada ao exame

do estímulo fiscal conhecido como "Fundo 157" e os Fundos de Investimentos.

Nº 18/77, de autoria do Sr. Senador Daniel Krieger, solicitando que tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nº 264/76 e nº 1/77, da Câmara.

Nº 19/77, de autoria do Sr. Senador Daniel Krieger, solicitando que tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 190/75 e 91/76.

Nº 20/77, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia do Sr. Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras — AMAN, General Sylvio Octávio do Espírito Santo, lida durante as solenidades da Declaração de Aspirantes da Turma "31 de Março".

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR EURICO REZENDE, como Líder — Saudação ao Presidente Geisel pelo transcurso do 3º aniversário de seu Governo.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — 3º aniversário da administração do Presidente Ernesto Geisel.

SENADOR NELSON CARNEIRO — A importância do diálogo para o encontro das grandes soluções políticas.

1.2.6 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 19/77, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que estipula prazo para a conclusão de inquérito relativo a apuração de falta grave do empregado estável.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 3/77, do Sr. Senador Lourival Baptista e outros Srs. Senadores, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel e pelo Ministro Ângelo Calmon de Sá, no dia 9 de fevereiro de 1977. *Aprovado.*

— Projeto de Lei do Senado nº 203/75-Complementar, do Sr. Senador Alexandre Costa, que isenta do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias todas as operações interestaduais que destinem quaisquer produtos aos 5 (cinco) Estados de menor renda **per capita** do Nordeste, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Rejeitado**. Ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 93/75, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que obriga as empresas do Distrito Federal, que comerciam no ramo de carros novos e usados, a terem locais privativos de estacionamento, e dá outras providências. **Discussão adiada** para a sessão do dia 14 de abril de 1977, nos termos do Requerimento nº 21/77.

— Projeto de Lei do Senado nº 163/76, do Sr. Senador Amaral Peixoto, que dá nova denominação ao Instituto de Medicina Legal do Distrito Federal. **Discussão adiada** para a sessão do dia 14-4-77, nos termos do Requerimento nº 22/77.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR EVANDRO CARREIRA — Tomada de uma posição mística como idéia-força para se antepor à avalanche comunista.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Apreensão da zona norte do Estado do Ceará, diante de decisão da Rede Ferroviária Federal suprimindo o ramal Camocim—Sobral.

SENADOR ARNON DE MELLO — Agradecimento aos representantes do Município de Araxá—MG, pela concessão a S. Exº do título de “Cidadão Honorário” daquele Município.

SENADOR EVELÁSIO VIEIRA — Problema educacional brasileiro.

SENADOR DINARTE MARIZ — Transcurso do 3º aniversário do Governo do Presidente Geisel. Artigo do Jornalista Austregésilo de Athayde, publicado no **Correio Braziliense**, edição de hoje, sob o título “Grande mestra da vida”, no qual focaliza a sábia política inglesa.

SENADOR JOSÉ LINDOSO — Nomeação do Professor Otávio Hamilton Mourão para Reitor da Universidade do Amazonas. Serviços prestados ao Estado pelo ex-Reitor, Professor Aderson Dutra.

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Relatório-Geral da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da cidade do Rio de Janeiro, relativo ao ano de 1976.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 13ª SESSÃO, EM 15 DE MARÇO DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.2 — ORDEM DO DIA

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 2/77 (nº 20/77, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Sérgio Luiz Portella de Aguiar, Embaixador do Brasil junto ao Domínio de Trinidad-Tobago, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto a Granada. **Apreciado em sessão secreta**.

2.3 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR NELSON CARNEIRO — Reajustamento dos vencimentos de médicos e dentistas dos hospitais cariocas e postos de saúde, como medida de melhorar o atendimento médico-hospitalar da população.

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Reivindicações do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda—RJ, formuladas ao Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, por ocasião de sua visita àquele sindicato.

2.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

3 — CONSULTORIA GERAL

— Informação nº 1, de 1977.

— Pareceres nºs 5 e 6, de 1977.

4 — MESA DIRETORA

5 — LIDERES E VICE-LIDERES DE PARTIDOS

ATA DA 12ª SESSÃO, EM 15 DE MARÇO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA, JOSÉ LINDOSO E AMARAL PEIXOTO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvécio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Arnon de Mello — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Eurico Rezende — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação relativa à escolha de autoridade:

Nº 50/77 (nº 64/77, na origem), de 11 do corrente, referente à escolha do Senhor Jorge de Carvalho e Silva, Ministro de Primeira

Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Nº 51/77 (nº 65/77, na origem), de 11 do corrente, referente à escolha do Senhor Tenente-Brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

PARECER

PARECER Nº 16, DE 1977 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1976 (nº 2.685-B/76, na Casa de origem).

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1976 (nº 2.685-B/76, na Casa de origem), que dispõe sobre a doação do Hospital Hermínio Amorim, e dá outras providências.

Sala das Comissões, em 15 de março de 1977. — **Adalberto Sena**, Presidente — **Saldanha Derzi**, Relator — **Helvídio Nunes**.

ANEXO AO PARECER Nº 16, DE 1977

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1976 (nº 2.685-B/76, na Casa de origem), que dispõe sobre a doação do Hospital Hermínio Amorim, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É a União autorizada a doar à Grande Loja de Minas Gerais, a fim de dar continuidade aos respectivos serviços e ampliar o atendimento aos que dele necessitarem, o acervo patrimonial do Hospital Hermínio Amorim, da extinta Estrada de Ferro Bahia e Minas, situado no Município de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais, constituído de terreno, benfeitorias, instalações e material hospitalar.

Art. 2º O terreno, a que se refere o artigo anterior, tem as seguintes características e dimensões: área de 25.000,00 m² (vinte e cinco mil metros quadrados), começando do marco nº 1 na confluência das ruas Adib E. Cadar até o marco nº 2, situado na esquina da rua Otávio Otoni. Deste ponto à esquerda, margeando a rua Otávio Otoni, segue numa distância de 135,00 m (cento e trinta e cinco metros), até encontrar o antigo leito da Rede Ferroviária, onde existe o marco nº 3; deste ponto, atravessando o leito da referida rede, uma distância de 30,00 m (trinta metros), até a praça Antônio Carlos, onde se encontra o marco nº 4; deste ponto, à esquerda, segue uma distância de 135,00 m (cento e trinta e cinco metros) até o marco nº 5, sempre divisando com a praça Antônio Carlos; daí, à esquerda, numa distância de 15,00 m (quinze metros), até o marco nº 6; daí, à direita, segue numa distância de 135,00 m (cento e trinta e cinco metros), até o marco nº 7, divisando com as instalações da CASEMG e a estrada que margeia o antigo leito da ferrovia; deste ponto segue à esquerda numa distância de 24,00 m (vinte e quatro metros), até o marco nº 8, situado na fralda do morro, atravessando o antigo leito da ferrovia; deste ponto segue, à esquerda, numa distância de 105,00 m (cento e cinco metros), até o marco nº 9, divisando com terrenos de terceiros; deste ponto segue, à direita, numa distância de 154,00 m (cento e cinqüenta e quatro metros), até encontrar o marco inicial nº 1, situado na confluência das ruas Ari Graça e Adib E. Cadar.

Art. 3º A doação de que trata esta lei efetivar-se-á mediante contrato a ser lavrado em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União e se tornará nula, com a reversão do imóvel, sem direito a indenização de qualquer espécie, se ocorrer inadimplemento de cláusula do referido contrato.

Art. 4º A Rede Ferroviária Federal S.A. tomará imediatas providências quanto ao disposto no art. 2º do Decreto nº 61.525, de 13 de outubro de 1967, como decorrência da presente doação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Através da Mensagem nº 2, de 1977, o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Sérgio Luiz Portella de Aguiar, Embaixador do Brasil junto ao Domínio de Trinidad-Tobago, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto a Granada.

Para a apreciação da matéria, a Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A Presidência recebeu as Mensagens nºs. 48 e 49, de 1977, de 14 do corrente, pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 42, item VI, da Constituição, submete ao Senado propostas do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que os Governos dos Estados do Pará e de Minas Gerais sejam autorizados a elevar, temporariamente, os parâmetros fixados pelo art. 2º da Resolução 62/75, alterada pela Resolução nº 93, de 1976, desta Casa, e possam realizar operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 17, DE 1977

Senhor Presidente:

Requeiro de Vossa Excelência, na forma regimental, seja constituída Comissão Especial destinada ao exame do estímulo fiscal conhecido como "Fundo 157" e os Fundos de Investimentos.

A Comissão deverá ser composta de sete membros e terá o prazo de 180 dias para a conclusão de seu trabalho.

Justificação

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento do mercado de capitais, o Governo instituiu a figura dos fundos de investimentos, que logo passaram a ser identificados como Fundo 157 e Fundo de Investimento.

Esses fundos de investimentos são alimentados por recursos provenientes de parte dos rendimentos das pessoas físicas sujeitas ao pagamento sobre a renda.

Desde que foram constituídos, esses mesmos fundos lograram atrair importâncias substanciais em dinheiro, oriundo da poupança popular, que deveria ser empregado no mercado de capitais.

O sistema, embora imaginoso e teoricamente concreto, não tem produzido os efeitos desejados.

Assim é que:

1 — embora gestores de recursos pertencentes aos investidores privados, poucos são os fundos dessa espécie que prestam contas regulares da sua atividade financeira;

2 — os poucos fundos que prestam contas aos seus participantes, apresentam, invariavelmente, resultados negativos, com as respectivas quotas em constante baixa;

3 — os titulares das quotas, à época do retorno do investimento, jamais conseguem saber dos gestores a exata posição de suas contas (se é que tais contas são elaboradas).

Esses fatos acabaram por gerar absoluto descrédito dos eventuais investidores nos fundos de que tratamos. Nos últimos exercícios fiscais vem caindo verticalmente o volume de aplicações, por parte dos contribuintes do imposto de renda. De fato, inumeráveis são aqueles que acham mais seguro "investir no Governo", através do pagamento integral do imposto, sem o abatimento que lhes é facultado.

Cumpre, portanto, examinarmos as causas reais dessa danosa situação e propor as medidas necessárias ao seu saneamento.

A tanto deverá dedicar-se a Comissão Especial que estamos requerendo seja constituída.

Sala das Sessões, 15 de março de 1977. — **Nelson Carneiro.**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — De acordo com o disposto do § 2º do art. 76 do Regimento Interno, o requerimento será despachado à comissão pertinente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 18, DE 1977

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno requeiro que tenham tramitação em conjunto os seguintes projetos:

— Projeto de Lei do Senado nº 264/76 e

— Projeto de Lei da Câmara nº 001/77

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977. — **Daniel Krieger**, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTO Nº 19, DE 1977

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno, requeiro tenham tramitação em conjunto os seguintes projetos:

— Projetos de Lei do Senado nºs 190/75 e 91/76

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977. — **Daniel Krieger**, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Após publicados, os requerimentos serão incluídos na Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 20, DE 1977

Senhor Presidente,

Requeiro na forma regimental, a transcrição nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia do Senhor Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras — AMAN, General Sylvio Octávio do Espírito Santo, lida durante as solenidades da Declaração de Aspirantes da Turma “31 de Março”, em 14 de dezembro de 1976.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977. — **Vasconcelos Torres.**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O requerimento lido será submetido ao exame da Comissão Diretora.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eurico Rezende, como Líder.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Desejo, em nome do sentimento, da consciência e dos deveres de companheirismo da Bancada da ARENA, dirigir a efusão e a sinceridade da nossa saudação ao eminente Presidente Ernesto Geisel, que, neste dia, vê transcorrer o terceiro aniversário do seu Governo.

A efeméride reflete, sem dúvida alguma, o respeito, a fé, o louvor e a esperança de todo o povo brasileiro, que se habituou a contemplar, na atual Administração, inobstante a cota de sacrifícios reprodutivos e de dificuldades que têm as suas raízes adentradas no comportamento da economia externa, um instrumento vigoroso a serviço da solução dos nossos problemas, procurando realizar o bem comum, e nisto correspondendo à desvanecedora confiança geral.

Podemos afirmar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, sem receio de contestação, que se encontra à frente dos destinos do País um estadista extremamente sensível, hermeticamente leal, em termos de cumprimento de dever para com a Nação.

Quero, aqui, embora sucintamente, destacar algumas horas altas deste Governo que, inspirado nos princípios permanentes do Movimento Revolucionário de 1964 vem, com sensibilidade, com patriotismo e com humanismo, enfrentando um período, sem dúvida, difícil, mas onde se retemperam as suas energias. E assim, na alternação dos dias e das noites, embora tendo em vista fatores evidentemente proclamados, os resultados da ação governamental não se situam na dimensão da vontade; significam, porém, o resultado máximo que foi possível.

A política de Sua Excelência, em todos os setores da atividade nacional, se vem desenvolvendo de um modo colegiado, através de uma equipe governamental a acionar todos os mecanismos de uma Assessoria lúcida, constante, leal e patriótica. Para esta equipe ministerial, também, a nossa homenagem e o nosso reconhecimento neste dia.

Sr. Presidente, de há muito, voltou a figurar, e tornou-se insurreta nos grandes documentos oficiais deste País, a linguagem da franqueza e da lealdade.

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Permite V. Ex^e um aparte, Senador Eurico Rezende?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Ouço V. Ex^e

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Acho que não sou inconveniente, interrompendo, de início, as palavras de V. Ex^e, nosso emblemático Líder, para ressaltar que V. Ex^e não expressa somente um sentimento pessoal nem partidário, mas sobretudo o pensamento da Nação inteira, que reconhece, no Presidente Geisel, as suas grandes virtudes de estadista: integridade, inteligência e espírito público, virtudes essas refletidas no seu Governo de trabalho, de grandes desafios. O Presidente tem marcado estes três anos, que, como disse V. Ex^e, são de grandes dificuldades, por grandes realizações e, sobretudo por uma coragem de decidir e pelo seu empenho para que o processo de desenvolvimento econômico, com a grande sensibilidade social que ele tem, seja voltado para ser mais humano, mais sábio e menos injusto. Muito obrigado a V. Ex^e

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Agradeço a manifestação de V. Ex^e.

Mas, Sr. Presidente, aquela linguagem, que antes era vazada em termos de otimismo exagerado, de afirmações e promessas, de júbilos e de entusiasmos que nem sempre encontravam respaldo na realidade dos fatos, passou, nestes últimos anos, a ser substituída pela palavra do equilíbrio, da franqueza e, por via de consequência, da verdade.

Recruto, na Mensagem de 1976, pertinente ao ano anterior, este tópico:

“1975, não foi um ano fácil para o Brasil... 1976 será um ano difícil também, mas... temos todas as condições para enfrentar as dificuldades e, a despeito delas, alcançar ainda significativa marca de crescimento da economia.”

Estas palavras, Sr. Presidente, de uma previsão inspirada na maturidade e seriedade, confirmaram-se plenamente, durante 1976, a ponto de Sua Excelência, no último documento inaugural desta Sessão Legislativa, recentemente lido, advertir:

“Éxitos sucessivos, dirão os otimistas; fracasso continuado, proclamarão os pessimistas. De fato, nem uma coisa nem outra.”

Este tópico, fora de qualquer contestação, coloca o problema e o esforço brasileiro na sua medida adequada. Nem a alegria esfuzante de nossa parte, nem o pessimismo proclamado da nobre Oposição. É o realismo, que procura, a toda carga, pelos recursos, às vezes limitado, de que dispõe a Administração Pública, tirar o Brasil de algumas fases de assentamento na incerteza das areias movediças, para procurar, de dificuldade em dificuldade, de estudo em estudo, ir resolvendo, gradativamente, aqueles problemas, em todos os ângulos

da atividade nacional. Se confrontarmos, Sr. Presidente, a afirmativa do honrado Presidente Ernesto Geisel de que, apesar das dificuldades, a maioria delas coagidas pela hierarquia de fatores internacionais, portanto independentes da nossa vontade, com o quadro de realizações e conquistas de 1976, chegaremos à conclusão tranquila de que houve a vinculação da verdadeira previsão entre o ato anunciado e o fato conquistado.

Assim, dentro da Mensagem de 1977, obviamente incidente sobre o comportamento nacional de 1976, podemos apontar, à guisa de homenagem pelo auspicioso dia de hoje, estes dados concretos: o Produto Interno Bruto cresceu 8,8%; a renda **per capita** passou de 1.100 dólares, o que refletiu um aumento de cerca de 6% — é certo que a nossa dívida externa aumentou em 6 bilhões de dólares, em comparação com o montante de 1975, mas é igualmente certo que as reservas de nossas divisas se elevaram a 6 bilhões e 500 milhões de dólares. Com isso reduziu-se, sensivelmente, a dívida externa, considerada em termos líquidos; as exportações ultrapassaram em 17% o valor de 1975, alcançando mais de 10 bilhões de dólares; as importações conservaram o mesmo nível de 1975, o que contribuiu para a expressiva redução do **deficit** de nossa balança comercial; os índices da inflação subiram, mas, a partir do último trimestre de 1976, as medidas de contenção e de redução já começavam a oferecer resultados positivos; o mercado de trabalho cresceu expressivamente. A este respeito, os grandes órgãos de divulgação nacional têm apontado o fato como uma grande conquista governamental. E essa conquista é tanto mais expressiva e é tão mais sensível à consciência do Presidente Ernesto Geisel, quando se tem em vista que uma das metas principais, e podemos dizer mesmo prioritárias do Governo de Sua Excelência, é o seu corajoso Programa Social. Houve **superavit** na execução financeira, o que reflete uma política segura de gastos nos setores burocráticos do Poder Público. Foram elevados os investimentos nos setores estatais e mistos, dando-se ênfase às áreas de insumos básicos, bens de capital e infra-estrutura. Esse fato, esse mecanismo, esse comportamento governamental assegurou o caráter continuado da expansão da nossa produção.

Assim, Sr. Presidente, foram superadas as previsões de 1975.

Tudo aquilo que o eminente Presidente Ernesto Geisel estabeleceu em termos de previsão, previsão realista, com a atenção debruçada sobre os penosos fatores internacionais decorrentes dos aumentos dinâmicos do preço do petróleo, com a atenção voltada para as dificuldades reinantes também nos Estados Unidos da América, cujo entrelaçamento econômico com o Brasil tem sido fator importante, com o exame da situação brasileira, caracterizada pela acumulação de erros centenários, tudo isso, num mundo cheio de perplexidade e complexidade, fez com que Sua Excelência estabelecesse aquela previsão de maneira real, séria e honesta. E a previsão, Sr. Presidente, se transformou, não numa realidade brilhante que o Chefe do Governo não proclamava, mas na realidade assentada no máximo que foi possível, vale dizer, o Governo brasileiro conseguiu, no mínimo, o máximo que era possível alcançar.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Permite V. Ex^ª um aparte?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Ouço V. Ex^ª eminentíssimo Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Nobre Senador Eurico Rezende, vejo que V. Ex^ª está formalizando, um panegírico ao Governo atual, mostrando que o Presidente da República se houve com acerto quando escolheu o nobre colega para a sua Liderança. No discurso de hoje, cujos termos somente estou ouvindo a partir do meio, porque não tive a sorte de chegar no início desta sessão, V. Ex^ª está mostrando através dos adjetivos grandiloquentes, o acerto de sua escolha como porta-voz, nesta Casa, para dar projeção às medidas do Governo. Entretanto, gostaria que V. Ex^ª se ativesse a pontos mais fundamentais, que deveriam preocupar o Governo: o esmagamento do pequeno, o valor específico do salário mínimo. Quando V. Ex^ª diz que a renda **per capita** alcança esses índices, con-

venha-se que são índices apenas aritméticos, porque, na realidade, 50% da população, ou mais do que isto, está vivendo à custa de um salário mínimo esmagante, insuportável. O País vive hoje de lápis na mão, mostrando que o salário mínimo não assegura a um pai-de-família condições para viver sequer tendo, por dia, um pão e um café pequeno. Na realidade o salário não basta para atender sequer ao problema da sobrevivência. Então, é isto que nós do Partido da Oposição reclamamos do Governo — uma atenção para a grande maioria dos brasileiros. Não se constrói um País, por mais esforço ou boa vontade que se tenha, sem que se leve em consideração os marginalizados, os mais frágeis, os menores. São estes anseios que não estão sendo atendidos. Com V. Ex^ª concordam os grandes empresários nacionais, as grandes firmas e até as multinacionais, aquelas que estão tendo grandes resultados, mas a grande maioria do povo brasileiro está sufocada e marginalizada, a despeito do seu esforço, do seu trabalho e da sua vontade de servir, limitada e afastada por um salário mínimo que constitui uma camisa-de-força. É um empobrecimento permanente, progressivo, constante. De forma que, se esta outra parte pudesse ser considerada por V. Ex^ª, aí, sim, o País o ouviria com mais atenção. Quais são as metas do Governo para esses marginalizados, para esses que estão cada vez mais se afavelando, tangidos dos campos e das cidades, fazendo com que o País seja, dentre todos, uma das nações extremamente pobres no que diz respeito à divisão da sua renda, do seu resultado nacional.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Agradeço o aparte de V. Ex^ª, e vejo nele uma homenagem que o nobre colega presta ao eminentíssimo Presidente Ernesto Geisel...

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Fazendo soar a campainha.) — Peço ao ilustre Líder que ultime sua oração, porque o seu tempo está findo.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Peço a V. Ex^ª licença para responder ao aparte e, em seguida, fazer outras ligeiras considerações, e encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Que não exceda cinco minutos, peço a V. Ex^ª

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Dizia, Sr. Presidente, que o ilustre Senador Leite Chaves acaba de prestar homenagem ao Presidente Ernesto Geisel. E posso aqui também render as homenagens a S. Ex^ª

O Presidente Geisel, de modo geral, com ligeiras exceções quanto a aspectos possivelmente fácciosos, está de acordo com S. Ex^ª o Sr. Senador Leite Chaves em número, gênero e grau, porque, realmente, há muito sofrimento no Brasil, os salários não dão para compor um orçamento doméstico capaz de causar, de determinar um bem-estar completo, mas Sua Excelência o Senhor Presidente da República tem melhorado a situação do trabalhador brasileiro, e ninguém pode negar que, no campo da assistência social e da previdência social, este Governo vem carreando para o trabalhador benefícios e conquistas sucessivos.

Quanto às dificuldades, estas são confessadas pelo próprio Presidente Ernesto Geisel. De modo que, o que V. Ex^ª está fazendo, é repetir o que o eminente Presidente Geisel tem dito, que há longas faixas da população brasileira ainda organizadas daqueles recursos compatíveis com suas necessidades.

Mas, creio que V. Ex^ª, ainda, quando estiver mais avançado em anos, há de verificar que grande parte desses problemas, agora enfocados por V. Ex^ª, foram resolvidos pelo honrado Presidente Ernesto Geisel.

Mas, Sr. Presidente, desejo aqui mencionar um elenco de realizações que devem ser destacadas:

- maiores facilidades da casa própria pelo BNH;
- grande renovação e conquistas na área da Previdência Social, com a extensão de benefícios a novas faixas da população;

- o crédito educativo;
- ampliação do mercado de matrícula no ensino de primeiro e segundo Graus;
- campanha de saúde pública;
- melhorias das condições de segurança de trabalho;
- programas de treinamento profissional, inclusive na zona rural;
- implantação quase completa de classificação de cargos, reduzindo-se a tarefa à correção de distorções;
- a grande vitória da diplomacia brasileira, em 1975, com a assinatura do acordo com a República Federal da Alemanha, visando ao desenvolvimento da energia nuclear, além de importantes atos chancelados com as Repúblicas do Paraguai, Uruguai e Bolívia, de permeio com o estreitamento das relações de entendimento com as nações africanas;
- iniciativas e projetos de interesse social foram financiados pelo FAS (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social) totalizando recursos da ordem de treze e meio bilhões de cruzeiros;
- cerca de 200 centros sociais urbanos estão sendo implantados em várias regiões do País, dispendendo-se, no setor, 870 milhões de cruzeiros;
- as grandes obras metrôviárias do Rio e São Paulo estão sendo impulsionadas;
- Reforma Judiciária, procurando-se a modernização da Justiça para que ela possa ter um desempenho em consonância com os altos interesses nacionais. Com essa iniciativa o Senhor Presidente da República demonstrou, desde o início, a sua grande preocupação com os Direitos Humanos. Via de regra, tutelados pela dignidade e pela imparcialidade do Poder Judiciário;
- 1977 será um ano de prosseguimento da ênfase ao programa social que não será atingido pelas medidas de contenção de gastos.

Com estas palavras, Sr. Presidente, confio em que o patriotismo, o espírito público, o dinamismo, a honradez do eminente Chefe da Nação, ajudado pela sua equipe governamental, sustentado pelo Partido Político do qual é Líder e com a compreensão e o espírito público da nobre Oposição, levará este País ao amanhecer, ao grande amanhecer dos seus esforços e das suas recompensas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As palavras que foram proferidas pelo nosso ilustre Líder, Senador Eurico Rezende, exprimiram com convicção e sinceridade o regozijo da maioria desta Casa, pela comemoração do terceiro aniversário do Governo do eminente Presidente Ernesto Geisel.

A elas desejo trazer, não apenas o meu apoio e integral solidariedade mas, também, a expressão do meu pensamento sobre a significação dessa nova etapa governamental vencida pelo quarto Governo da Revolução de Março de 1964.

Sr. Presidente, decorrido um ano do dia em que ocupei esta tribuna para assinalar o transcurso do segundo aniversário da atual administração federal, tenho a tranquilidade de consciência de poder a ela retornar, hoje, para emitir os mesmos conceitos da vez anterior e manifestar a mesma fé na ação governamental, neste terceiro ano do governo do honrado e eminente Presidente Ernesto Geisel.

Neste último ano, as dificuldades que em março de 1976 já eram possíveis de serem previstas, acentuaram-se. Cresceram os desafios representados pelo incremento inflacionário, e nova elevação nos preços do petróleo com o agravamento dos problemas da balança comercial. Mas o País pôde, mais uma vez, enfrentar essas adversidades com galhardia, não abalada a confiança do povo na ação do

Governo, o que tão bem ficou evidenciado pelos estudantes das eleições municipais de 1976 que, se representaram vitória da ARENA, significaram, de outro lado, um pronunciamento popular de apoio ao grande Presidente Ernesto Geisel.

No ano passado, congratulei-me com o eminente Presidente Ernesto Geisel, afirmando que Sua Excelência se mostrava "o timoneiro seguro e certo para os difíceis e complexos dias que vivemos", frisando que "se sua cota de sacrifício pessoal tem sido inavaliável, há a recompensa imensa de ver o País rumando firme para a conquista definitiva de seu futuro, o que, estou certo, o confortará de todas as atribulações".

Esses conceitos são inteiramente válidos para hoje.

Os últimos meses têm sido de problemas e dificuldades imensas. Não tenho dúvida nem hesito em dizer que este é um Governo que Deus quis arcasse com problemas e dificuldades como jamais outro de nossa história teve que enfrentar.

A conjuntura internacional continua a criar-nos embaraços grandes. Os reflexos dela fazem-se sentir na vida do nosso País, em todos os setores, desde o econômico-financeiro ao político-social. O chefe do Governo, contudo, mantém-se firme. Não teme a luta nem as dificuldades. Age como homem responsável que é, adotando, corajosamente, as medidas reclamadas pelo momento difícil que vivemos, dando de si todo esforço e dedicação às causas do País.

Ainda, há dias vimos Sua Excelência, sem dúvida num raro instante de satisfação, adiar indefinidamente a aplicação do "recolhimento restituível" sobre a gasolina, medida que foi possível adotar face aos resultados positivos de outras providências postas em vigor pelo Governo, visando à redução de gastos petrolíferos. Representando nesta Casa o Estado de Sergipe, não poderia silenciar sobre a decisão tomada em torno do potássio, que, estou certo, permitirá, em definitivo, a exploração e industrialização dessa vasta riqueza sergipana.

Sr. Presidente, mais do que no ano passado, vemos e sentimos, hoje, o ônus gigantesco com que vem arcando o Presidente Ernesto Geisel. Vivemos momento de viva expectativa, inclusive sob o delicado aspecto político-institucional. Decisões de profunda repercussão foram, recentemente, tomadas pelo eminente Chefe do Governo, no campo da política internacional. Todas logrando o apoio da Nação, unida na defesa de sua soberania.

E, está claro, deliberações outras, igualmente sérias e graves, terão que ser adotadas no plano interno. Tudo para confirmação do que disse acima, de que este é um Governo decidido a enfrentar problemas e situações as mais difíceis, cumprindo a relevante missão que a história lhe reservou.

Fácil é avaliar o volume das responsabilidades que recaem sobre o General Ernesto Geisel, forçado a enfrentar problemas e dificuldades de toda espécie, oriundas de um contexto internacional agitado, confuso e não raro desfavorável a nós. E o mesmo se dando no plano interno, com o compromisso que, espontaneamente, assumiu de conduzir-nos, quaisquer que fossem as tempestades, a porto seguro.

Sr. Presidente, formulamos, de coração, votos para que Deus inspire e dê forças ao eminente Presidente Ernesto Geisel, a fim de que a tudo enfrente, dando soluções certas aos nossos problemas pelas alternativas que importem em menos sacrifícios para o povo brasileiro e que abram perspectivas reais para o futuro do Brasil, que há de ser grandioso e livre, pois a isso está o País destinado por suas potencialidades e por seu povo.

Na data de hoje, em que transcorre o terceiro aniversário do Governo, expresso, desta tribuna, meus votos de congratulações ao Senhor Presidente Ernesto Geisel, e formulou preces para que Sua Excelência, bem como todo o seu Ministério, se mantenha firme no timão, como até agora, para o bem deste País, na certeza de que, assim procedendo, terá o reconhecimento da história à qual passará como um dos maiores estadistas que já governaram o Brasil! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A razão, Sr. Presidente, está a meu ver, já o disse desta tribuna, com Latino Coelho. Não se contesta que de todas as artes e mais bela e a mais difícil é a da palavra. Não fora ela, e os homens não se entenderiam. Dir-se-á que os mudos se entendem e não falam. Falam sim, e os sinais que trocam constróem palavras, que, juntas, são frases. E se, no reino das maravilhas, os animais falam, seus arrulhos, grunhidos e zurrões são meios de expressão, são palavras.

Vou ao Gênesis, em busca da primeira palavra. E leio: — "No princípio criou Deus os céus e a terra. E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas. E disse Deus: — Haja luz, e houve luz". O homem ainda não fora criado, e a palavra já existia. E que palavra! Haja luz! Tantos séculos decorridos, cento e dez milhões de habitantes esperam que outra vez se diga: — Haja luz! Então todos os temores se diluem, todas as indagações encontram resposta, todos os corações se aliviam. Não será preciso que essa palavra mágica venha dos céus. Todos os ouvidos vivem ansiosos para escutá-la, dita por ilustre ocupante do Palácio do Planalto. O mundo político está vazio e sem forma, e há trevas sobre a face do abismo. A palavra de compreensão, de harmonia, de claridade, florescerá entre os homens, vitalizará os Partidos, tranquilizará a alma nacional. Haja luz!

Deus falava e o caos obedecia. E ninguém mais o ouvia, salvo se terra, céus e águas têm ouvidos para entender Deus, como os que amam, na frase de Bilac, entendem as estrelas. Ainda não era um diálogo, era um monólogo. Mas a força da palavra resultava tão poderosa que as águas se ajuntaram, e na terra seca nasceu a "erva verde, erva que dê semente, árvore frutífera segundo a sua espécie. E só então "viu Deus que era bom".

Foi com o primeiro homem e com a primeira mulher que Deus quis iniciar um diálogo, que o Velho Testamento não registra: — "E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: — Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre todo animal que se move sobre a terra". E disse muito mais. Adão e Eva ouviram, apenas ouviram. Não encontro notícia de que hajam, naquele encontro inicial, articulado uma só palavra. Também não existe registro nos livros sagrados do que teria Eva respondido à serpente, quando esta a aconselhou a provar o fruto proibido. Há apenas a decisão de Eva. De qualquer sorte, depois da palavra de Deus, quem primeiro falou no mundo foi a serpente. E há quem diga que os bichos nunca falaram ...

O diálogo nasceu com o pecado original. Pela primeira vez, duas, três vozes se ouviram. Deus, indagando, condenando. Adão, desculpando-se, atirando sobre Eva a responsabilidade: — "A mulher que me deste por companheira, ela me deu da árvore, e comi". E, à interpelação divina, Eva também descartou a iniciativa: — "A serpente me enganou, e eu comi".

Daí por diante, falou-se muito no mundo, numa mesma língua. É ainda do Gênesis: — "Era toda terra de uma mesma língua, e duma mesma fala." E para que os nescios não continuassem a alimentar o sonho de construir uma cidade e uma torre que tocasse os céus, Deus os espalhou e confundiu as línguas. Mas nem por isso cessou o diálogo, a conversa, o entendimento entre os homens, através dos céus. E é a exaltação desse diálogo, dessa conversa, desse entendimento, que me parece oportuno fazer, em instante tão agitado da vida nacional.

Conversar não pressupõe necessariamente aceitar o que um propõe. Exemplo melhor não encontro do que a dramática conversa de Luís XIII com o Cardeal Richelieu, quando os espanhóis chegavam quase aos subúrbios de Paris. É Wedgwood quem descreve: "A cidade estava em pânico. Os refugiados já se dirigiam para o oeste. Luís reuniu seus pálidos conselheiros. Richelieu foi o primeiro a falar. Sua coragem e sangue frio o haviam desen-

tado também, e embora ele tivesse o tom habitual de comando, seu conselho foi desespero. O rei e a corte deveriam retirar-se imediatamente de Paris, disse ele. Era preciso colocar entre eles e os invasores o Sena, e fazer o possível para estabilizar a situação, depois de abandonar a capital. O cardeal sugeriu que Luís se colocasse numa posição defensiva ignominiosa, como nenhum rei francês adotara em relação a um invasor estrangeiro, desde que Joana d'Arc espulsa Charles VII de Chinon. Quando Richelieu terminou, Luís voltou-se para seus outros conselheiros, que concordavam com o cardeal. Pareciam que eram unâmes em abandonar Paris. Foi a hora do rei. A coragem teimosa da família Bourbon pode ter influído nele, ou um instinto político mais seguro do que o do cardeal, pelo menos naquele momento. Ou foi a força infinita do rei ungido, a certeza da missão e a consciência do dever? Pela única vez, em toda a sua demorada colaboração, Luís recusou o conselho do cardeal. Os gestos heróicos não eram de sua natureza. Falou sem emoção, secamente, com lógica, e bem. A deserção de Paris desmoralizaria o exército e o povo. Com brevidade e considerável discernimento militar, delineou o plano de ação de seus exércitos. Em seguida, pondo-se de pé, voltou-se para o jovem St. Simon, seu primeiro escudeiro, ordenando-lhe que preparasse tudo para sua partida para a frente, naquela mesma tarde". E Paris não caiu. Venceu, na conversa, o que tinha mais fé. O que melhor soube defender a causa que ambos tinham o dever de preservar. E assim será sempre, ontem como hoje, hoje como amanhã.

É certo que a conversa nem sempre termina em entendimento. Mas nenhum entendimento se concretiza sem a conversa. E, em política, mais do que em qualquer outro setor da atividade. Meu chefe Otávio Mangabeira dizia que política é conversa. E ninguém conversava mais do que ele, das primeiras horas da manhã às últimas da noite.

Só o fato de conversar é meio caminho andado para o entendimento. Mas conversava aos poucos, com um, com outro, com muitos. Tinha, para quem conversa, o dom de saber ouvir. E ouvir calado, enquanto o outro falava. (Muito bem!)

Mas certamente muitos Majores Siqueiras abusaram de sua paciente atenção, como o personagem de Quincas Borba, que mestre Machado de Assis descreve, quando apresentado a Rubião:

"A alma de Rubião bracejava debaixo deste aguaceiro de palavras; mas estava num beco sem saída por um lado nem por outro. Tudo muralhas. Nem uma porta aberta, nem um corredor, e a chuva a cair. Se pudesse olhar para as moças veria, ao menos, que era objeto de curiosidade de todas, principalmente da filha do major, D. Tonica; mas não podia; escutava, e o major chovia a cântaros."

Quando parecia que as hordas nazistas dominariam o mundo, reuniram-se, para uma conversa, Roosevelt, Churchill e Stalin. E essa conversa salvou o mundo democrático. Em suas memórias, o marechal Montgomery conta as numerosas vezes em que foi à procura de Eisenhofer, para, conversando, dissipar dúvidas e consertar planos na invasão da Normandia. Mas não há que esquecer o ensinamento da Imitação de Cristo: "Quando for permitido ou conveniente falar, fala de coisas edificantes. O mau costume e o descuido do nosso aproveitamento muito contribuem para o desmando da língua."

Alceu Vamosy imortalizou o diálogo de duas sombras errantes que se encontraram e, ao partir, já não eram tão sozinhas, porque, depois da conversa, a que seguia se confessava feliz por deixar uma saudade e por levar outra saudade. O portorriquenho Rafael Márquez conta como a vida replicou à morte, num gesto deslumbrante:

"En mi reino feliz ni se te nombra
Yo impongo mi poder en lo diverso
Y en mi altivez, que illena el Universo, tu estás bajo mis
pies como una alfombra!"

Ninguém mais do que Platão valorizou o diálogo.

Do filósofo grego escreveu Rafael W. Emerson: "Ele não teve esposa, não teve filhos, porém todos os pensadores de todas as nações civilizadas são sua posteridade e estão assinalados por seu pensamento".

Na recente História Política do País, a crise de 1961 foi debelada, ou ao menos adiada, mercê da conversa. Naquele domingo, durante um almoço com o Deputado Edgard Pereira, discutimos o rumo dos acontecimentos. Foi então que surgiu a hipótese de instituir-se o parlamentarismo, como solução política. Dali saí para a casa de Amaral Peixoto, Presidente do PSD, que logo se prontificou a conversar com Herbert Levi, Presidente da UDN, e que estava dirigindo-se para sua residência. De minha parte, fui ao encontro de San Tiago Dantas. Mais tarde, estive com Ranieri Mazzili, no Planalto. Todos desejavam, no primeiro momento, mas ninguém acreditava possível a solução. E todos colaboraram, em especial aquele magnífico Leite Neto, que tão cedo saiu das indecisões desta vida para a paz duradoura da eternidade. As conversas se sucederam. E o que era impossível foi tomando vizes de possibilidade. E, de conversa em conversa, se chegou a uma fórmula, que não foi melhor porque teve de atender às exigências das diversas correntes, sem as quais não haveria número para aprovar a emenda. Ao depor sobre os fatos, escrevi em setembro de 1961:

"A Nação parara à espera de uma atitude do Congresso Nacional. E essa espera, a cada hora, se tornava mais angustiosa. Combinei com Raul Pilla uma entrevista em sua residência, naquela noite. Levei comigo o presidencialista Munhoz da Rocha, um presidencialista tolerante e compreensivo. A conversa foi longa, cordial, mas o grande líder parlamentarista lutou pela pureza do sistema, o mais que pôde, enquanto Munhoz da Rocha e eu colocávamos o parlamentarismo à luz dos acontecimentos. E saímos confiados no alto espírito público do insigne apóstolo".

Há conversas e conversas. O certo é que conversa puxa conversa, e que, de tantas conversas alguma coisa há de resultar. O principal é cuidar das palavras. Já incorporei aos Anais o ensinamento de Milton Campos, que Jarbas Passarinho reproduziu na imprensa paulista: "Se eu fosse um dia chamado a governar o meu país, dizia um sábio, o meu primeiro cuidado seria elaborar uma lei sobre a significação das palavras".

Quem conversa está aberto ao debate. Se vai com o propósito de fazer prevalecer seus pontos de vista, não conversa, impõe, e não colhe proveito. Não tenhamos medo das conversas. A sabedoria popular diz que "conversando é que a gente se entende". Se afinal delas nada resultarem de positivo, ter-se-á, no máximo, perdido tempo. E o tempo, nesta imensa calmaria de Brasília, é sempre tanto, que muito mal não haveria, em princípio, que se usasse um punhado dele. Urge, porém, que tal não aconteça agora.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Permite V. Ex^o, um aparte?

O Sr. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ) — Com muito prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Ao ouvir, nobre Senador, esta apologia do diálogo que V. Ex^o faz em termos tão elevados, a ponto de sensibilizar profundamente toda a Casa, aproveitei para inserir no seu discurso o sentimento que me veio ao ler, hoje pela manhã, nos jornais, uma declaração do General José Pinto Rabelo, Comandante do I Exército que, segundo a publicação referida, conclamava todos os brasileiros a juntos procurarem achar soluções, soluções efetivamente brasileiras, nacionais, para todos os problemas: os políticos, econômicos e sociais. Se esta declaração do General Comandante do I Exército corresponde, efetivamente, a um ponto de vista e a um sentimento dominante no Governo, pela primeira vez, em muito tempo, estou vendo aquele amanhecer a que se

referia o Senador Eurico Rezende na parte final do seu discurso de hoje. Realmente é pelo diálogo, é pela conversa, é pelo debate honesto de todos os problemas em todos os campos, com a participação de todos os brasileiros, de todas as correntes de pensamentos que nascem no Brasil, que se podem encontrar as soluções que vêm ao encontro dos grandes interesses do nosso País. Eu me congratulo com V. Ex^o, como disse, pela apologia que faz do diálogo em termos tão elevados.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Permite V. Ex^o um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ) — Agradeço o aparte do nobre Senador Roberto Saturnino, que enriquece as modestas considerações que venho fazendo.

Com muita honra, concedo o aparte ao nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Agradeço e desejo dizer que V. Ex^o, até então, vinha fazendo uma explanação doutrinária sobre a necessidade e as virtudes do diálogo. Estava V. Ex^o nos inponderáveis da filosofia e o eminentíssimo Senador Roberto Saturnino convocou-o para a objetividade dos fatos nacionais. Realmente, li as declarações do Comandante do I Exército, o General José Pinto Rabelo, conclamando os políticos a encontrarem soluções em benefício do País: soluções econômicas, soluções sociais, soluções educacionais, soluções políticas. Quero dizer, porém, que este vem sendo o pensamento do eminentíssimo Presidente Geisel, desde o seu primeiro discurso. Houve, até, uma frase que penetrou profundamente na memória do País e vem sendo objeto de citações freqüentes nesta e na Casa congênere. É um apelo que o Senhor Presidente da República faz para a nossa imaginação criadora. Ora, reerutar os recursos da imaginação criadora não pressupõe monólogo: pressupõe diálogo, isto é, o Senhor Presidente da República, desde o início do seu Governo e em termos iterativos, vem apelando para que o mercado mental dos políticos encontre soluções, ou seja, que nós nos dedicemos ao diálogo. Verificamos, agora, um fato auspicioso: o ilustre Senador Petrônio Portella, Presidente do Congresso Nacional, e o honrado Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do Movimento Democrático Brasileiro, têm conversado, e todos nós temos esperanças de que esse diálogo surta os seus efeitos, e que cada um de nós — aqueles mais simpáticos ao Deputado Ulysses Guimarães — leve para ele suas idéias, e como, também, aqueles que forem mais simpáticos ao Senador Petrônio Portella que levem para ele suas idéias. De modo que absolutamente não somos contra o diálogo: pelo contrário, não aceitamos, em hipótese alguma, o divórcio mental das criaturas.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ) — O aparte de V. Ex^o apenas ilustra o modesto discurso que pronunciávamos. Realmente, num Parlamento em que existem apenas dois partidos, se um se recusasse à conversa não haveria diálogo. Portanto, V. Ex^o focaliza isso com propriedade; e é a exaltação dos diálogos, de todos os diálogos em todos os setores da vida, que procuro fazer nesta oportunidade.

Quanto mais cedo se concluam as conversas, melhor. Não tão poucos que impeçam o entendimento, mas não tantas que decepcionem aos que as acompanham e aos que dela participam. Acolhamos por isso mesmo, com simpatia as conversas. Sem elas, talvez nada se consiga. Com elas, alguma coisa se pode obter. Alguma coisa que sirva a todos, porque sirva à distensão, à democracia e ao País.

É preciso aguardar que outra vez se ouça a palavra que o povo brasileiro espera: "Haja luz!" (Muito bem! Palmas.)

COMARCEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Braga Junior — Domicílio Gondim — Paulo Guerra — Luiz Calvacante — Augusto Franco — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Fran-

co Montoro — Orestes Quérzia — Otto Lehmann — Lenoir Vargas — Otaír Becker — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 19, DE 1977

Estipula prazo para a conclusão de Inquérito relativo a apuração de falta grave do empregado estável.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O atual parágrafo único do art. 494 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, é substituído pelos dispositivos abaixo:

“Art. 494.

.....

§ 1º O inquérito a que se refere este artigo será processado em rito sumaríssimo, devendo estar concluído em 2 (dois) anos, no máximo, a contar da distribuição da inicial.

§ 2º Não concluído o inquérito no prazo previsto no parágrafo anterior, o empregador será obrigado a readmitir o empregado no cargo que ocupava ao ser suspenso, com os salários e demais vantagens devidas a partir dessa readmissão.”

Art. 2º O artigo 495 da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 495. Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, e não tendo ocorrido a hipótese do parágrafo 2º do artigo 494, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço e a pagar-lhe os salários e demais vantagens a que teria direito no período da suspensão.

Parágrafo único. Caso, por força do disposto no parágrafo 2º do artigo 494, o empregado já tenha sido readmitido, o empregador deverá efetuar o pagamento previsto no presente artigo, com referência ao período compreendido entre a data da distribuição da inicial do inquérito e a da readmissão.”

Art. 3º O disposto no parágrafo 1º do artigo 494 da CLT, se aplica aos inquéritos em andamento, que deverão estar concluídos no prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da vigência do presente diploma legal, sob pena de efetivar-se a readmissão a que se refere o parágrafo 2º do artigo 494 da CLT.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A fim de proteger os interesses do empregado estável, o artigo 494 da CLT determina que, somente depois de apurada em inquérito a prática de falta grave, será permitida a sua dispensa.

Mas o mesmo artigo admite a suspensão do empregado acusado, e permite a manutenção dessa medida preventiva até a decisão final do processo.

O retardamento dos feitos na Justiça do Trabalho — hoje infelizmente normal — somado às medidas protelatórias tomadas muitas vezes pelo empregador, fazem com que os inquéritos só sejam decididos, 3, 4 e até 5 anos após a sua instauração.

Desse modo, a medida de proteção ao trabalhador estável acabou por se transformar em risco permanente, pois qualquer falha na execução das tarefas dará ao patrão motivo para abrir inquérito e suspender-l-o indefinidamente. E, como a suspensão uma vez aplicada se torna irrevogável, o trabalhador acusado da prática de falta grave passará anos sem receber os salários e as demais vantagens do cargo.

E nem mesmo será tranquilo o seu ingresso noutra empresa, neste período, porquanto:

1) existem decisões dos tribunais trabalhistas afirmando que, ao subordinar-se hierarquicamente a outros patrões, o empregado libertaria a empresa anterior do ônus pecuniário do artigo 495 (pagamentos dos salários do período da suspensão, uma vez absolvido o trabalhador);

2) dificilmente obterá salário idêntico ao que vinha recebendo;

3) a própria consecução do emprego será problemática, pois as demais empresas receberão abrigar um trabalhador processado por falta grave e que, uma vez inocentado, deixará, por certo, o trabalho mais recente.

Faz-se necessário corrigir as falhas do instituto, no que se refere à demora — normal ou provocada — na decisão dos inquéritos.

O projeto ora apresentado visa, exatamente, a atenuar os efeitos da indefinida suspensão do empregado estável submetido à apuração judicial da prática de falta grave. Para tanto, substitui o atual parágrafo único do artigo 494 da CLT (que assegura a manutenção da medida preventiva até a decisão do inquérito), por dois novos dispositivos prevendo-se, respectivamente:

a) o processamento do inquérito em rito sumaríssimo e sua conclusão no prazo máximo de 2 anos, a contar da distribuição da inicial;

b) a obrigatoriedade readmissão do empregado suspenso, com o pagamento dos salários e vantagens vincendas, caso a apuração não esteja concluída no prazo anteriormente indicado.

Por outro lado, modifica-se o artigo 495 da mesma Consolidação, para deixar claro o procedimento do empregador na hipótese de absolvição do empregado, antes ou depois de vencido o prazo para conclusão do inquérito.

Finalmente, o artigo 3º da propositura manda aplicar o prazo para ultimação das providências de apuração da falta grave aos inquéritos em andamento, os quais deverão estar concluídos no prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da vigência da nova lei, sob pena de o empregador ser forçado a adotar as medidas previstas no parágrafo 2º do artigo 494 da CLT (readmissão do estável, com pagamento dos salários e demais vantagens a partir do retorno ao cargo).

A atenuação dos prejuízos causados pela suspensão preventiva, através da obrigatoriedade readmissão do empregado após 2 (dois) anos da instauração do inquérito ainda não decidido, é justa. Mesmo que, ao final, venha a ser reconhecida a prática de falta grave, anteriormente à readmissão, o pagamento de salários, após o retorno compulsório, terá sido compensado pela efetiva prestação de serviços por parte do trabalhador.

Pelas razões expostas, confiamos na aprovação do presente projeto, com os eventuais aperfeiçoamentos introduzidos pelas Comissões especializadas.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977. — **Franco Montoro.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N° 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

Art. 494. O empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções, mas a sua despedida só se tornará efetiva após o inquérito em que se verifique a procedência da acusação.

Parágrafo único. A suspensão, no caso deste artigo, perdurará até a decisão final do processo.

Art. 495. Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço e a pagar-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Passa-se á

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1977, do Senhor Senador Lourival Baptista e outros Senhores Senadores, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel e pelo Ministro Ângelo Calmon de Sá, no dia 9 de fevereiro de 1977.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

E O SEGUINTE O DISCURSO PROFERIDO PELO PRESIDENTE ERNESTO GEISEL, CUJA TRANSCRIÇÃO É SOLICITADA:

“Ao empossar Vossa Excelência no cargo de Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, acho oportuno destacar a importância que este Ministério tem para o desenvolvimento do País. É um Ministério relativamente novo, criado no fim da década de 1950, mas que abrange, no conjunto de suas atribuições, numerosos encargos de extraordinária importância para o País. Basta considerar que lhe cabe, praticamente, tratar dos problemas da indústria e do comércio. Cabe-lhe a função principal de dirigir o Conselho de Desenvolvimento Industrial. Cabe-lhe atuar no campo do comércio e, inclusive, em grande parte, do comércio exterior. São a ele subordinadas uma série de autarquias, como Instituto do Açúcar e do Álcool, o problema da borracha, o problema do café, o Instituto Brasileiro do Café. Estão subordinados a ele, praticamente, todos os problemas da siderurgia do País, inclusive a empresa de economia mista Siderbrás. Trata o Ministério de todos os insumos básicos que nós procuramos desenvolver no sentido de chegarmos, às proximidades do ano de 1980, à auto-suficiência do País. Aí estão os não-ferrosos, problemas do cobre, do zinco, do chumbo, do estanho. Estão os problemas dos fertilizantes, estão os problemas da indústria petroquímica e assim por diante. Só esta enumeração de encargos mostra a transcendência que o Ministério tem e o seu estreito interrelacionamento com o desenvolvimento do País, vale dizer, com toda a área econômica. Por se tratar de um Ministério relativamente novo e por ter estes encargos, aos quais eu ainda quero acrescentar os relativos à área de seguros e área de turismo e ainda os da companhia de alcalis.

Ele ainda se ressente na sua execução de uma estrutura adequada. Os seus quadros são de difícil recrutamento, porque os trabalhos são especificamente de alta tecnologia, e o recrutamento de seus funcionários é sempre extremamente difícil. Não obstante isso, o Ministério vem dia a dia progredindo e se desincumbindo a contento de sua tarefa. Nos quase três anos de meu Governo, creio que o Ministério da Indústria e do Comércio se desempenhou muito bem, realizou o que pôde e cooperou extraordinariamente para a realização dos programas do Governo. Eu espero que, agora, sob uma nova orientação do Senhor Ministro Ângelo Calmon de Sá, o Ministério prosseguirá nessa trilha e se aperfeiçoará cada vez, se entrosará cada vez mais na política do Governo e virá realizar aquilo que todos nós desejamos para êxito e para o bem de nosso País. Confio em que Vossa Excelência estará à altura deste cargo e que não me faltará com a sua valiosa cooperação e lhe desejo êxito e muitas felicidades no seu novo cargo.”

É O SEGUINTE O DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ, CUJA TRANSCRIÇÃO É SOLICITADA:

“Senhor Presidente da República, Senhor Vice-Presidente e Senhores Ministros:

Vossa Excelência acaba de me distinguir com uma honra que recebo com humildade, com o intuito de servir à convocação que me foi feita para integrar a equipe do Ministério de Vossa Excelência. Já integrava a equipe de Vossa Excelência, subordinado ao Ministro Mário Henrique Simonsen. Procurei, à frente do Banco do Brasil, cumprir fielmente a orientação que foi traçada pelo ministro da Fazenda para o desempenho daquela grande instituição, dentro das minhas possibilidades, realizar a tarefa que me foi atribuída. Estabeleci com o nosso Ministro Simonsen o melhor dos relacionamentos, integrado, portanto, na política traçada por Vossa Excelência. Entendo que a minha convocação se deve à preocupação que tem Vossa Excelência e que demonstrou desde a sua primeira fala aos ministros, em 19 de março de 1974, de contar com equipe integrada e coesa sob a liderança de Vossa Excelência. Posso, com toda a alma e coração, tranquilizar Vossa Excelência que procuro corresponder à confiança em mim depositada, me nomeando para Ministro de Estado da Indústria e do Comércio. Não pouparei esforços para cumprir a minha missão.

Como Vossa Excelência destacou, a missão é árdua, é um verdadeiro desafio. É um Ministério novo, com amplas responsabilidades perante a comunidade nacional. Pode ficar certo Vossa Excelência, de todas as formas procurarei honrar a designação que recebi hoje, correspondendo, portanto, à confiança que Vossa Excelência depositou em mim.”

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — item 2.

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 1975, do Senhor Senador Alexandre Costa, que isenta do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias todas as operações interestaduais que destinem quaisquer produtos aos 5 (cinco) Estados de menor renda **per capita** do Nordeste, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 824, de 1976, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, com voto vencido do Sr. Senador Helvídio Nunes.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro-a encerrada. Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado. A matéria será arquivada.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 203, DE 1975 (Complementar)

Isenta do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias todas as operações interestaduais que destinem quaisquer produtos aos 5 (cinco) Estados de menor renda per capita no Nordeste, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias todas as operações interestaduais que destinem quaisquer produtos aos 5 (cinco) Estados de menor renda **per capita** do Nordeste.

§ 1º O prazo de tempo pelo qual vigorará o disposto no caput deste artigo será de 5 (cinco) anos, a contar de 1º de janeiro de 1976, terminando a 31 de dezembro de 1980.

§ 2º O prazo do parágrafo anterior poderá ser prorrogado, desde que os objetivos definidos nesta lei deixem de ser plenamente atingidos.

Art. 2º A substituição de qualquer dos Estados conceituados como sendo os de menor renda **per capita** do Nordeste por outro, somente poderá ocorrer quando findo o prazo estabelecido no artigo anterior, o mesmo valendo no caso de qualquer prorrogação que se torne necessária.

Art. 3º Para a definição dos 5 (cinco) Estados de menor renda **per capita** do Nordeste serão utilizadas as estimativas de renda interna, calculadas pela Fundação Getúlio Vargas, e as estimativas de população dos Estados respectivos, realizadas pela Fundação IBGE.

§ 1º Portaria da Secretaria de Planejamento da Presidência da República divulgará oficialmente, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da entrada em vigor desta lei, ou de suas prorrogações, os valores correspondentes à renda **per capita** dos 5 (cinco) Estados que as tiverem menor no Nordeste, e, juntamente, os dados referentes a todas as demais unidades estaduais da região.

§ 2º Decorrido um ano da publicação da Portaria mencionada no parágrafo anterior, e assim sucessivamente, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República fará publicar novos resultados de estimativas de rendas interna e **per capita** dos Estados do Nordeste.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — **Item 3.**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1975, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que obriga as empresas do Distrito Federal, que comerciam no ramo de carros novos e usados, a terem locais privativos de estacionamento, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 1.046 a 1.049, de 1976, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- do Distrito Federal, favorável ao Projeto;
- de Economia, favorável, com voto vencido, em separado, do Sr. Senador Agenor Maria; e
- de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N° 21, DE 1977

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requerimento adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1975, a fim de ser feita na sessão de 14 de abril próximo.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977. — **Osires Teixeira.**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Aprovado o requerimento, o projeto figurará na Ordem do Dia da sessão do dia 14 de abril próximo.

REQUERIMENTO N° 22, DE 1977

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requerimento adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1976, a fim de ser feita na sessão de 14 de abril próximo.

Sala das sessões, em 15 de março de 1977. — **Osires Teixeira.**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — **Item 4.**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1976, do Sr. Senador Amaral Peixoto, que dá nova denominação ao Instituto de Medicina Legal do Distrito Federal, tendo

PARECERES, sob nºs 973 a 975, de 1976, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Educação e Cultura, favorável; e
- do Distrito Federal, favorável.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Aprovado o requerimento, a matéria será incluída na Ordem do Dia da sessão do dia 14 de abril próximo.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concede a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Estimulado pelo chamamento ao diálogo, pela solicitação à troca de idéias, estimulado por esse desejo ardente que a Nação experimenta, nestas últimas semanas, de uma troca de idéias, de um esgrimir de pensamento, para que se possa apreender, para que se possa compreender o momento político internacional e nacional.

Mercê desses estímulos é que eu me aventurei a fazer umas digressões especulativas em torno do assunto. Quiçá, eu não seja muito temerário, mas as solicitações são tantas para o diálogo que me encorajei, e esperei um ponto de vista meu, uma observação minha, resultado de um estudo meticuloso, de uma observação que venho fazendo desde os primeiros discursos proferidos pelo ilustre Sr. Presidente da República dos Estados Unidos da América, Sr. Jimmy Carter.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há um poder que é inquebrantável, é indomável, há uma força que é inviolável, porque resulta do primeiro toque divino com a animalidade. Essa força é a idéia, principalmente a idéia-força. É a idéia que, brotando no cérebro humano, articula e arranja filosofias e doutrinas que empolgam e assoberbam o homem. Há uma idéia-força que nós não podemos ignorar, a não ser que queiramos bancar o avestruz. Esta idéia-força, convénhamos com sinceridade, com pureza e honestidade de propósitos, esta idéia se espalha, esta idéia se difunde, esta idéia empolga caracteres, é a idéia-força do comunismo.

É depois de me debruçar detidamente sobre a bagagem do ilustre Presidente dos Estados Unidos, atualmente, que cheguei à conclusão, nas linhas e entrelinhas, que este ilustre homem público representa, hoje, o ápice do pensamento piramidal sociológico do povo norte-americano, que depois de uma experiência cruenta na Coréia, no Vietnã, principalmente no Vietnã do Sul, quando depois de terem morrido cerca de um milhão de vietcongues estes continuavam por debaixo da terra, como homens tatus, alimentados por punhado de arroz integral, cavando túneis de quilômetros e quilômetros para emergir no meio de um aeroporto ou num forte norte-americano, incendiá-lo e destruí-lo. Mercê de quê? Mercê da idéia-força da qual estavam imbuídos. Depois da experiência sul-vietnamita, quando os americanos foram obrigados a deixar toda a Indochina francesa, abandonando, inclusive, o Camboja, o Laos e a Tailândia, mercê de uma idéia-força que se impregnou naqueles povos, a ponto de expulsar a maior potência do planeta, possuindo o maior arsenal bélico, mesmo de armas convencionais.

Sr. Senadores, os arquitetos, políticos, sociólogos e guerreiros americanos resolveram se debruçar sobre o problema: que força poderosa é essa que, depois de passarmos 72 horas, três dias, bombardeando com napalm, com desfolhantes, toda estrada que conduz material bélico ao Vietnã do Norte, logo após o bombardeio, saem os vietcongues, como formigas do solo, dispostos a reencetar a mesma luta? Que será que os impulsiona? Que coisa é esta que move este povo, a ponto de resistir a todo o impacto belic和平, que estamos jogando em cima do Vietnã? Os arquitetos guerreiros, os sociólogos, os antropólogos, os políticos se debruçaram com seriedade sobre o problema e concluíram, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não se ganha uma guerra com armas, mas com idéias, uma experiência vinda do próprio Cristianismo que derrubou o Império Romano com o “ama a teu próximo como a ti mesmo”,

que vinha da experiência cartaginense das guerras púnicas do celeberrimo entrevero entre a Grécia e Tróia. Todas essas guerras foram ganhas com idéia e não com força.

Os estudiosos americanos concluiram que a experiência sul-vietnamita é o último dado, o último informe que eles deveriam compreender. E o resultado de todo esse estudo, de toda essa meditação, de toda essa elaboração de gabinete, somatório de todas as experiências e intervenções americanas, até em Cuba, quando um país incipiente rechaça uma invasão na Baía dos Porcos, apoiada e organizada pelo próprio Governo americano.

Que força é esta, que poder é este, que impulsiona esses povos que arregimenta esses homens para morrerem no campo de batalha. sem soldo, sem pão?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece até pueril que eu, um humilde Senador vindo do Amazonas, avente esta tese no cenário da maior universidade brasileira, que é o Senado da República. E até hoje não tenhamos acordado para este aspecto profundo da problemática internacional. Que força é esta que movimenta, que aglutina e faz com que o comunismo se espalhe, ameaça a África e nos deixe, no nosso querido Brasil, mercê de atos de exceção, apavorados e perplexos, com medo, a qualquer instante de uma hcatombe, de uma subversão de costumes e das tradições.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a idéia-força do comunismo, uma idéia que vem inegavelmente se espalhando. Como lhes disse anteriormente, o Senhor Presidente dos Estados Unidos da América do Norte surpreendeu esta verdade primária e elementar e tomou uma decisão, como síntese que é do pensamento norte-americano, tanto assim o é que, tendo sido eleito com menos de 51% dos votos dos eleitores norte-americanos, o Instituto Gallup constatou, na semana passada, que a sua popularidade assoma o percentual de 71%, agora, nos Estados Unidos.

Este homem surpreendeu uma verdade primária: só se combate uma idéia-força com outra idéia-força, Senhores!

Não é com violência, não é com represália mas com outra idéia-força!

Talvez Cristo, o super-homem, o supergênio, tivesse percebido ao trilhar o caminho de João Batista para as guerrilhas, com o intuito de derrubar as regras romanas na Galiléia, tivesse percebido que aquele não era o caminho, o caminho era a idéia-força do Cristianismo, a idéia do amor, a única idéia que era antípoda e que se contrapunha à idéia que expressavam as regras romanas, a idéia da força e do materialismo. E Cristo deu a guinada de 180 graus, provocando, quem sabe, a animosidade de Judas, que se julgou traidor e resolveu trair, porque, se não fosse Judas, não existiria Cristo.

Pois, Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece-me essa digressão, resultado de meses e meses de especulação, macerando o rosto em cima dos jornais e das revistas, que o Senhor Presidente da República dos Estados Unidos resolveu praticar uma lição primária: antepor à idéia-força do comunismo, a idéia-força da democracia, a idéia-força do liberalismo, que é muito maior, mais potente, mais viril do que a idéia totalitária do comunismo. Se analisarmos fato por fato, ato por ato, comportamento por comportamento, do Senhor Presidente e de todo o seu séquito, chegaremos a essa conclusão inafastável: ele se conscientizou de que há necessidade de uma mística, há necessidade de uma idéia, de uma chama, de um ardor, de um anel profundo de realizações de bem-estar, que o comunismo oferece teoricamente; que as repúblicas totalitárias que se dizem comunistas, usam como estandarte, como bandeira falsa. Mas que, na realidade, não passam, nada mais nada menos, de tratoocracias.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo ler alguns excertos que arrimam a minha especulação. O Jornal **O Estado de S. Paulo**, de 16 de janeiro de 1977, diz o seguinte:

“Dediquei toda minha vida aos direitos humanos e eles ocuparão um lugar prioritário em minha gestão como Subsecretário de Estado para assuntos latino-americanos”.

Com essas palavras, o recém-nomeado Terence Todman respondeu, ontem, ao desembarcar em San José da Costa Rica, onde exerceu até agora o cargo de Embaixador dos EUA, às acusações de grupos hispano-americanos que o qualificaram de “Indiferente aos direitos humanos”. Todman disse ainda que as relações de seu país com a América Latina “constituem uma das mais importantes metas da administração Carter, que oferecerá “melhores relações e programas de cooperação para o progresso e para o desenvolvimento”.

Esta é a opinião de um subsecretário.

Leia, agora, no Jornal **Correio Braziliense**, de 13 de março:

“GOVERNO CARTER NÃO PEDIRÁ DESCULPA

Atlanta, Geórgia (UPI) — O Vice-Presidente Walter Mondale afirmou que embora o Presidente Jimmy Carter não pretenda ser “intransigente” ou “desafiar outras nações”, o Governo norte-americano não apresentará desculpas por tratar a questão dos direitos humanos com tanto vigor.

Falando durante o jantar anual do Dia de Jefferson — Jackson Mondale agradeceu ao Partido Democrata de Geórgia por ter ajudado seu candidato a vencer as eleições, pondo um fim à desavença entre o Norte e o Sul do País, iniciada antes da Guerra da Secessão.

O Vice-Presidente também mostrou-se favorável aos planos do Governo de criar mais empregos para a população jovem e arcar com as despesas de hospitalização.

Mondale Aplaudido

Mondale foi muito aplaudido quando se referiu aos pronunciamentos de Carter sobre os direitos humanos, que causaram severas críticas por parte do Kremlin.

Sr. Presidente, por parte do Kremlin. Pela primeira vez na história do comunismo, conseguiu o liberalismo democrata penetrar nas suas muralhas, empurrar um cavalo de Tróia lá dentro das suas muralhas — é idéia-força de respeito aos direitos humanos. Porque ela é pedra angular, pedra basilar da democracia. Sem direito humano não há democracia, há um arremedo.

Continuo lendo:

“Apesar de não pretendermos um confronto com nenhuma nação — salientou Mondale — não abriremos mão da defesa dos valores mais sagrados desta nação.”

Vejam o aspecto místico. Como estão dando caráter místico à idéia de defesa dos direitos humanos, porque é a única maneira da democracia sobreviver, Srs. Senadores:

“Não abriremos mão da defesa dos valores mais sagrados desta nação, entre os quais destaca-se a liberdade individual, que não é um privilégio garantido pelo Estado e sim uma dádiva de Deus”.

“Durante seu pronunciamento, Mondale não se referiu especificamente às nações que foram criticadas por Carter devido à violação dos direitos humanos, como a União Soviética e a Coréia do Sul.

De acordo com o Vice-Presidente, o Governo norte-americano deverá tratar essas questões com diplomacia, mas o Presidente Carter continuará a defender as liberdades individuais.

Pretendemos fazer prevalecer os valores básicos do povo norte-americano”...

— Valores básicos do povo norte-americano.

“Por isso lutaremos pelo respeito aos direitos humanos em nosso país e no mundo”; disse.

"Não nos desculparemos por defendermos as liberdades individuais — na verdade nos orgulhamos disso. Estou orgulhoso por terem os líderes norte-americanos tratado dessa questão de forma tão clara."

Sr. Presidente, agora me abastono num excerto de hoje, 15 de março, inserto no jornal **O Estado de S. Paulo**, que fiz:

"CARTER IGNORA A ADVERTÊNCIA RUSSA"

Washington — Um porta-voz da Casa Branca revelou ontem que, além de seus pronunciamentos públicos, o presidente Jimmy Carter tomou outras iniciativas pelas vias diplomáticas, até agora mantidas em sigilo, em defesa dos direitos humanos, e continuará sua luta nesse campo, apesar dos protestos do Kremlin.

A informação do porta-voz Jody Powell foi feita a propósito do artigo publicado domingo pelo **Pravda** e repetido ontem pela TASS, que faz clara advertência ao governo norte-americano de que a distensão e as conversações sobre redução de armas estratégicas serão prejudicadas se Carter mantiver sua campanha em defesa dos direitos humanos. O jornal desmente a tese de que a questão dos direitos humanos estaria desvinculada do outros assuntos referentes às relações entre os Estados Unidos e a URSS, dizendo: "É preciso notar que se manifesta certa dualidade entre as palavras e os atos do governo norte-americano. Por um lado, são sugeridas conversações fundamentadas no espírito de mútua confiança; por outro, são encorajadas campanhas anticomunistas e anti-soviéticas de caráter sensacionalista sobre os direitos humanos."

O Kremlin já percebeu que o objetivo da política internacional de defesa dos direitos humanos tem um alvo maior, que é justamente a violação dos direitos humanos na Rússia e nos seus países satélites.

"O porta-voz disse que prosseguem normalmente os preparativos para viagem, no fim deste mês, do Secretário de Estado Cyrus Vance a Moscou, para continuar as SALT, acrescentando: "As discussões sobre armas estratégicas são tão vitais para a segurança dos Estados Unidos e da União Soviética e, a longo prazo, para os melhores interesses de todo mundo que podem continuar sem que sejam subordinadas a nenhum outro assunto."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fica, portanto, patente que este enfoque primacial que o Senhor Presidente dos Estados Unidos da América do Norte está dando aos direitos humanos não é gratuito. Está inserto num contexto muito maior, que é o contexto de defesa daqueles princípios essenciais e basilares da nossa cultura ocidental que são os princípios de liberdade. Aqueles princípios que eles receberam, acredito até, com maior influência, porque, povo provindo da Europa, e principalmente da Inglaterra, receberam um influxo muito grande da Carta de 1215. 1215, senhores, e o homem já conseguia contraditar, antepor à vontade do soberano, a vontade de uma maioria, ainda expressa pelos barões ingleses, mas já era uma maioria.

Em 1628, este povo norte-americano também recebeu, por influxo do **Petition of Rights**, depois, em seguida, do **Habeas Corpus Act**, depois do **Bill of Rights** em 1689, recebeu esta influência muito bem dita numa expressão americana que hoje já é corrente como o **good bye: no taxation without representation** — não pode haver taxação sem representação. Pois foi este povo que, no dia 4 de julho de 1776, inseriu na sua Carta da Independência, pela pena magistral de Jefferson, a expressão de que todos os homens são iguais e têm direitos inalienáveis à vida, à liberdade e ao bem-estar. Povo que tem uma herança assim, herança que também é nossa, é brasileira e que recebemos sob o influxo da Revolução Americana, também, e da Revolução Francesa de 1789.

Nós, que recebemos todo esse patrimônio cultural de respeito à liberdade, aos direitos fundamentais do homem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não podemos nos alheiar, neste instante, e deixar de compreender o que é mais importante, senhores. Seria uma prova de incapacidade nossa, incapacidade de raciocínio, de angulação histórica, de visualização profética, se nós não vissemos nesta atitude o anseio, o desejo de impregnar o Ocidente de uma idéia-força, uma idéia-força capaz de se antepor à avalanche comunista.

Como nós deteremos o comunismo no mundo? Torturando, jogando no mar, violentando, levando em cima de avião e jogando de dez mil metros de altura? Não, Senhores, nós nunca venceremos esta guerra, como não ganharam os bem intencionados sul-vietnamitas democratas que foram atrás do canto de sereia da violência, da agressão e da tortura.

Quero situar bem a minha posição. Não estou me comportando como um americanista do norte, mas estou me comportando como um humanista e um universalista, porque o problema dos Direitos do Homem interessa não a uma fronteira, a um paralelo, a um meridiano mas sim a todo o orbi, porque é um direito fundamental. O homem nasceu com ele, com essa aspiração de pensar por si mesmo, de poder expressar a sua vontade e não ficar a mercê do julgamento é do árbitro. Um julgamento que não tem contraditório, um julgamento que pode ficar a mercê de um mal-estar hepático-biliar, de uma afecção psíquica qualquer em que o árbitro determina a pena máxima porque entendeu que ela deveria ser aplicada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço questão de situar a minha posição. O anseio que temos de encontrar sucedâneos, de multiplicar o leque de opções energéticas, nos levou a um acordo nuclear com a Alemanha. Certo e justo. E muito certa e muito justa e muito patriótica a atitude do nosso Presidente. Profundamente soberana, afirmação de **potestas** e com a qual eu me solidarizo **ad infinitum**, mas com relação a direitos humanos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, **modus in rebus**.

E, com isto, não pretendo, de modo algum, ofender o nosso ilustre Presidente da República, pelo contrário, far-lhe-ei justiça. Apenas leio o que diz o relatório enviado ao Brasil pelos Estados Unidos.

Neste relatório são feitos encômios ao nosso ilustre Presidente que, confessemos, durante o seu Governo, inegavelmente, procurou deter, amainar qualquer ofensa aos direitos humanos. Haja vista o caso do General Comandante do II Exército de São Paulo, Sr. Ednardo d'Ávila Mello a que o relatório se refere, permitam-me, fazer uma leitura.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Com muita honra.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Ouvimos V. Ex* com encantamento, mas se V. Ex* interrompe o seu raciocínio, nesta frase, há de me deixar ligeiramente perturbado. V. Ex* ao exemplificar os cuidados do Presidente Geisel com os Direitos Humanos no Brasil, disse, e me parece não prosseguiria no raciocínio, "haja vista o caso do Sr. Ednardo d'Ávila Mello". O Sr. Ednardo d'Ávila Mello, meu nobre colega, era ainda um jovem oficial quando se bateu nos campos da Itália contra a miséria do nazi-fascismo mundial. O Sr. Ednardo d'Ávila Mello é um dos brilhantes oficiais do Exército Brasileiro, jamais comprometido pessoalmente com qualquer tipo de ofensa à dignidade da pessoa humana. E eu que não tive o privilégio de servir com ele mas que a distância o vi, quando era aluno da Escola do Estado-Maior e ele já era instrutor, sinto-me na obrigação de dar este aditamento ao discurso de V. Ex*, porque acredito que a exemplificação não terá sido feliz se pretendeu, de algum modo, colocar o General Ednardo d'Ávila Mello como um dos exemplos dos transgressores dos direitos humanos no Brasil.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Jarbas Passarinho, V. Ex^o não me deixou concluir.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Receei que V. Ex^o prosseguisse, já em outro ponto do seu discurso, abandonando a frase. Por isso é que ousei interromper.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Em absoluto. Não nobre Senador, em absoluto, eu ia ler o relatório.

Prometi que leeria o relatório norte-americano, onde se acha inserto o nome do Sr. General Ednardo d'Avila Mello. Acredito, admito até como V. Ex^o que o ilustre General não tenha participado sequer, ou não tenha interferido sequer, mas foi sob o seu comando e, por esta razão, o General Geisel o demitiu, o exonerou.

O que vou ler não é raciocínio meu: é do relatório.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Eu queria que V. Ex^o me permitisse, apenas para a economia do nosso processo discursivo, uma palavra.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Na medida em que V. Ex^o não fizer comentário mas, apenas, leitura de relatório oferecido ao Senado norte-americano, não apartarei V. Ex^o. Na medida em que o comentário, entretanto, for pessoal de V. Ex^o como, por exemplo, "foi por esta razão — V. Ex^o acabou de dizer — que o General Ednardo foi demitido", quando, talvez, V. Ex^o não esteja sendo, escrupulosamente, seguidor da verdade quando isto afirma, é que tentarei, como seu colega, seu admirador, interferir no seu discurso.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Estou apenas me guiando pelo relatório. E o que ele diz.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Quanto ao relatório norte-americano, não estou aqui para discuti-lo.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador, vou adiantar mais, embora depois eu leia. Não só o relatório, como um editorial do dia 12 de março de 1977, da coluna do Castello, assinada por Marcos Sá Correia, que diz o seguinte:

"Mais de um ano passado, o país recebe de uma voz oficial, ou quase oficial, a explicação que nunca lhe fora dada para o afastamento do General Ednardo d'Avila Mello do Comando do II Exército, em São Paulo. Da tribuna da Câmara, em nome da liderança do Governo, o Deputado Herbert Levy — por coincidência um paulista — lembrou "o ato corajoso" do Presidente Geisel, ao substituir um General de quatro estrelas, Comandante de Exército, porque na área de seu Comando teriam ocorrido pressões capazes de levar ao suicídio dois presos políticos."

As especulações não são minhas, foram hauridas neste editorial — não contestado até hoje, dia 17 — e no relatório que nos chegou, por via dos norte-americanos.

Diz o relatório:

"Desde 1964, o governo do Brasil encontra-se sob controle absoluto dos militares. Quando o general (reformado) Ernesto Geisel assumiu a presidência, no começo de 1974, comprometeu-se publicamente a um relaxamento gradual dos controles escritos e centralizados exercidos sobre as liberdades civis e políticas, os quais foram introduzidos desde a Revolução de 1964."

A liberalização foi real. Vejam como o relatório faz justiça ao ilustre Presidente da República, General Ernesto Geisel:

"A liberalização foi real, ainda que gradual, diante das crescentes dificuldades econômicas e da oposição de elementos conservadores — encontrados particularmente nos diversos organismos de segurança — que mencionam uma

constante ameaça à segurança como argumento para limitar as liberdades políticas. Estes elementos conservadores também vêm com preocupação o aumento da força do partido de oposição oficialmente reconhecido, distinguindo nesta tendência uma ameaça à manutenção do atual sistema de governo."

"O partido da oposição obteve bons resultados na eleições de novembro de 1974, as mais livres da última década."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste ponto, quero dar um depoimento como Senador eleito pelo MDB: as eleições de 1974 não foram apenas as mais livres da última década mas, as mais livres que já aconteceram neste País. Porque eu jamais alcarias, eu jamais alcançaria o Senado da República como homem pobre, se não tivesse à disposição a televisão, que nos foi posta em 1974, onde pude expressar o meu pensamento e concitar meus concidadãos a votarem conosco, no MDB.

Inegavelmente, foi a eleição mais limpa, mais pura e mais democrata. Inclusive, a Lei Eletivo Lins foi posta em prática. Se houve arrepios, foram arrepios naturais que caracterizam as exceções dentro da regra geral. Mas, a verdade é que a eleição foi livre, pura:

"As mais livres da última década, inclinando-se cada vez mais em denunciar as violações aos direitos humanos e a questionar a atuação do governo em assuntos internos e externos. Em novembro passado o partido do governo venceu na maioria dos municípios, além de conquistar grande vantagem na contagem geral dos votos. O partido oposicionista foi majoritário na maior parte dos grandes centros urbanos. As eleições decorreram em clima de tranquilidade."

Exatamente, inegavelmente: Vejam como eles estão a par de toda a realidade brasileira.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Permite V. Ex^o um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Apenas para poder colocar, muitos colegas aqui, inclusive do MDB — do MDB aqueles que não foram eleitos em 1974, mas já se encontravam aqui — em condições de um certo conforto. Disse V. Ex^o que as eleições de 1974 foram as mais limpas.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — As mais livres e limpas.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — V. Ex^o empregou a expressão "as mais limpas".

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — ... e livres.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Por via de consequência, as anteriores não tiveram condições competitivas nesse setor, isto é, foram menos limpas.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — E menos livres.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Quero dizer a V. Ex^o que tanto os Senadores da ARENA como os Senadores do MDB, eleitos antes de 1974, vieram para aqui promanados de uma fonte limpa e limpa da vontade Nacional. Pode V. Ex^o ter a justa vaidade de ter sido eleito Senador num pleito limpo; V. Ex^o pode se igualar a nós. Mas não pode nos superar na limpeza e na limpidez das nossas origens senatoriais.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador, eu, geralmente, não particularizo. Costumo generalizar, principalmente no caso em tela.

Inegavelmente, até 74, não tínhamos eleições limpas, porque não eram livres. Ao nosso lado, na TV e no rádio, que já a Revolução prodigalizara em 70, talvez, a mais limpa antes de 74, havia sempre um censor a nos conter a palavra, a nos censurar e a suspender os programas. Em 1974, não tivemos censores: nós nos expressávamos livremente e, claro, em razão, em consequência, como corolário dessa liberdade, veio a limpidez, a pureza.

O Sr. Arnon de Melo (ARENA — AL) — V. Ex^ª me permite um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Com muito prazer.

O Sr. Arnon de Melo (ARENA — AL) — Nobre Senador, V. Ex^ª há de me perdoar pela interrupção do seu brilhante discurso, mas desejava dizer-lhes, a respeito do assunto em debate, que fui eleito Governador de Alagoas quando ali atravessávamos uma fase extremamente difícil, o Governador considerando-se dono do Estado. Houve, por certo, ameaças e violências da parte dele, mas nós, da Oposição, vencemos as eleições limpamente. O povo afirmou sua vontade nas urnas secretas.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Eu o parabenizo por isso. Veja, nobre Senador, como o Brasil é imenso. Já no meu Amazonas, constatei a adversidade em várias eleições, quando a pelegada conseguia eleger o Sr. Gilberto Mestrinho, o Sr. Plínio Coelho, inúmeras vezes através do mapismo, através da compra e do suborno do voto. Congratulo-me que isso tenha ocorrido em vosso Estado, mas no meu, infelizmente, as eleições foram tomadas pelos pelegos.

O Sr. Arnon de Melo (ARENA — AL) — Isso ocorreu no ano de 1950. Há, portanto, 27 anos.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Isso também aconteceu em nossa terra; nunca houve eleição livre, lá. Não pode haver eleição livre sem comunicação livre e gratuita. Foi isso que o Senhor Presidente da República atual nos prodigalizou; por isso, faço justiça a ele, e não é de hoje, Srs. Senadores, é desde que cheguei a esta Casa.

O Sr. Arnon de Melo (ARENA — AL) — Nobre Senador, dá licença para uma última interrupção?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Com muita honra.

O Sr. Arnon de Melo (ARENA — AL) — Lembro a V. Ex^ª que vencemos a eleição de 1950 em Alagoas sem rádio e sem televisão.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Eu o parabenizo mais uma vez, nobre Senador. Mas, o problema nosso, do brasileiro, é sempre particularizarmos. Vamos generalizar, nobre Senador, ou não ganharemos essa guerra contra o comunismo. Vamos generalizar. Se ficarmos no "nhenhenhém" pessoal, não conseguiremos ganhar essa guerra; estamos em guerra, Srs. Isto é uma guerra sub-reptícia, mas é.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite o nobre Senador que eu entre um pouco no "nhenhenhém" pessoal, antes que V. Ex^ª consiga concluir a guerra, antes que haja o que todos esperamos, uma vitória das nossas hostes?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Acho, nobre Senador Evandro Carreira, que, a partir do aparte do nobre Líder do Partido do Governo, Senador Eurico Rezende, V. Ex^ª há de ter compreendido que um homem brilhante e inteligente como V. Ex^ª é, naturalmente escorregou um pouco, porque quando nega a validade, limpidez ou condição de liberdade aceitável para apuração de uma eleição àquelas que precederam a eleição de 1974, em que V. Ex^ª foi justificadamente vitorioso, V. Ex^ª naturalmente ofende todo o pas-

sado brasileiro, e, inclusive, as pessoas que tiveram a oportunidade de, antes de V. Ex^ª, serem eleitas, também, para esta e para a outra Casa do Congresso. Evidentemente, eu sei, conhecendo V. Ex^ª e a delicadeza natural de V. Ex^ª, que não lhe passou pela cabeça fazer esse tipo de restrição a nenhum de nós. V. Ex^ª falou, por exemplo, no mapismo que desgraçadamente abrangeu, geograficamente, toda a área Amazônica; e acho até que exportou para alguma outra área fora da Amazônia. Eu enfrentei uma eleição, por isso eu pedi a V. Ex^ª permissão para entrar no que V. Ex^ª chamou de "nhenhenhém": eu enfrentei uma eleição, em 1966, em que o remanescente contrabando do Pará, o remanescente das forças que dominaram o Estado antes, como dominaram o Estado de V. Ex^ª, empenhou tudo que tinha para poder esmagar toda e qualquer veleidade, que era nossa, de conquistar o poder. E nós conquistamos, como disse o nobre Senador por Alagoas, exatamente pelo voto do povo na abertura das urnas, livremente realizadas as eleições. Então, negar liberdade àquelas eleições é atingir, de algum modo, a própria História do Brasil. Estou mais aqui para ouvir V. Ex^ª e para que V. Ex^ª não me possa atribuir, como ainda há pouco, o desencadeamento de um aparte antes do momento oportuno. Assim, continuarei a ouvir V. Ex^ª, me reservando o direito de lhe pedir o aparte posteriormente.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador, quero pôr termo à má compreensão. Quando me refiro a eleições limpas, eu as subordino à liberdade. Se eu não posso me expressar na televisão, no comício ou no auditório radiofonizado livremente, porque tenho um censor, tenho uma espada de Dâmcocles me ameaçando, essa eleição não foi livre, e, por conseguinte, não foi limpa. Limpas é aquela em que o candidato pode falar ao povo como se estivesse no Hyde Park, livre, sem peias. E isso aconteceu em 1974: todos nós fomos para a tribuna televisionada e radiofonizada e falávamos, e nos sujeitávamos apenas à responsabilidade nossa, uma, única, sem nenhum censor. É isto o que eu quis dizer. E ninguém me contesta!

Antes, ainda era pior. Antes de 1970, a coisa era pior, porque só os endinheirados podiam comprar os programas de rádio!

Mas, Sr. Presidente, já se esvai o tempo, não posso sequer terminar o relatório, mas, amanhã, eu terei a imensa satisfação de incomodá-los e ler o relatório norte-americano a respeito do Brasil — mas, na minha peroração, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero lembrar o nosso Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa, que foi em tão boa hora proposto por Bilac Pinto, em 1956, e que se transformou em lei, em 1964, este Conselho que está desativado desde 1972, se não me engana a memória.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu tenho tecido encômios, aqui, ao Presidente Ernesto Geisel. Sei que dificuldades se lhe antepõem para corrigir os erros do passado, como aconteceu, inclusive agora, com a Perimetral Norte, que ele, para desativá-la, teve que aguardar quase três anos para não eriçar interesses conservadores. Mas, Sr. Presidente, quero fazer um apelo, apelo quando esse nosso ilustre Presidente orienta o maior organismo de desenvolvimento econômico da Amazônia que é a SUDAM — para ter cuidado com os projetos pecuários —, tese que defendi, nesta Casa, há dois anos, quando disse que a bovinização indiscriminada da Amazônia representava um insulto ao seu equilíbrio ecosférico. E, hoje, o Governo, graças à clarividência do nosso Presidente, está orientando no sentido de só aprovar projetos pecuaristas para áreas amazônicas verdadeiramente vocacionadas para a pecuária e não indiscriminadamente, como estava acontecendo, numa prova incontestável de ignorância biológica e fitológica.

Mas, Sr. Presidente, aqui vai o meu apelo ao nosso ilustre Presidente da República: que ele veja, na atitude do Presidente da República dos Estados da América, uma tomada de posição mística, no sentido de antepormos uma idéia-força, que é a liberal democracia, à idéia-força do comunismo. Não é com "nhenhenhém" ou com frases feitas que se vai ganhar essa guerra, é com uma idéia-força. Uma idéia-força, com mística, com entusiasmo a ponto

do próprio sacrifício. Devemos estar dispostos ao sacrifício, até a própria morte, para nos antepormos à avalanche comunista, mas, acreditando e praticando a liberal democracia.

Durante o ano de 1975, as prisões políticas e as denúncias de abusos aumentaram em São Paulo e outras cidades brasileiras, como consequência da descoberta de gráficas do Partido Comunista Brasileiro e alegações de tentativas comunistas de reorganização do partido e de infiltração nas instituições brasileiras.

No período que se seguiu às comentadas mortes, num período de três meses, de dois prisioneiros em custódia pelas forças de segurança do II Exército em São Paulo, o Presidente Geisel removeu o comandante do 2º Exército. Seguiu-se grande número de mudanças de pessoal no comando de São Paulo e em toda a estrutura da segurança. A partir daí, os relatórios sobre arbitrariedades em relação aos presos políticos diminuíram consideravelmente.

II. Situação Legal

A Constituição de 1967, extensamente modificada em 1969, inclui garantias legais reconhecidas internacionalmente e disposições sobre os direitos humanos como o **habeas corpus**, igualdade perante a lei, liberdade de consciências, liberdade de convicções políticas, e filosóficas, inviolabilidade de domicílio, inviolabilidade das comunicações, proibição de prisões arbitrárias, garantia do direito à defesa, liberdade de associação e reunião. Todas essas garantias, contudo, foram debilitadas por decretos e "atos institucionais" promulgados unilateralmente pelo Executivo. Um desses decretos é o 477, que elimina das atividades universitárias qualquer estudante considerado culpado de atividade política ilegal; a Lei de Segurança Nacional (Decreto-lei nº 898) que se refere ao tratamento a ser ministrado aos suspeitos de atos contra a segurança nacional, e ao Ato Institucional nº 5, que dá ao Presidente o poder de fechar o Congresso, intervir nos Estados e Municípios, afastar do cargo parlamentares eleitos e privar pessoas de seus direitos políticos por dez anos (ato conhecido como "cassação").

Durante a administração Geisel, o AI-5 tem sido usado na maioria dos casos para punir a corrupção mais do que por motivos políticos. Cinco pessoas — todos legisladores do partido de oposição a nível estadual ou federal — tiveram seus mandatos cassados por causas evidentemente ideológicas.

O status jurídico desses atos é complicado pelo artigo 182 do parágrafo da Constituição intitulado "Cláusulas Gerais e Transitórias" que aprova e exclui do exame judicial todas as medidas tomadas pelo executivo sob esses e outros atos desde 1964. Além disso, o artigo 182 declara especificamente que o Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968 e os outros atos baixados subseqüentemente, continuam em vigor. Portanto, ao mesmo tempo em que estas medidas são consideradas "excepcionais", são sancionadas pela Constituição.

A Constituição também prevê que o Presidente pode decretar o estado de sítio em determinadas situações, mas este poder não foi usado.

III — Observância dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos.

A — Integridade da Pessoa.

Artigo 3º Continuam a ser relatadas algumas violações, por parte do Governo, do direito à vida, liberdade e segurança da pessoa.

Artigo 5º Presos políticos e outras pessoas que falam em nome deles acusaram o Governo nos últimos anos de tortura e punição cruel, desumana e degradante. Estas acusações, incluindo trechos detalhados de depoimentos dos presos, foram publicadas pelos meios de comunicação no Brasil e em outros países. Em alguns casos, o Governo abriu inquéritos sobre as denúncias de abusos. Ações corretivas incluiriam a remoção do cargo das pessoas responsáveis por abusos contra supostos subversivos. A partir, principalmente, de janeiro de 1976, defensores dos direitos humanos, dentro e fora do Brasil, disseram em declarações públicas e entrevistas que as pessoas presas nos casos de segurança não estão, em grande parte, sendo

submetidas à tortura ou a condições cruéis de interrogatório ou confinamento — nesse período de tempo surgiram muitas poucas acusações envolvendo as prisões políticas.

Várias formas de abusos policiais que não envolvem presos políticos, incluindo as atividades do Esquadrão da Morte (um tipo de organização parapolicial que se originou no Rio de Janeiro e se espalhou por toda parte no fim da década de 60), continuam ativas, apesar das medidas tomadas pelo Governo. Os Esquadrões da Morte, que se acredita se tratar de associações clandestinas de policiais fora de serviço, atacam principalmente os suspeitos e criminosos comuns e suas vítimas mostram sinais de tortura. Um determinado número de casos parece envolver rivalidade entre os criminosos assassinados e elementos corruptos da polícia, tendo sido objeto de investigações e processos promovidos pelo Governo.

Certos elementos conservadores radicais, tanto dentro quanto fora do Governo, começaram a ficar inquietos devido à gradual distensão promovida pelo Presidente Geisel. Um grupo extremista de direita, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), assumiu a responsabilidade pelo recente sequestro e espancamento de um bispo católico e por uma série de atentados a bomba contra meios de comunicação, a Ordem dos Advogados do Brasil e a sede, no Rio de Janeiro, a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros.

Nos últimos meses, outros membros do clero católico foram vítimas de ações imputáveis a autoridades do Governo: um padre que protestou contra a tortura de uma suspeita foi assassinado por diversos oficiais da polícia estadual (prontamente expulsos da força e detidos), e o Exército deteve e interrogou temporariamente um padre suspeito de incitar um confronto polícia-posseiros no Amazonas. (Posteriormente, uma organização eclesiástica afirmou que o padre foi torturado, denúncia contestada por um arcebispo que falou com o padre na prisão, e declarou que este lhe disse que não sofrera nenhum mau trato físico — o Governo Federal negou formal e veementemente a acusação de tortura.)

Numa recente carta pastoral, a Comissão Nacional dos Bispos Brasileiros denunciou os ataques extremistas, a violência policial e a censura exercida pelo Governo sobre um jornal local da Igreja e sobre declarações públicas de um controvertido arcebispo. A Comissão exortou o Governo a tomar as medidas devidas para corrigir a situação.

Assim, enquanto que os presos nos casos de segurança experimentaram um tratamento melhor, não há nenhuma prova de que tenha ocorrido uma melhoria comparável nas outras atividades policiais. Não obstante, a divulgação de abusos policiais, uma condição pré-existente à Revolução de 1964 despertou atenção nas mais altas esferas governamentais recentemente, um arcebispo católico que criticava o Governo relatou uma declaração do Presidente Geisel que disse que o Exército e as organizações policiais estaduais têm ordens proibindo a tortura e outras formas de maus tratos.

Artigo 8º Embora na maior parte dos casos os presos políticos tenham acesso eventual à assistência legal e a julgamento por Tribunal Militar (julgamento e apelação), na fase inicial de pressão e detenção raramente esse direito é respeitado.

Artigo 9º Os casos de pressão e detenção arbitrárias são freqüentes. Os Comandantes de Exército, contudo, vêm adotando a prática de emitir comunicados públicos listando os prisioneiros e, em alguns casos, dando garantias de cumprimento das disposições legais.

Artigo 10º Em geral os presos políticos não têm direito a audiências justas, em tribunais imparciais. Os acusados de atentado à segurança são ouvidos em tribunais militares. Organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação de Imprensa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o partido oposicionista (MDB), Movimento Democrático Brasileiro, têm feito recomendações freqüentes ao Congresso e ao Executivo em relação à violação dos direitos humanos.

Artigo 11º Várias pessoas detidas por delitos políticos não foram levadas a julgamento. Um tribunal militar vem exercendo jurisdição legal sobre os casos julgados; nessas instâncias, as garan-

tias legais têm sido geralmente observadas. (A maior parte dos processos julgados este ano terminaram em absolvição da grande maioria dos acusados, tanto na fase de julgamento como na de apelação). As ações oficiais perpetradas em nome da Lei de Segurança Nacional, contudo, nem sempre atendem a essas exigências nem têm direito à apelação.

B. Outras liberdades importantes: O Governo, oficialmente, não estimula a discriminação com base em sexo, raça, profissão ou religião. Ainda assim, há quem alegue que há certo grau de discriminação racial dentro da sociedade brasileira. Grupos economicamente marginalizados, como tribos de índios da Região Amazônica, têm acesso mínimo às garantias constitucionais. À exceção de um imposto indireto com a finalidade de desestimular as viagens ao exterior em benefício do balanço de pagamentos, e da restrição às viagens às reservas indígenas por razões fundamentalmente ecológicas e epidêmicas, o Governo não exerce restrições significativas à movimentação dentro do País. Essas restrições, quando existem, são sempre em base a razões de segurança nacional ou de proteção ao território Nacional, e o número de indivíduos afetados por elas é pequeno. Há casos de passaportes negados que, em regime de apelação, foram concedidos.

A política oficial do Governo garante o direito à propriedade privada de acordo com a lei vigente. A liberdade de crença e fé conhecida oficialmente. Filosofias políticas consideradas subversivas podem ser tratadas de acordo com a autoridade concedida pela Lei de Segurança Nacional. A preocupação do Governo com a Segurança Nacional e a manutenção da ordem impõem restrições ao direito de reunião. A censura aos meios de comunicação contínua, embora encontre-se agora em seu nível mais baixo desde meados dos anos 60. Existe no Brasil um ativo debate público, tanto dos legisladores quanto da imprensa, a respeito dos direitos humanos, liberalização política e institucionalização do sistema atual.

IV — Outros relatórios sobre os direitos humanos.

Em 1972, a Anistia Internacional publicou um relatório sobre as alegações de tortura no Brasil. Uma versão atualizada foi publicada em 1976. Este extenso relatório fornece um exame em profundidade das cláusulas constitucionais e do Executivo referentes à segurança nacional bem como dos procedimentos relativos aos julgamentos e atividades policiais. Também são discutidas as técnicas de tortura e relatos de incidentes envolvendo torturas. O relatório inclui como apêndices listas de pessoas que dizem ter sido torturadas e também de supostos responsáveis por abusos.

Os relatórios anuais da Anistia correspondentes a 1974-75 e 1975-76 contêm capítulos sobre os desenvolvimentos políticos e as alegações de violações dos direitos humanos no Brasil durante este período de dois anos e meio. O relatório de 1974-75 resume um estudo da organização que data de 1972 e uma de suas conclusões é que a tortura é disseminada e constitui uma prática oficial. O relatório de 1975-76 cita casos adicionais de tortura como prova de que tal prática continua em vigor até o período referido.

O relatório anual da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos de 1973 afirmava que todas as evidências reunidas e incluídas no relatório, levavam à presunção de que, no Brasil, ocorriam freqüentemente casos de tortura, abuso e maus tratos. O relatório anual de 1975 incluía cinco novos casos, investigados pela Comissão de Prisão e Detenções Arbitrárias.

Em 1975, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha efetuou a convite do Governo brasileiro uma investigação nas prisões do País, incluindo prisões políticas. Suas conclusões foram comunicadas ao Governo do País, mas não foram divulgadas. O relatório da Comissão Internacional de Juristas de junho de 1976 discutiu vários casos específicos de tortura durante 1975/76, embora, segundo o estudo, várias medidas tivessem sido tomadas no sentido de reduzir os abusos. A **Freedom House** classifica o Brasil como um País "parcialmente livre".

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, por cessão do Sr. Senador Osires Texeira.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao retornar do meu Estado, sinto-me no dever de trazer ao conhecimento desta Casa a apreensão de milhares de cearenses, diante de recente decisão da Rede Ferroviária Federal, suprimindo definitivamente a utilização de um ramal de muita significação sócio-econômica para população da zona norte do Ceará. Trata-se do trecho compreendido entre os municípios de Sobral e Camocim, cuja inauguração ocorreu em 1877 — há um século, portanto.

A medida vem repercutindo negativamente em todos círculos de opinião, exatamente porque a sua adoção ocorre num instante em que o Governo se empenha por economizar petróleo e seus derivados, em razão da crise energética que preocupa a todas as Nações.

As lideranças mais lúcidas e atuantes do Ceará decidiram movimentar-se contra a inopportunidade da providência, reclamando a sua sustação por parte do Sr. Ministro dos Transportes, General Dirceu Nogueira.

Na Assembléia Legislativa, o assunto foi amplamente debatido, com o apoio indiscrepante de Deputados da Arena e MDB, levando o Presidente Paulo Benevides, após aprovação pelo Plenário de requerimento subscrito por vários representantes daquela região, a encaminhar telex às autoridades diretamente interessadas na solução do grave problema.

As entidades empresariais, por sua vez, tomaram posição contrária à iniciativa oficial, reivindicando a sua revogação, por considerá-la prejudicial aos anseios de desenvolvimento daquela área do território cearense.

Reportando-se à matéria, a Tribuna do Ceará, em circunstância editorial, assim se coloca diante do impasse:

"O Deputado Haroldo Sanford ventilou, em recente sessão da Assembléia Legislativa, a notícia de que o Ministério dos Transportes pretenderia extinguir o ramal ferroviário Camocim-Sobral. Insurgiu-se contra aquela decisão que, concretizada, causará graves danos econômico-sociais à zona norte do Estado.

Tem razão o parlamentar sobralense ao alertar as lideranças estaduais sobre a ameaça que paira a uma população de cerca de 200 mil habitantes — que povoam os municípios servidos por aquela linha ferroviária — de perder um transporte de massa barato e regular.

O ramal Camocim-Sobral foi inaugurado a 15 de março de 1877. Durante um século, transportou passageiros e mercadorias, promovendo o intercâmbio de riquezas e aproximando pessoas. Exatamente ao completar cem anos de excelente serventia recebe, como "reconhecimento" à missão cumprida, o triste anúncio de que será punida com sua supressão.

A providência anunciada surpreende por sua inadequação e inopportunidade. Golpeia o ferroviário, transporte que merece ser estimulado, nesta época de economia de petróleo — pois uma locomotiva diesel gasta infinitamente menos do que dezenas de veículos particulares, ônibus e caminhões — e frustra esperanças fundadas de Camocim quanto ao próximo destino de seu porto, como escoadouro de matérias-primas da área periférica.

A paralisação do ramal Camocim-Sobral teria calamitosas consequências para a região a que serve. Eliminaria um pequeno comércio intermunicipal, realizado por pessoas humildes, que têm naquela atividade modesta seu ganha-pão, difícil de ser substituído numa região pobre como o Ceará, onde predomina o subemprego.

Acentue-se, ademais disso, a circunstância de que, no contexto dos municípios ligados pelo mencionado ramal,

somente existem agências bancárias e do INPS em Sobral e Camocim. As operações de financiamentos, recebimentos de pensões e aposentadorias, pagamentos de impostos e obrigações sociais são efetuados naquelas duas cidades pelos habitantes dos municípios situados ao longo do ramal Camocim-Sobral.

Todas essas facilidades que promovem conforto e bem estar-social seriam extintas, na hipótese de concretizar-se a idéia de desligar Camocim do sistema ferroviário nordestino.

Outros prejuízos gravíssimos adviriam dessa estranha medida: Camocim e Chaval não teriam mais condições de vender sua produção de sal para Maranhão e Piauí, porque perderiam a conexão ferroviária e, pois, o único meio de transporte economicamente utilizável para conduzir um produto de baixo valor, que não suporta ônus do frete rodoviário.

Como já foi amplamente noticiado, existem imensas reservas de calcário na zona norte do Estado, que tem uma situação privilegiada, já identificada pelo Ministério da Indústria e do Comércio, para suprir a siderúrgica de Itaqui, no Maranhão, que industrializará o ferro de Carajás. O escoamento do calcário se fará pelo porto de Camocim, que precisa ser aparelhado e contar com infra-estrutura de transporte que assegure o fluxo normal e barato daquele minério. Além disso, já se encontra em andamento a exploração das minas de cobre de Viçosa, cuja viabilidade depende também da saída pelo porto de Camocim. Para esse fim, o projeto da companhia mineradora prevê a construção de um ramal ferroviário que se acopla com o ramal de Camocim—Sobral, à altura de Granja, para atingir o ponto de embarque marítimo.

Não se entende que, dentro de tal contexto, advogue-se a supressão daquela linha ferroviária, sob o fundamento de que sua exploração causa prejuízo. Determinados serviços públicos podem ser deficitários, mas nem por isso devem ser extintos, porque os benefícios sociais que proporcionam compensam, por sua relevância, os resultados financeiros negativos.

No caso, em análise, a providência é chocante por sua inopportunidade, pois representará a paralisação e, consequentemente, o estrago do material em desuso de uma estrutura de transporte que é pré-requisito indispensável à comercialização do calcário e cobre. Isto sem falar-se na subtração de ocupações de pessoas pobres que, no percurso Camocim-Sobral, realizam pequenas transações que lhes garantem a subsistência da família. E os previdenciários, proprietários rurais, pensionistas do Fundo Rural, comerciantes e residentes em Granja, Martinópolis, Uruoca, Senador Sá e Massapé, serão obrigados a deslocar-se para Sobral ou Camocim por transporte rodoviário, gastando mais, tendo mais dificuldade de obter condução e aumentando o consumo de gasolina.

Será que todos esses fatores, sinteticamente enumerados, são insuficientes para contrabalançar os prejuízos causados pelo ramal ferroviário Camocim-Sobral?

Esta é a interrogação que lançamos, com apelo às lideranças políticas e empresariais para que procurem evitar se consumir um retrocesso representado pelo abandono de uma obra infra-estrutural cuja manutenção em boas condições de tráfego será uma garantia à operacionalidade e rentabilidade das minerações de calcário e cobre."

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO) — V. Ex^e me permite um aparte, nobre Senador?

O Sr. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Com imenso prazer, nobre Senador Osires Teixeira.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO) — Ouço com bastante atenção o pronunciamento de V. Ex^e e vejo que há um anseio

generalizado em toda a região do Norte do Ceará, preocupados que estão com a possibilidade da extirpação desse ramal da Rede Ferroviária Federal. Ante as razões que V. Ex^e traz a esta tribuna, sobretudo, aquelas que se firmam no princípio de que, embora não rentável o ramal, ele tem uma significação social que deve superar a preocupação de rentabilidade, aditando-se a isso os argumentos das grandes reservas de calcário existentes no Norte do Estado que poderão, amanhã, servir de matéria-prima ao Porto de Camocim, sem dúvida nenhuma, acredito que não só as autoridades da RFFSA, como as demais autoridades do Ministério dos Transportes tomarão na devida conta os argumentos das classes empresariais do seu Estado e decidirão, da melhor maneira possível, esta tendência que V. Ex^e, com muita clarividência, com perfeita isenção, coloca perante o Senado da República, numa reivindicação profundamente válida, e que tenho a certeza as autoridades executivas irão tomar em alta conta, fuce, sobretudo, aos ponderáveis argumentos que V. Ex^e traz para o conhecimento desta Casa. Muito obrigado.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Agradeço a V. Ex^e, nobre Líder Osires Teixeira, a sua confortadora manifestação, especialmente porque reconhece a justeza do nosso apelo, da nossa reivindicação que é, hoje, de todos os habitantes da Zona Norte do Ceará.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — PI) — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Com imenso prazer, nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (ARENA — PI) — Nobre Senador Mauro Benevides, além da solidariedade pela justiça da causa, quero, através de V. Ex^e, também, nesta oportunidade, endereçar igual apelo ao Ministro dos Transportes e ao Presidente da Rede Ferroviária Federal. Como sabe V. Ex^e, o Piauí é um dos Estados que, em termos de quilometragem de estrada de ferro, foi o menos aquinhoadado. Ocorre que, há cerca de dois ou três anos, aproximadamente, foi erradicado o trecho Paulistana, no Piauí, a Petrolina, em Pernambuco. Sabe-se, por outro lado, que, além de razões sociais, o Município de Paulistana conta com grandes reservas de gipsita, que, através da via ferroviária, era transportada para os outros Estados. De maneira que, nesta oportunidade em que V. Ex^e reclama que não seja erradicado o trecho de estrada de ferro do Norte do Ceará, também desejo fazer um apelo, servindo-me do aparte que V. Ex^e me concede, para que as autoridades federais, restabeleçam o trecho Petrolina—Paulistana, no Piauí. Muito obrigado a V. Ex^e.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Agradeço também a V. Ex^e, nobre Senador Helvídio Nunes, o apoio que empresta ao meu pronunciamento. Queira Deus o Sr. Ministro dos Transportes atendendo-me no que tange a Sobral e Camocim, também o faça em relação a esse importante trecho ferroviário no Estado que V. Ex^e, com tanta dignidade, representa nesta Casa.

Continuo, Sr. Presidente:

Por sua vez, o jornal **O Povo**, em incisivo tópico de primeira página, acentua na edição de hoje:

"Estima o Prefeito de Camocim em 130 mil o número de pessoas prejudicadas com a desativação do transporte de passageiros na linha Sobral—Camocim. Muitas dessas pessoas estavam ontem nas estações situadas entre as duas pontas da linha para manifestar seu protesto contra a medida do Ministério dos Transportes e também sua confiança em que o Presidente da República sustará a desativação. Essas pessoas são velhos agricultores aposentados pelo FUNRURAL, pessoas pobres que têm de resolver problemas em Sobral, pequenos comerciantes, colegiais de escolas de 1º e 2º graus e alunos da Universidade do Vale do Acaraí."

Diz o Governo que sua política visa antes de tudo a proteger o homem. Pois é esse homem que está sendo

abandonado às margens dos trilhos da estrada Sobral—Camocim, deixado como se alguém lhe tivesse deliberadamente quebrado as pernas. O povo se choca com a contradição em que caem as autoridades, falando em racionalização de combustível e em transporte de massa e na mesma hora, eliminando uma forma de racionalização e de transporte de massa, que é o trem.

Por isto mesmo tem-se o direito de esperar que os apelos formulados pelo Governador do Estado, pelos prefeitos da área, pela imprensa e pelo próprio povo sensibilizem as autoridades maiores do País."

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^ª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Concedo o aparte a V. Ex^ª, nobre Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Inteligente, dedicado e tenaz intérprete das aspirações da boa gente do Ceará, V. Ex^ª, nesta tarde, ocupa a tribuna para exteriorizar a frustração do Ceará pela medida que a Rede Ferroviária Federal do Ceará adota, eliminando um ramal ferroviário que prestou, presta e poderia ainda prestar maiores serviços a uma região importante do seu Estado. É um paradoxo, porque exatamente quando mais deveríamos investir na modernização e na ampliação do sistema ferroviário neste País, o Governo vem suprimindo as suas ferrovias. E não está a acontecer apenas agora no Ceará, isto vem acontecendo, nos últimos anos, em quase todos os Estados do Brasil. O Estado de Santa Catarina tem sido profundamente prejudicado por esta política da Rede Ferroviária Federal. Senador Mauro Benevides, o transporte ferroviário não apresenta lucro direto nos balanços anuais, mas apresenta o lucro indireto. Deveríamos observar, verificar a extensão dos benefícios indiretos ao desenvolvimento de uma região, de um Estado e de uma Nação. É por medidas dessa natureza — medidas errôneas — que os nossos produtos são encarecidos para o consumo interno e para exportação. Os nossos aplausos, a nossa admiração e a nossa solidariedade ao pronunciamento que V. Ex^ª faz em defesa do Ceará, em defesa dos interesses nacionais.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Nobre Senador Evelásio Vieira, externo a V. Ex^ª os meus agradecimentos por essa solidariedade ao discurso que profiro na tarde de hoje, defendendo uma reivindicação de vital interesse para a Zona Norte do Estado do Ceará. Faço votos de que, diante desses apelos de V. Ex^ª...

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Peço um aparte...

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — ... do Senador Helvídio Nunes, do Senador Osires Teixeira, ocorra uma reformulação da política que vem sendo posta em prática pela Rede Ferroviária Federal.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — V. Ex^ª me permite um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Concedo o aparte ao nobre Senador Agenor Maria e, logo mais o farei ao eminentíssimo Senador Benjamim Farah.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Muito obrigado.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Mauro Benevides, deixa-nos perplexo a supressão dessas linhas ferroviárias no Piauí, no Ceará e, hoje, no Rio Grande do Norte. O carro de passageiro que liga Recife, João Pessoa, à cidade de Alvacruz, no Rio Grande do Norte, a Natal, foi suprimido a partir de hoje. Agora, não existe mais o trem que ligava a cidade do Recife a João Pessoa e Natal. Na realidade, fico a me perguntar, Senador Mauro Benevides, por que suprimir a estrada de ferro numa fase em que o Governo necessita racionalizar a gasolina? Por que suprimir a estrada de ferro, quando todos sabemos que, se o trem é deficitário, muito mais é a

empresa rodoviária. Através das empresas rodoviárias nós pagamos **royalties**, pagamos pelo pneu, e os lucros dessas empresas vão para o exterior. Elas não nos pertencem, enquanto que a estrada de ferro é nossa, é genuinamente brasileira. Então, por que suprimir a estrada de ferro e ficarmos subordinados às empresas rodoviárias no País? Quero solicitar a V. Ex^ª que encarte no seu pronunciamento também o meu apelo, que não é só o do Senador pelo Rio Grande do Norte, é também o apelo de Pernambuco, da Paraíba, Estados que estão sendo prejudicados justamente pela supressão dessa estrada de ferro secular. Aproveito a oportunidade para dizer a V. Ex^ª e à Casa que a medida adotada pela RFFSA é antipatriótica, inoportuna e que, com a supressão dessas linhas, não está contribuindo para a solução dos problemas das classes mais pobres e sofridas do País, mas sim criando problemas complexos e delicados para toda essa gente que, utilizando o trem, não tem poder aquisitivo para utilizar lotações, ônibus e ônibus. Muito obrigado a V. Ex^ª

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Tem sobradas razões V. Ex^ª, Senador Agenor Maria, nesse seu lúcido confronto entre os transportes rodoviário e ferroviário. Incorporo, também, ao meu discurso o apelo de V. Ex^ª em favor da manutenção de ramais ferroviários no seu Estado e em outras unidades que integram o polígono das secas.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Permite V. Ex^ª um aparte? (Assentimento do orador.) O apelo que os nobres Senadores Evelásio Vieira e Agenor Maria fizeram não é só o apelo do Nordeste. Quero também juntar o apelo do Sul, porque o Sul e o Centro foram prejudicados pela supressão de vários ramais ferroviários, o que é uma injustiça. Ainda há pouco o Senador Agenor Maria falou que este é o transporte do pobre, porque o trem, geralmente, tem primeira e segunda classes. Confesso a V. Ex^ª que o trem é um dos transportes de que mais gosto. Se há um transporte que me agrada, que me toca o coração, é o trem, porque há convivência nesse transporte, há comunicação, há um sentimento de afeição entre os passageiros. Eu, por exemplo, quando estava no fim da minha primeira infância, viajei muito de trem. Já na segunda infância, vinha estudar em São Paulo, levava quatro dias viajando de Campo Grande até São Paulo, quatro dias e quatro noites. À noite parávamos nos hotéis das cidades, fazíamos baldeação em Três Lagoas, em Araçatuba, em Bauru, em Ibirapina e, finalmente, chegávamos a São Paulo, levávamos quatro dias e quatro noites. O trem era muito grande e nele viajavam muitas famílias, muitos passageiros, todos se conheciam, se estreitavam e se estimavam. É uma recordação que nunca mais se apagou de minha memória. Ora, em uma época em que está havendo ameaça de extinção do petróleo — aprendi na Escola Superior de Guerra, em 1975, que dentro de 17 anos o petróleo do mundo haveria de se extinguir, é preciso a reativação do trem, porque temos grandes possibilidades hidrelétricas e é o trem o transporte ideal, através da energia elétrica e, talvez, de outros combustíveis que irão certamente aparecer — alguns que já existem, como a energia nuclear. Em todos os países do mundo, sobretudo, nos de alta cultura como na América do Norte, na Inglaterra, na França, na Itália, na Alemanha, no Japão, há um apego ao trem: o transporte ferroviário é intensíssimo e os trens são bons. Poderá haver o inconveniente de o Ministério achar que o trem dá prejuízo, que é obsoleto, etc. Mas é porque coloca-se aqui um trem que não está de acordo com a época. Enquanto nós encontramos, no Japão, um trem que corre 200/250 km/hora e se promete um trem à 400 km/hora, no Brasil os nossos trens não correm a 100 km/hora. Aqui em Brasília, esta Capital com todo este aparato e todo este progresso, com toda esta beleza, numa hora em que nós precisamos de um desenvolvimento intenso, colocaram máquinas que correm 35 km/hora. O que é preciso é trem atualizado, vagões confortáveis e não devemos apoiar, de maneira nenhuma, a supressão de linhas ferroviárias. Estou a favor do seu discurso, ao lado dos meus companheiros que apelam, juntamente com V. Ex^ª, para que o Governo reexamine essa atitude e dê um grande incremento à Rede Ferroviária.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Recolho com imensa alegria, nobre Senador Benjamim Farah, o valioso testemunho de V. Ex^o, testemunho da importância do ferroviário como transporte de massa, ideal para nossa atualidade

O Sr. Wilson Gonçalves (ARENA — CE) — Permite V. Ex^o um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Com imenso prazer, nobre Senador Wilson Gonçalves, que, como eu, deve ter recebido apelos de coestaduanos nossos em favor do restabelecimento do ramal Sobral—Camocim.

O Sr. Wilson Gonçalves (ARENA — CE) — Como V. Ex^o acaba de presumir, recebi do Prefeito Municipal e da Câmara de Vereadores de Camocim um telegrama, anteontem, comunicando a medida da supressão do trecho Sobral—Camocim, como medida adotada pela Rede Ferroviária Federal. Imediatamente me dirigi ao Diretor, ao Presidente da Rede Ferroviária, fazendo, em coro com o Governo do Estado, com as classes produtoras e, de modo geral, com o povo da Zona Norte do Ceará, um apelo no sentido de S. Sa. reexaminasse o problema de modo a atender às aspirações e reivindicações daquela região cearense. No instante em que V. Ex^o, vindo do Ceará, acaba de alinhar todos os aspectos que envolvem o problema, fazendo-se de maneira correta e correspondendo realmente, aos anseios dos cearenses, quero me solidarizar, de público, com V. Ex^o e secundar assim, já em Plenário, o apelo que V. Ex^o acaba de fazer. É realmente incompreensível que uma região em que não há uma rede de escoamento mais apropriada do que a ferroviária, venha a se adotar essa medida apenas por questão de economia. Creio que os interesses sociais, econômicos e humanos, que V. Ex^o salientou no seu discurso, devam prevalecer no sentido de que, revendo o problema, se restabeleça o tráfego naquela região para corresponder aos anseios dos nossos coestaduanos.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Agradeço a V. Ex^o, nobre Senador Wilson Gonçalves, o seu aparte, solidário, obviamente, com a reivindicação do povo cearense, de forma particular com os que residem na Zona Norte do Estado, que, totalizando em todos aqueles municípios servidos pelas ferrovias 200 mil habitantes, se acham prejudicados, diante dessa providência adotada pela Rede Ferroviária Federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não se concebe que, em meio às medidas relacionadas com a racionalização da gasolina, venham a ser cancelados ramais ferroviários, mesmo que estes estejam a comportar-se deficitariamente, conforme alega a Rede Ferroviária Federal.

Registra-se, por isso, uma generalizada insatisfação na Zona Norte do Ceará, diante da extinção do secular trecho Sobral—Camocim, por onde se escoava a produção regional e através do qual se beneficiavam cerca de 130 mil pessoas, segundo o articulista de **O Povo**.

Justifica-se, assim, a minha presença nesta tribuna, já agora com o apoio inequívoco de tantos eminentes Senadores.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB—GO) — Permite-me V. Ex^o um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB—CE) — Com todo o prazer, eminente Senador Lázaro Barboza.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB—GO) — Senador Mauro Benevides, V. Ex^o, a esta altura, não fala mais apenas pelo Estado do Ceará, V. Ex^o fala pelo Brasil inteiro, que vê com a maior preocupação a supressão de ramais ferroviários numa época em que é do interesse da Nação que se adote providências energéticas no sentido de melhorar consideravelmente as linhas ferroviárias e ampliá-las, tornando-as compatíveis com o grau de progresso que o mundo experimenta. V. Ex^o, Senador Mauro Benevides, sempre soube honrar e dignificar o seu mandato nesta Casa, e a sua sensibilidade para analisar os problemas mais graves e mais cruciantes do povo brasileiro faz

de V. Ex^o um dos maiores Senadores da República que têm assento nesta Casa, na presente Legislatura. Meus parabéns, nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Nobre Senador Lázaro Barboza, teria que agradecer, primeiramente, as suas generosas expressões quanto à minha conduta parlamentar nesta Casa para, depois, externar o meu reconhecimento a esta sua espontânea adesão às dificuldades vividas pelo povo cearense. E, pelo que vejo, não apenas pelo povo cearense, mas pelos habitantes de quase todas as unidades da Federação, atingidas por essa nova política adotada pela Rede Ferroviária Federal.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—GO) — Permite V. Ex^o um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB—CE) — Com todo prazer, eminente Líder Osires Teixeira.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—GO) — Verifico que V. Ex^o já se encaminha para o final do seu discurso. Queria, tão-somente, fazer uma pequena colocação que a mim parece importante. É evidente que V. Ex^o já percebe que toda Casa está preocupada com a eliminação de alguns ramais ferroviários que, se não dão efetivamente rentabilidade, têm seu sentido social e podem, eles mesmos, gerar riquezas capazes de, amanhã, terem significação econômica para a Rede Ferroviária Federal. Ocorre que nos apartes recebidos por V. Ex^o, um deles do querido e sempre contundente Senador Agenor Maria, ouvi uma expressão sobre que gostaria de fazer uma retificação. É de que essa providência da Rede Ferroviária Federal é impatriótica. Na verdade, não há preocupação de impatriotismo. Posso admitir, sim, injusta. Tanto não é impatriótica que é possível de verificação. V. Ex^o acaba de receber, inclusive, o apoio de todos os Senadores da Bancada do Governo, que se manifestaram desfavoráveis a essa medida. Na verdade o que ocorre, nos dias de hoje, é que pecamos pela lentidão do nosso processo de desenvolvimento. Enquanto países da Europa e os Estados Unidos da América dispõem de malhas ferroviárias extensas e que resolvem extremamente bem os problemas econômicos do transporte de mercadorias, no Brasil, país continental, temos dificuldades porque — V. Ex^o, como toda a Nação, o sabe — a ênfase dada às ferrovias no mundo verificou-se no século passado. A intensa fabricação de veículos de toda natureza, em volumes maciços, fez com que as rodovias se desenvolvessem criando essa dependência — a qual hoje choramos e lamentamos — que é a dependência do petróleo. Mas o Governo do eminente Presidente Geisel, sensível a esse problema, preocupado inclusive em nos colocar em guarda com relação ao uso excessivo de petróleo, deu ênfase toda especial à ferrovia, no seu Governo. Está aí, presente, o grande Plano Ferroviário Nacional que, se não vai melhor, é exatamente por decorrência das nossas dificuldades econômicas. Há de se fazer justiça ao Presidente Geisel, há de se fazer justiça a este Governo que dá prevalência absoluta à ferrovia sobre a rodovia, o que, evidentemente, não invalida a preocupação, mais justa, de V. Ex^o e que tenho a certeza — repito, mais uma vez — será alvo de cuidadosa observação da Rede Ferroviária Federal S/A. Pode estar certo V. Ex^o de que a Liderança do Governo, nesta Casa, também enviará esforços para, pessoalmente, tratar do problema e verificar a possibilidade de manutenção não só do ramal de Sobral—Camocim senão dos ramais que, no passado e presentemente, estão passíveis de serem extirpados da Rede Ferroviária de Santa Catarina, do Piauí, e, eventualmente, de outro Estado da Federação. Muito obrigado a V. Ex^o.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Não há dúvida, nobre Senador Osires Teixeira, de que é das mais auspiciosas a intermediação a que V. Ex^o se propõe de, como Líder do Governo, a sequênciar estes apelos — apelos de tantos Srs. Senadores — para a reativação de muitos ramais ferroviários que, a partir de hoje, deixam de funcionar em vários recantos do País.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Ex^ª um aparte? (Assentimento do orador.) — Sr. Senador Mauro Benevides, fui citado pelo nobre Vice-Líder do Governo sobre uma palavra que eu disse: impatriótica. Realmente eu repito: é impatriótica. A medida é impatriótica, porque quando os trens chegaram no Brasil não havia chegado, ainda, a indústria automobilística, que não é nossa. Mas o trem é nosso e representa, neste País — como dizia há poucos instantes o nobre Senador pelo Rio de Janeiro, Sr. Benjamim Farah — um sentido de amor transcendental, como o sentiu quando criança, viajando nos trens. Quem não tem suas recordações das viagens de trem, neste País? Com a chegada da indústria automobilística no Brasil, em 1959, a partir de 1960 começaram a suprimir as linhas de trem e, de 1960 até a data de hoje, mais de dois mil quilômetros de estrada de ferro foram suprimidos. A supressão dos ramais ferroviários representa, na realidade, um grave prejuízo à nossa economia porque jamais poderemos confundir um trem com a empresa rodoviária. Por isso que disse e citei que era impatriótica essa medida. Se o Senador, meu querido amigo, analisar com a devida profundidade chegará à conclusão de que, realmente, a eliminação desses trens representa uma medida impatriótica porque atenta contra a própria economia do Brasil. O pneu não é nosso, a borracha não é nossa, o combustível não é nosso, o veículo não é nosso. Nada disso é nosso! Pagamos juros imensos para construir essas estradas que estão aí. Daí por que a oportunidade do meu aparte. Muito obrigado a V. Ex^ª.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Agradeço mais uma vez a V. Ex^ª, nobre Senador Agenor Maria, a reinfatização dos pontos de vista que há pouco expendera em favor das reivindicações que tornamos públicas, a partir deste instante.

O Sr. José Lindoso (ARENA — AM) — V. Ex^ª permite um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Com imenso prazer, nobre Senador José Lindoso.

O Sr. José Lindoso (ARENA — AM) — Desejaria fazer uma colocação rápida, mas que suponho oportuna, face a certa conotação que os apartes oferecidos ao discurso de V. Ex^ª tiveram na Casa. Precisamos constatar, através do processo histórico, que a estrada de ferro representou no Brasil um momento em que havia uma liderança econômica, um predomínio de interesse econômico da Inglaterra no nosso País. Com a modernização, a implantação do automóvel e das técnicas da estrada de rodagem, e ao mesmo tempo a influência dos Estados Unidos no mundo, nós como que fomos nos liberando da solução estrada de ferro para a solução rodoviária. Não é fácil dizer-se qual é a mais econômica porque isso depende, realmente, da adequação do tipo de transporte e das necessidades desse transporte. Em longas distâncias, é possível que, economicamente, seja mais adequado o transporte pela estrada de ferro ao passo que, em pequenas distâncias é possível que seja mais adequado o transporte pela estrada de rodagem. A verdade é que uma justiça há que se fazer ao Governo: não podemos nos prender ao aspecto puramente sentimental da estrada de ferro — que fala da nossa meninice, que fala do nosso passado, que encheu de sonhos a nossa infância. Com o problema da racionalização da nossa economia, o Governo não extingue ramais de estrada de ferro por esporte; ele extingue dentro de uma perspectiva de racionalização, porque seria realmente uma enfatização inadequada pensar que o Governo, por impatriotismo, está extinguindo este ou aquele ramal. É um processo de racionalização que se sobrepõe aos nossos devaneios emocionais ou sentimentais.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB—CE) — Nobre Senador José Lindoso, agradeço o aparte de V. Ex^ª. Mas teria que ressaltar neste instante, como acredito que fiz no curso do meu pronunciamento, a inopportunidade e a inadequação da medida agora adotada pelo Governo Federal. Ramais ferroviários já foram, ao longo da História brasileira, suprimidos em vários Estados da Federação. No pró-

prio Ceará, por exemplo, à época em que era Ministro da Viação o nosso eminentíssimo e saudoso coestaduano Marechal Juarez Távora houve, realmente, extinção de ramais ferroviários deficitários. Entretanto, o que surpreendeu, e mais do que isso, estardeceu a opinião pública do meu Estado, é que esta medida passou a ser adotada no instante em que o ferroviário é apontado como excelente transporte de massa. Por isso é que houve, realmente, essa surpresa, houve esse estardecimento que achei por bem trazer ao conhecimento da Nação, através da tribuna do Senado, contando, com o apoio unânime de quantos se encontram no plenário, na tarde de hoje.

Portanto, Sr. Presidente, aqui fica o nosso apelo e com ele a esperança de que o Presidente da REFFSA e o Exm^º Sr. Ministro dos Transportes reformulem essa medida e restabeleçam em todo o País os ramais ferroviários extintos no dia de hoje. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Arnon de Mello.

O SR. ARNON DE MELLO (ARENA—AL) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acabo de visitar Minas Gerais, o grande Estado do ex-Presidente desta Casa, o nobre Senador Magalhães Pinto, e dos eminentes companheiros Gustavo Capanema e Itamar Franco. Não visitei Belo Horizonte, a admirável capital montanheira, mas Araxá, no planalto mineiro, ao lado de Uberaba, cuja pecuária todos nós admiramos, e de Franca, industrial e progressista Cidade de São Paulo.

Desde 1942 que frequento Araxá e recebo, com a minha família, as benesses de suas águas maravilhosas.

Mas não é por causa das águas de Araxá que ocupo esta Tribuna, tomando o tempo dos eminentes Senadores. Ocupo-a para comunicar ao Senado a homenagem que lhe foi prestada pela Câmara de Vereadores daquele Município através do humilde orador que fala neste momento. Recebi dela o título de cidadão honorário, e o Prefeito do Município, Dr. Aracely de Paula, moço de 36 anos de idade, cujo nome estimaria que os que me ouvem anotassem como um dos homens públicos mineiros mais capazes para servir ao Brasil, disse, falando na ocasião, que a Câmara de Vereadores homenageava, através de mim, o Senado da República.

Saudaram-me, em palavras de extrema gentileza, além do Prefeito Aracely de Souza, o Vereador Kleber Pereira Valeriano, Presidente do Diretório Municipal do MDB, e autor do requerimento de concessão do título aprovado por unanimidade: o Dr. Ademar Rodrigues da Silva Vale Junior, Presidente da Sociedade de Medicina de Araxá e representante do Sr. Ministro da Saúde. Dr. Paulo de Almeida Machado, filho daquela região das Alterosas, a quem dirijo o meu mais profundo agradecimento: Dr. Geraldo Porfirio, provedor da Santa Casa local e Presidente da Rádio Imbiara; e Dr. Waldir D'Avila, Presidente da Câmara de Vereadores e membro do Diretório da ARENA.

Sensibilizado, agradecei a todos com estas palavras, que desejo ler para os nobres colegas:

“Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Araxá,
Senhor Representante do Sr. Ministro da Saúde,
Senhor Prefeito do Município,
Senhores Vereadores.

Meus conterrâneos e amigos, minhas Senhoras, meus Senhores: Profundamente sensibilizado estou eu pela honra com que me distinguiu esta Câmara de Vereadores, fazendo-me cidadão honorário de Araxá. É um excesso de generosidade dos eminentes representantes do povo deste Município, pelo qual nada fiz e ao qual tanto devo. Excesso de generosidade, sobretudo, do Vereador Kleber Pereira Valeriano, que não se sentiu impedido, como Presidente do Diretório Municipal do MDB, de propor a esta Casa conceder o diploma de Cidadão Honorário do Município a um Senador da ARENA, membro dos Diretórios Estadual e Nacional do seu Partido.

Sou velho frequentador de Araxá, onde vim pela primeira vez em 1942, por indicação do meu saudoso amigo Nilo Colonna dos

Santos, que me recomendou ao ilustre médico Dr. Mário Magalhães. A esse tempo, não existia ainda o Grande Hotel do Barreiro. Hospedei-me, assim, no Hotel Colombo, de propriedade da família Colombo, cuja amizade cultivo e muito me enaltece. Desde então, liguei-me de tal maneira a Araxá que jamais deixei de, com a minha família, recorrer às suas águas maravilhosas. Por mais de vinte vezes, já aqui estivemos, minha mulher, meus filhos e eu, e daqui saímos sempre recuperados, com redobrado vigor. Em tais condições, posso dizer que, para nós, Araxá não tem sido propriamente apenas uma fonte de saúde, mas uma fonte de vida. Daí, ser eu um dos seus devotos, cuja gratidão se aprofunda com o correr do tempo, quando amigos se surpreendem com o meu bom aspecto físico, benesse das águas de Araxá.

AMIGOS

Recordo os grandes amigos que aqui fiz, entre os quais José Adolfo de Aguiar, então Prefeito do Município, com cuja família — Dona Silvéria e seus filhos José Ananias e José Adolfo, já falecidos, e Alonso — mesmo depois de desaparecido seu ilustre chefe, mantendo as melhores relações.

Além destes, alegra-me citar a amizade que me liga a Geraldo Porfírio, diretor da Rádio Imbiára, a qual bem revela seu espírito empreendedor, e Provedor da Santa Casa de Araxá, onde tem demonstrado suas reconhecidas qualidades de administrador humano e capaz; ao Dr. Milton Tomasowich e Sr. José Antônio França, aos quais e a cujas famílias renovo neste ensejo meu reconhecimento pelas atenções que, ao longo do tempo, nos têm dispensado; a Olavo Drummond, jornalista àquela época e hoje Procurador-Geral da República em São Paulo, que, como repórter do **Estado de Minas**, foi o primeiro a entrevistar o então Governador de Alagoas, hóspede do Grande Hotel de Araxá.

SERVIDORES DO BARREIRO

Não posso esquecer também, nesta mesma oportunidade, meus bons amigos do Barreiro, muitos dos quais aqui vieram, honrando-me com as suas presenças. Seria muito longa a enumeração dos funcionários do Governo do Estado ou da Hidrominas, servindo ao Grande Hotel e às Termas do Araxá, já apresentados ou não, homens ou mulheres dos mais modestos aos mais destacados, credores da nossa gratidão. Desejo, porém, neste breve registro, significar-lhes, a cada um e a todos em geral, o grande apreço que me merecem e afirmar-lhes que terei sempre muito prazer em ser-lhes útil, hoje, como cidadão araxaense, mais do que nunca.

Cumpre-me, todavia, destacar, entre esses bons amigos do Barreiro, o Ditão, Benedito Rodrigues, velho servidor do desenvolvimento da magnífica estância mineral, onde reside há cinquenta e nove anos, desde quando lá existia apenas o então Hotel dos Estrangeiros, que depois se transformou no Hotel Radium, tendo assistido não somente à construção do Grande Hotel como à própria construção do Hotel Colombo. Foi ele quem, pela primeira vez, nos levou ao Barreiro, no seu automóvel, à minha mulher, aos meus filhos ainda crianças e a mim.

OUTROS AMIGOS

E por falar em mineiros, recordo que aqui também encontrei, nas minhas primeiras andanças, vários filhos de outras bandas deste grande Estado, como Sandoval Azevedo, então Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; José Maria Alkimim, Diretor da Penitenciária das Neves; Carlos Luz, Presidente da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro; Deputado Rondon Pacheco, que viria a ser Governador do Estado; Ovídio de Abreu, Diretor do Banco do Brasil, a cujo casamento com a Professora Júlia Santos assisti. Júlia, filha do velho Armando Santos, que pela voz logo encantou o celibatário Ovídio. Lembro especialmente Juscelino Kubitschek, Governador de Minas Gerais no mesmo período em que fui Governador de Alagoas, que todos os anos me convidava a passar um mês em Araxá e tanto me alegrava e distinguiu aqui vindo visitar-

me. E recordo Dona Luisa, mãe de Dona Sara, esposa de Juscelino Kubitschek, e da esposa de Gabriel Passos, ambos candidatos em 1950 ao Governo do Estado, o primeiro pelo PSD e o segundo pela UDN, a qual me declarava: "Durante a campanha eleitoral, não tive candidato. De qualquer maneira, vencesse um ou outro, eu seria a sogra do Governador". Esterendendo a lista imensa a filhos de outros Estados do Brasil, lembro-me do Brigadeiro Eduardo Gomes; de Plínio Barreto, Diretor do **Estado de S. Paulo**; do atual Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado, filho de Uberaba mas muitos de cujos parentes aqui residem; do General Alecio Souto; do Senador Ruy Carneiro, do Ministro Oswaldo Trigueiro; do Marechal Costa e Silva, uns já meus amigos antigos; outros, novos amigos feitos aqui.

Assim, sou eu o devedor de Araxá, não apenas pelo bem que me tem feito à saúde mas ainda pelo contato que me proporcionou com grandes figuras do nosso País.

MOTIVO DA HOMENAGEM

Detenho-me, então, na busca do motivo desta bela homenagem que os vereadores araxaenses me prestam, e sinceramente concluo que ela não se justifica senão pela esperança, que eu para eles possa representar, de ser útil a Araxá, como seu povo bem merece. Assim entendendo, bem avalio a nova responsabilidade que assumo e, em contrapartida, devo, francamente, declarar que as forças que o bom Deus me conceder estarão sempre a serviço dos araxaenses, como, aliás, dos mineiros, aos quais me sinto profundamente ligado, não apenas pelos sobrinhos que possuo neste Estado, onde tenho um irmão casado com mineira, além de um genro, o Embaixador Marcos de Salvo Coimbra, filho de Curvelo e descendente de nobre famílias das Alterosas, mas ainda, e sobretudo, pela minha condição de alagoano e brasileiro.

O VELHO CHICO

Não falo do Rio São Francisco, do velho Chico, o rio da unidade nacional, que, nascido aqui perto, na Serra da Canastra, em pleno coração desta grande terra montanhosa, aduba com o solo mineiro as minhas Alagoas. Depois das enchentes, formam-se às margens do Baixo São Francisco pequenos lagos onde em seguida surge o arroz que os agricultores alagoanos plantam antes das cheias, na expectativa da água e do fertilizante que Minas Gerais todos os anos nos fornece gratuitamente.

PSICOLOGIA DO MINEIRO

Falo da própria gente, da psicologia do mineiro, que, tão profundo nos seus sentimentos, procura sempre escondê-los, apresentando-se como um ser frio quando nele realmente crepita a chama interior da vida mais intensa. Assemelha-se, a tal respeito, o mineiro à riqueza geológica das Gerais, cujo ouro se encontra no íntimo da terra fria.

O humanismo do mineiro é coisa que não se discute. Aqui, o que vale, antes de tudo, é o homem. Nunca vi ninguém mais humano que o mineiro. Mais humano e mais inteligente. Não creio que seja exata a história do mineiro comprador de bonde. Por quê? Não conheço tipo de pessoa mais precavida. Ao longo dos anos, tenho convivido com muitos mineiros de diversas classes sociais. São até desconfiados em demasia: Antes de tomar uma decisão, refletem e raciocinam a mais não poder, de modo a não se enganar nunca, não parar nem retroceder. Os árabes têm um ditado segundo o qual, "se você se deixa enganar pela segunda vez, a culpa é sua". Com o mineiro, não há possibilidade de engano pela segunda vez, porque não haverá primeira, tais as cautelas de que se mune, embora se mantenha sempre cordial para com o próximo.

PRUDÊNCIA E HUMILDADE

Como sua prudência, que não permite atitudes precipitadas, sua modestia e humildade não se conciliam com exibicionismos. Ama

ao saber esperar, tanto como à simplicidade, seja qual for sua situação social, seu **status**.

Também a montanha nos predispõe à moderação, à reflexão, ao amadurecimento. Não é no Himalaia que os mestres espiritualistas encontram clima propício às suas elucubrações?

SERVIR AO BRASIL

Assim, se a montanha facilita a concentração, Minas tem condições para melhor servir ao Brasil. Mercê da fabulosa diversificação de seus produtos, está sempre preparada a conviver com todas as crises, tranquilamente vendendo, pensando e empreendendo com perspicácia e clarividência. Trabalha infatigavelmente mas em silêncio, silêncio multiplicador de energias, o qual não significa omissão, e sim preparo para ação, cautelosa, porém sempre firme e energética.

Falo do papel que Minas, Centro do País, desempenha no Brasil, com admirável força de equilíbrio, que, conservadora, mantém as nossas tradições, mas não se anquilosa no passado; está permanentemente atenta ao presente e ao futuro, permanentemente acessível ao progresso. Entre suas cidades existe a tradicional e pacata Ouro Preto, antiga Vila Rica, e existe também a moderna e trepidante Uberlândia.

MISSÃO DE MINAS

Cabe realmente a Minas Gerais missão extraordinariamente significativa no contexto nacional. A História nos mostra, por exemplo, o que tem sido a sua atuação em favor da liberdade. Dela é Tiradentes, o grande mártir da Independência. Foi também Minas Gerais que falou, em nome da Nação nascente, no repicar dos sinos com que Ouro Preto recebeu nos começos do século XVII a visita de D. Pedro I, quando o Príncipe parecia querer encaminhar-se para o absolutismo, que contrariava o idealismo e o liberalismo dos mineiros e brasileiros.

E, se a História de antanho nos apresenta Minas como a grande defensora da liberdade, a História Contemporânea está repleta também de episódios relevantes nos quais a gente montanhosa vem afirmando seu amor ao Brasil e à democracia.

REVOLUÇÃO DE 1930

Minas criou condições para a Revolução de 1930, protestando contra o arremedo de democracia em que, então, vivíamos, e contribuiu decisivamente para a sua vitória. Contou-me Lindolfo Collor, — de quem é filha a minha mulher, que há mais de 37 anos me acompanha nos tumultuados caminhos da vida política, depois de, desde menina, haver secretariado seu pai, — que, em fins de setembro de 1930, tendo Antônio Carlos, que se comprometera com a Revolução, sido substituído no Governo de Minas pelo velho Olegário Maciel, foi a Belo Horizonte conversar a respeito com o novo Governador. Expôs-lhe toda a situação, falou-lhe longamente das providências tomadas pelo Rio Grande do Sul quanto aos preparativos revolucionários mas não ouviu nem uma palavra de Olegário. Estranhando o seu silêncio, que muito o constrangia, perguntou-lhe:

— Falta dizer-lhe mais alguma coisa, Presidente?

— Falta sim — respondeu, de pronto, Olegário Maciel. Falta o Rio Grande do Sul marcar o dia e a hora da Revolução. Minas será fiel aos compromissos que assumiu através do Presidente Antônio Carlos.

MANIFESTO DOS MINEIROS E REVOLUÇÃO DE 1964

Vitoriosa a Revolução, quatorze anos depois Minas erguia a sua voz oracular, em manifesto assinado por numerosos mineiros, entre eles Milton Campos, Pedro Aleixo, Virgílio de Mello Franco, Magalhães Pinto, Dário de Almeida Magalhães, Luiz Camilo de Oliveira Neto, Adauto Cardoso e tantos outros, para protestar contra o desvirtuamento dos ideais revolucionários e defender o cumprimento dos compromissos assumidos com o povo brasileiro. E, caído o Governo e restaurada a ordem constitucional democrática, vinte

anos depois do manifesto dos mineiros, sob o comando do eminente Senador Magalhães Pinto, Minas enviaria as primeiras tropas para enfrentar os desconsertos em que se afundava o Brasil de 1964.

SERENIDADE E PATRIOTISMO

Vale ressaltar a serenidade e o patriotismo com que se conduziu Minas Gerais, no decorrer de mais de dois anos de processo de deterioração da autoridade que tomara o rumo da comunicação do País. Minas estava, porém, vigilante e pronta para a ação. Dois anos antes da eclosão do movimento armado, aqui, em Araxá, reuniram-se, por iniciativa do seu Chefe do Poder Executivo, numerosos Governadores de Estado, para examinar a situação que se criara.

Lembrou, então, o hoje Senador Magalhães Pinto que o Brasil vivia um impasse e era preciso "sair logo do impasse". "Chegou — acrescentava o Governador Magalhães Pinto — a hora de decisões que não podem ser adiadas".

E, a 4 de abril de 1963, assim falava, com a autoridade de Chefe do Governo do Estado:

— "Desencadeou-se no País um processo de ilegalidade. Minas está preparada para atuar em defesa da ordem e da legalidade."

TRÍPLICE PAPEL

Cumpriu Minas fielmente a sua missão, dentro daqueles princípios que, na década de 40, Alceu de Amoroso Lima tão bem descreveu:

"O papel que a Suíça poderia representar no Velho Mundo — de equilíbrio moral e sobretudo de equilíbrio político, como encruzilhada da alma latina e da alma germânica, da tradição cristã, ortodoxa e interodoxa, da cultura nórdica e mediterrânea — esse tríplice papel de compensação, de equilíbrio e de moderação é, em grande parte, o papel de Minas no Brasil. O amor da liberdade, que faz da Suíça, apesar da sua fraqueza, um baluarte tão importante no jogo das forças políticas em cena, é também o que poderá fazer, um dia de Minas Gerais o baluarte a nova democracia brasileira, que porventura venha a sair de um mundo em ruínas e sobretudo das lutas do socialismo e do individualismo contemporâneo."

OS BRASILEIROS PODEM CONFIAR

Podem, pois, os brasileiros confiar em Minas Gerais, que continua indormida na consciência das suas responsabilidades para com o Brasil e para com os princípios em que ele se alicerça. Se ela nunca faltou à expectativa nacional, muito menos lhe faltará agora e no futuro, ciosa sempre das nossas tradições e solidária sempre com o nosso destino. O mineiro, na sua serenidade e mansuetude, é determinado e inflexível, seguro e forte.

Mas a atuação de Minas Gerais não se restringe ao plano político, ultrapassa-o. Não foi um mineiro, Juscelino Kubitschek, que fez Brasília e deslanchou no País o processo desenvolvimentista?

NORDESTINO

Nordestino, filho de um dos nossos menores Estados, enquanto Minas é um dos maiores do Brasil, não tenho complexos por isso, e reconheço e proclamo a posição de liderança da grande terra montanhosa no conjunto nacional. A sobriedade, a contenção, o bom senso dos mineiros não colidem com os nossos extravasamentos emocionais, as nossas paixões, as nossas afetividades. Como já acentuei, nós, os nordestinos, encontramos nos mineiros uma correspondência de sentimentos que não se exprimem pelos gestos espetaculares nem pelos entusiasmos, mas pela moderação, pela vida interior, pela profundidade.

ATRAÇÃO PELO SUL

Muito se alude à atração que o Sul exerce sobre o nordestino. Realmente nós deixamos a nossa terra, mas não tangidos pelo clima inclemente ou simplesmente dominados pelo espírito da aventura e sim, mais propriamente, impulsionados pela necessidade, em busca de meio maior onde encontrar um lugar ao Sol. É de alagoanos a

maior colônia de nordestinos de São Paulo, que já teve, aliás, — e no exemplo bem se espelha a unidade nacional — um governador alagoano, Albuquerque Lins, como teve um mineiro, Bernadino de Campos; e um fluminense, Washington Luis.

O mineiro ama ficar na terra em que nasceu, mas, ainda assim, não deixa de acolher bem e ceder lugar aos nordestinos, como a Alberto Deodato, de Sergipe, que neste Estado foi eleito Deputado Federal e Presidente do Diretório Regional da União Democrática Nacional; Francelino Pereira, do Piauí, atual Deputado Federal e Presidente da Aliança Renovadora Nacional; Itamar Franco, da Bahia, Senador da República e ex-Prefeito de Juiz de Fora; José Brandão, alagoano, que em novembro último foi eleito vereador de Araxá.

VISITA AO VALE DO JEQUITINHONHA

Minas bem representa, através de suas regiões tão diversas, o próprio Brasil. Há alguns anos, telefonei ao então Governador Rondon Pacheco e lhe comuniquei que desejava visitar Minas Gerais.

— Com a maior alegria o receberemos — respondeu-me gentilmente o Governador. Vamos ver a cidade industrial de Belo Horizonte.

— Não — disse-lhe eu, rápido. O que desejo é conhecer a região mais pobre de Minas Gerais; o Vale de Jequitinhonha.

Com a amabilidade que lhe é peculiar, colocou o Governador à minha desposição o pequeno avião da empresa estatal encarregada do Vale. Acompanhado de seu ilustre Diretor, o saudoso Fidelino Vianna, por sinal, baiano, que reunia ao seu idealismo militante a sua proverbial coragem e capacidade de servir, lá estive eu por dois dias, visitando cidades e entrando em contato com os seus habitantes.

— Esta é uma região mais pobre que o Nordeste mais pobre — declarei, então, aos jornais.

PIAUI E ALAGOAS

Quando perguntava a alguém sobre algum problema local, só recebia uma resposta:

— Dele está cuidando o Deputado Francelino Pereira.

Era a sensibilidade do piauiense Francelino Pereira tocada pelos sofrimentos de uma gente em luta contra as doenças, a fome, o analfabetismo.

Levou-me depois o avião a Montes Claros, que é o inverso da medala. Ali se encontram instaladas indústrias do mais alto valor, financiadas pela SUDENE.

Mas o que mais me encantou mesmo foi ver em região tão despojada de recursos, a cidade de Divisa, servida, através da Bahia, pela energia de Paulo Afonso, a grande cachoeira encravada em território alagoano. É a contribuição do meu pequeno Estado e do Nordeste à região mais pobre de Minas Gerais.

APELO AO GOVERNADOR

Minhas Senhoras, meus Senhores:

Antes de concluir meu agradecimento, desejo fazer um apelo ao Governador Aureliano Chaves, cujo valor pessoal e cujo patriotismo bem conheço, para que ajude Araxá a ir para frente, o que coincide com a sua filosofia de Governo, segundo a qual o homem é a meta prioritária. Obra benemérita do Governador Benedito Valadares, lemos no pôrtico das Termas do Barreiro estes dizeres: "Em 19 de abril de 1944, inauguramos esta obra, construída pelo Governo de Minas Gerais em **benefício da saúde do povo**. Getúlio Vargas. Benedito Valadares".

Tem, assim, o Governo do Estado a responsabilidade de proteger a todo custo este tesouro, esta fonte de vida para os brasileiros, dotando Araxá dos meios necessários à sua sobrevivência e defendendo-o dos assaltos do progresso.

E ao Sr. Prefeito, que visitei para prestar-lhe as homenagens do meu apreço, com os meus agradecimentos pelas generosas palavras que aqui pronunciou a meu respeito, os meus aplausos e minhas felicitações pelo empenho que demonstra em resolver os problemas

deste admirável Município, a cujos representantes renovo meu profundo reconhecimento pelo honroso título que me concederam, especialmente ao vereador Kleber Pereira Valeriano, autor do requerimento aprovado unanimemente por esta Câmara e que tão amavelmente se referiu à minha pessoa no discurso com que abriu esta solenidade".

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ARNON DE MELLO, EM SEU DISCURSO:

Araxá (Minas Gerais) — A Câmara de Vereadores desta cidade realizou sessão extraordinária e solene para entregar ao Senador Arnon de Mello o título de cidadão honorário de Araxá, que lhe foi conferido unanimemente em novembro de 1975, a requerimento do Vereador Kleber Pereira Valeriano, Presidente do Diretório Municipal do MDB.

O salão da Câmara Municipal estava repleto de figuras de todas as classes sociais. O Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado, filho desta região, fez-se representar no ato pelo Dr. Ademar Rodrigues da Silva, Presidente da Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro, que falou em seu nome, saudando o novo cidadão araxaense. Abrindo a sessão solene, o Presidente da Câmara, Vereador Waldir Benevides de Avila, nomeou uma comissão de três vereadores para introduzir no salão o Senador Arnon de Mello, que se encontrava em outra sala, na companhia de sua Exma. Senhora, Dona Leda Collor de Mello, e de amigos.

Ingressando sob palmas no recinto, o Senador Arnon de Mello e Senhora foram convidados pelo Presidente, Dr. Waldir Benevides de Avila, a tomarem assento na mesma mesa que presidiu os trabalhos.

VEREADOR KLEBER VALERIANO

Depois de dizer das razões da reunião extraordinária da Câmara Municipal, o Dr. Waldir Benevides de Avila concedeu a palavra ao Vereador Kleber Pereira Valeriano, que pronunciou o seguinte discurso:

Neste momento, em que o Brasil atravessa uma de suas fases mais difíceis, tanto política quanto econômica, o diálogo é, mais do que nunca, necessário. Os problemas nacionais não mais poderão ser resolvidos por simples decretos. Há necessidade de um consenso nacional para encontrarmos soluções capazes de atender à maioria do povo brasileiro.

Esse consenso será alcançado através do que se convencionou chamar diálogo nacional. Não o diálogo unilateral, muito comum em nossos dias, em que cada facção procura as soluções que melhor lhe convenham, mas um diálogo amplo, na busca de soluções coletivas.

Ao som do frevo, do carimbó, do baião, do samba, do choro, da moda de viola, da toada ou do rasqueado, reunamos na mesa de conferência a poesia, a inteligência do homem do norte e do nordeste; a alegria e o humor do carioca; a pressa do paulista; a ponderação e desconfiança do mineiro; a coragem e a determinação do gaúcho; e conversemos, franca e sinceramente, sobre o grave impasse brasileiro. A responsabilidade pela hora presente é nossa, de todos, e nos cabe encontrar soluções.

DIÁLOGO

Se problemas internacionais nos afetam, procuremos os mecanismos adequados à nossa defesa. Se o comunismo internacional não nos convém, repudiemo-lo com todas as nossas forças. O comunismo fracassou em todos os países onde foi implantado e não constitui modelo adequado ao Brasil. O povo brasileiro é de formação cristã e liberal, jamais admitindo regimes ateus e autoritários.

Por outro lado, o capitalismo não é a nossa forma ideal. Os regimes capitalistas promovem a desigualdade de classe, a escravidão operária. O imperialismo dos ricos, principalmente dos norte-americanos, também não é para nós conveniente. Busquemos então a nossa solução, o nosso modelo.

O diálogo é possível, bastando que cada um se prive de seus próprios interesses, buscando sempre, o interesse geral.

Que façamos de nossos partidos políticos bandeiras de luta e nunca barreiras a impedirem o nosso progresso. Construamos o Brasil do futuro, dialogando. É para isto que temos as nossas Casas Legislativas. É para isto que nos reunimos nesta noite, em sessão festiva da Câmara Municipal de Araxá.

ARNON

Ao homenagearmos uma das mais ilustres figuras políticas e empresariais do nordeste brasileiro, estamos homenageando todo o País. Nascido a 19 de setembro de 1911, em Rio Largo, Alagoas, Arnon Affonso de Farias Melo, filho de Manoel Affonso de Melo e de D. Lúcia de Farias Melo, é nosso homenageado de hoje. Casando-se, em 8 de dezembro de 1939, com D. Leda Collor de Melo, filha de Lindolfo Collor, o primeiro Ministro do Trabalho do Brasil e autor da nossa Lei de Previdência Social, o Senador Arnon de Melo tem cinco filhos:

Leopoldo, casado com Regina Cozzo e integrante da Rede Globo de Televisão;

Leda Maria, casada com o Embaixador Marcos de Salvo Coimbra, representante do Brasil na Costa do Marfim, África;

Ana Luisa, jornalista, dirigente das Sucursais das **Gazetas**, no Rio e em Brasília;

Fernando, casado com D. Lillibeth Monteiro de Carvalho, e Diretor Superintendente da **Gazeta de Alagoas** e da Organização Arnon de Melo;

Pedro, diretor da **TV Gazeta de Alagoas**.

Arnon formou-se em Direito a 8 de dezembro de 1939, no Rio de Janeiro. Jornalista, trabalhou nos Diários Associados e foi proprietário do **Diário Carioca**, do Rio de Janeiro. Como jornalista e empresário, está ligado às seguintes empresas: "Rádio Gazeta de Alagoas; jornal "Gazeta de Alagoas", "TV Gazeta de Alagoas" e Gráfica Editora Gazeta de Alagoas, todas com sede em Maceió, Alagoas.

POLÍTICO

Como político, foi Governador do Estado de Alagoas de 1951 a 1956; foi Presidente da UDN de Alagoas. Eleger-se Senador da República em 1962, reelegendo-se em 1970, com mandato até 1979. É membro da Comissão de Economia, da Comissão de Minas e Energia e da Comissão de Relações Exteriores e membro suplente da Comissão de Educação, do Senado Federal. Sua atuação como Senador tem sido das mais destacadas. Representou o Brasil nas Conferências Atómicas de Viena, na Áustria, em 1967 e 1968; e no Congresso de Radioisótopos de Tóquio, no Japão, em 1967. Integrou a Delegação do Brasil à Conferência Interparlamentar de Copenhague, Dinamarca, em 1967; e à Conferência Interparlamentar de Belgrado, Iugoslávia, em 1968; a Delegação do Brasil à Conferência do Parlamento Latino-Americano de Brasília em 1971 e Santiago do Chile em 1972, a Delegação do Brasil à Reunião do Parlamento Europeu em Estrasburgo, na França, em 1968. Fez parte da Delegação do Brasil à Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, em 1973. Em 1974 integrou a Delegação do Congresso Nacional à Conferência dos Parlamentos Latino-Americano e Europeu, em Luxemburgo.

ESCRITOR

Como escritor, já publicou numerosos livros, entre os quais os seguintes: "Os Sem Trabalho da Política", em 1931; "África, Viagem ao Império Português", em 1940; "Uma Experiência de Governo", em 1957; "Energia Nuclear", em 1970; "Desenvolvimento Científico e Tecnológico", 1970; "Pesquisa", em 1970; "Emigração de Cientistas", 1967; "Ciência e Democracia", 1969; "Brasil, passado e Presente", 1972; "Educação e Progresso", 1973; "Alagoas, Petróleo e PETROBRÁS", 1972; "Pelé no Senado", 1968; "Resposta ao Senador Edward Kennedy", 1971; "Vereadores", 1966; "Açúcar: Fator de Equilíbrio da Unidade Nacional", 1974; "Nova Política do

Norte-Nordeste e o Centro-Sul", 1968; "Problemas do Nordeste", 1969; "Desigualdades Regionais", 1970; "Participação do Poder Legislativo na Evolução do Brasil", 1971; "Alimentação e Nutrição", 1972; "Distribuição de Renda e Desenvolvimento", 1973; "Vinte Anos de PETROBRÁS", 1974; "Portugal e as Colônias da África", 1975, etc.

Misto de político, empresário e escritor, Arnon de Melo é grande amigo e admirador de Araxá, que visita desde 1942. O seu amor por nossa cidade fez de seus filhos, também, amigos de Araxá, que visitam constantemente e onde passavam o carnaval nos anos de sua infância e adolescência. Mas o amor de Arnon de Melo por Araxá não o faz apenas um visitante dos mais ilustres e assíduos. Fê-lo também um de nossos divulgadores. Consta que nos corredores do Senado, quando não está falando de seu Estado, de sua gente, está falando de Araxá, seu clima, suas águas. E é exatamente este carinho por nossa cidade, da parte de tão ilustre homem público, que dá maior brilho a esta noite.

CONCLUSÃO

Prezado Senador Arnon de Melo:

Já se disse que o homem é cidadão do mundo. O ser humano integra uma comunidade universal. Não seria uma simples lei que iria conferir uma cidadania. O título que esta Casa lhe outorga nesta noite nada mais é do que a gratidão de um povo amigo. Queremos neste "muito obrigado", neste gesto simples, porém sincero, estreitar ainda mais os laços de amizade que unem os mineiros ao alagoano.

Formulamos votos a Deus pela sua saúde e de seus familiares, para que possamos, por muitos anos ainda, ter a alegria de recebê-lo em nossa cidade, de hospedá-lo em nossa estância.

A D. Leda os nossos respeitos e a alegria de tê-la entre nós. Ao Leopoldo, Fernando e Pedro, à Leda Maria e Ana Luisa o nosso fraterno e carinhoso abraço.

REPRESENTANTE DO MINISTRO DA SAÚDE

Falou em seguida, como Representante do Senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado, o Dr. Ademar Rodrigues do Vale Júnior, Presidente da Sociedade de Medicina de Araxá, que assim se expressou:

"Exmo Sr. Dr. Waldir Benevides de Ávila — Presidente da Câmara Municipal de Araxá.

Exmo Sr. Dr. Araceli de Paula, nosso prefeito municipal.

Demais autoridades, senhores vereadores, minhas senhoras, meus senhores;

Exmo Sr. Dr. Arnon de Melo, mui Digno Senador da República.

Dentre as várias razões que o Ministro Paulo de Almeida Machado teria para se sentir feliz em participar desta assembléa, eu me permito salientar apenas duas: de um lado, a amizade fraterna que o liga a essa figura ímpar do Senado Federal, Senador Arnon de Melo; e, de outro lado, o amor à terra que o viu nascer.

Entretanto, mercê de suas ocupações à frente do Ministério da Saúde, que o impossibilitam de aqui comparecer, pediu-me que o representasse, que externasse a esta Casa os seus cumprimentos, os seus parabéns pela justa iniciativa de oficializar um amor já de longos anos, como disse o Vereador Kleber Pereira Veridiano, qual o do Senador Arnon de Melo por nossa terra.

Pedi-me ele que transmitisse à população araxaense, através de suas lideranças, os seus parabéns por tão feliz iniciativa. Pedi-me ainda que fosse portador do seu abraço fraterno ao Senador Arnon de Melo, com os seus votos de felicidade pessoal, e, neste abraço, estivessem contidos os seus votos a Deus para que cumule V. Exmo de bônus a fim de que continue a sua carreira de homem público ímpar, permanecendo sempre como um exemplo de cidadão do Brasil."

GERALDO PORFÍRIO

Depois de falar o Dr. Ademar Rodrigues do Vale Júnior, representante do Sr. Ministro da Saúde, o Presidente, Dr. Waldir Benevi-

des de Avila, concedeu a palavra ao Dr. Geraldo Porfirio Botelho, Provedor da Santa Casa e Presidente da Rádio Imbiara, que pronunciou o seguinte discurso:

"Caríssimo Senador Arnon de Mello:

Nas oportunidades quase sempre raras, mas nem por isso menos gratificantes, em que tenho ocupado esta tribuna, começo invariavelmente por enaltecer as funções do Poder Legislativo.

Tanto mais razão tenho hoje para enaltecer-lo, quanto mais me lembro de que esta homenagem se dirige a uma das figuras mais importantes do Congresso Nacional.

É aqui, nesta Casa, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, sob este teto e em cima deste piso, que se discutem e se analisam as aspirações legítimas da nossa comunidade. E, com tal participação, esta Casa envia ao outro Poder, não menos responsável e não menos respeitável, os instrumentos legais de que ele necessita para conduzir e promover o progresso do Município e o bem-estar do povo araxaense.

PODER LEGISLATIVO

Ao referir-me ao Poder Legislativo, evoco, com grande saudade, aqueles tempos difíceis em que o País emergia de uma longa ditadura, e em que tive, por desvanecedora delegação de grande parte dos meus concidadãos, a honra de tomar assento numa dessas cadeiras.

Transcorrido o tempo, feitas e refeitas as transformações, decorrentes do progresso, da evolução, estamos hoje num estágio em que me confesso democrata por vocação.

Gostaria de ver o Poder Legislativo, já não digo hipertrofiado das suas funções, como ocorria no sistema parlamentarista, porém menos atrofiado nas suas atribuições. Entretanto, este é por outro lado, o preço que se deve pagar, em certas circunstâncias, para atender às conveniências superiores e aos interesses maiores da nacionalidade. O que nos conforta e nos anima é que este País, em cujo cenário legislativo, V. Ex's, Srs. Vereadores, ocupam um lugar, caminha, cautelosamente embora, para a recuperação total daquelas normas condizentes com a vocação do povo brasileiro, segundo cujos princípios "o Poder emana do povo e em seu nome é exercido". V. Ex's, Srs. Vereadores, representam nesta Casa as aspirações da nossa comunidade, e tanto mais aumentam as nossas aspirações de crescimento e os nossos desejos de bem-estar social, tanto mais aumentam as responsabilidades de V. Ex's.

SENADOR ARNON

Diria, pedindo a V. Ex's, Sr. Presidente e Senhores Vereadores, que me relevem essa incursão em terreno mais ou menos teórico, que, ao que parece, nada tem a ver com os motivos pelos quais esta Câmara foi hoje convocada. Esses conceitos, repito, nascidos de uma observação provinciana, mas lastreada em largos e longos anos de vivência política, são emitidos em homenagem à formação política do nosso homenageado.

Conheço o Senador Arnon de Mello há alguns anos. Liguei-me a ele por uma honrosa e estreita amizade, e o nosso relacionamento advém, provavelmente, da nossa afinidade de idéias e considerações, o que para mim constitui motivo de muito desvanecimento.

Neste ponto, devo abrir um parêntese para dizer que não é em função de ser seu amigo, não é em função de receber a honra de suas atenções que emito neste instante elogios à sua pessoa. Meu jeito e meu caráter jamais permitiriam que, numa solenidade deste porte, com tanta significação, da minha boca saíssem palavras que não estivessem estreitamente ligadas ao meu pensamento e ao coração.

Pediria agora licença ao Senador Arnon de Mello, com quem tenho convivido muito, como já disse, e de quem tenho haurido constantemente idéias magníficas a fim de compor a margem desta Nação, para estender a homenagem que lhe presto, nesta tribuna, à sua excellentíssima senhora, Dona Leda Collor de Mello, aqui também presente.

HISTÓRIA PÁTRIA

Não sei, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, se a geração que sucedeu à minha seria capaz de identificar alguma coisa estreitamente vinculada à história deste País, quando ouve esse sobrenome Collor. Não sei, porque tantas são as reformas do nosso ensino, tantas são as modificações dos currículos escolares, que honestamente nem posso dizer se a nossa mocidade, sobretudo aquela que hoje estuda, conhece realmente os fatos mais importantes da História Pátria. Conhecê-los não apenas através de uma cronologia de datas e de pessoas, mas principalmente e sobretudo, afim de que se possam analisar a atuação e a participação das figuras históricas, visando a que se traga para a vida presente ou para o exemplo do futuro aquilo que, como disse certa vez o Embaixador Osvaldo Aranha, de saudosa memória, seja válido e aproveitado, e recusando aquilo que deva ser recusado.

SOBRENOME COLLOR

Ao lembrar-me do sobrenome Collor, meu espírito recua no tempo, lá pelos idos de 1929—1930, quando este País, ainda engatinhando, exigiu, através de calorosa manifestação popular, alguma coisa que o reformasse, alguma coisa que lhe modificasse a estrutura política e, em consequência disso, o arcabouço administrativo.

Surgiu então um nome, na cúpula dos articuladores do histórico movimento de 1930, o do Deputado Lindolfo Collor; integrante da mesma geração de João Neves da Fontoura, o homem da casquinha de noz; de figuras do porte político e da coragem pessoal e cívica de Batista Luzardo, o homem "do quem vem lá"; de Maurício Cardoso, que, em tempos tão difíceis como os que vivemos hoje, porque também tempos de transição, exerceu o Ministério da Justiça.

Estendo-me nestes detalhes aos presentes e à minha terra, através das ondas da Emissora local, pelo alto significado que deve ter para o povo brasileiro, sobretudo para as gerações mais novas, o sobrenome Collor, que a Senhora do Senador Arnon de Mello usa.

UNIÃO MELLO-COLLOR

Em seguida, decorrido algum tempo, houve uma união, que se diria, até, de contribuição à própria unidade nacional, através da constituição da família: um Mello de Alagoas, unindo-se a uma Collor do Rio Grande do Sul. Desta união, resultaram rebentos que, digo porque sei, já começam a honrar o sangue que lhes corre nas veias.

Esta homenagem ao Senador Arnon de Mello se estende, por consequência, à sua Senhora, segundo eu a entendo e por isso o proclamo, porque todo aquele homem público que serve de modelo às nossas gerações de hoje e às gerações futuras, homem público da estatura de Arnon de Mello, só consegue galgar os degraus da escada de sua gloriosa carreira, se tiver ao seu lado o estímulo permanente, constante, a palavra de confiança daquela que uniu a sua vida à vida dele, para enfrentar todas as lutas e todas as vicissitudes.

SENTIDO DA HOMENAGEM

Diria ainda ao Senador Arnon de Mello, figura da maior projeção do Senado Federal, que a pessoa huma se constitui de igualdades desiguais. Com exceção da nossa procedência, da nossa natureza divina, o resto é desigual. Do mesmo modo, as razões que informam homenagens como a desta noite também diferem. Há homenagens de agradecimento a benesses recebidas. Há homenagens em função de esperanças futuras. Há homenagens fundadas em grandes motivos e até mesmo sem nenhum motivo.

O Senador Arnon de Mello não representa para Araxá a materialidade de alguma coisa de sentido também material, que ele nos tenha dado. Representa muito mais: representa o exemplo do homem público modelar, representa o exemplo do brasileiro

profundamente preocupado com os problemas fundamentais da Pátria. Representa, através de sua convivência, a transmissão da sua sabedoria, da sua experiência, a todos quantos com ele convivem. E acrescentaria que em Araxá só não convive com Arnon de Mello quem não quiser conviver com Arnon de Mello. Porque, dificilmente, no imenso cenário dos homens públicos de alto gabarito desta Nação, nós encontramos uma figura tão acessível, uma figura tão simpática, que, desde o primeiro contacto, abre ao seu interlocutor as maiores bases. Esta homenagem vai vinculá-lo ainda mais à nossa terra.

ARAXÁ

Somos uma cidade que, apesar de somente agora despontar para uma grande riqueza industrial, tem uma tradição turística que deve ser preservada, resguardada. Homenagens desta ordem vão trazer, como consequência imediata, ainda mais, os propósitos do homenageado de divulgar nas altas rodas em que convive as virtudes da nossa estância, a magnitude do nosso clima.

Há cerca de dois anos passados, numa conversa informal com o então Vice-Presidente da República, Almirante Rademaker, disse-lhe eu: "Araxá é uma cidade privilegiada." E, em resposta à sua pergunta, acrescentei: "Privilegiada pela oportunidade que tem do convívio permanente com os grandes homens públicos deste País." E continuei falando-lhe de outro aspecto da situação de Araxá: "O Senhor, por exemplo, de bermuda, em pleno dia, numa das salas do clube social da cidade, está conversando com um araxaense. Não há medida para estabelecer a distância que existe entre este araxaense de província e V. Ex", alçado à altitude de Vice-Presidente da República. Acentuei ainda que, "mercê da boa convivência, muito poderíamos postular às autoridades que nos visitam, dada a receptividade que encontramos em função mesmo desse convívio."

Esta é, segundo a minha impressão, a minha certeza, a razão fundamental da concessão desse título de cidadão honorário ao Senador Arnon de Mello. Estou certo de que, a partir de hoje, — se isto for possível, se no seu coração, que sei que é muito grande, ainda houver lugar para mais amor, — S. Ex" será muito mais araxaense, muito mais vinculado à nossa terra, aos nossos interesses, às nossas aspirações. Posso concluir, assim, dizendo que, na área federal, Araxá encontra um novo apoio, uma nova sustentação para as suas reivindicações de caráter coletivo, visando ao benefício comum da nossa comunidade."

DISCURSO DO PREFEITO

Foi o seguinte o discurso do Prefeito de Araxá, Dr. Araceli de Paula, que compareceu à solenidade acompanhado de sua excelentíssima esposa:

"Excelentíssimo homenageado, Senador da República, Dr. Arnon de Mello:

A Câmara Municipal de Araxá tem-se pautado, através de uma longa tradição, em conceder o título de cidadania àquelas pessoas que, realmente, fazem jus a esse título. A nossa galeria de homens ilustres a cada ato legislativo tem sido enriquecida grandemente.

Prova evidente foi este ato legislativo, de autoria do vereador Kleber Pereira Valeriano e referendado por todo o plenário, de outorga da cidadania ao ilustre Senador Arnon de Mello.

Mas a Câmara, representante das aspirações populares, como foi dito e como é fato, apenas ratifica, através de um ato legal, aquilo que o sentimento popular, que a alma e o espírito dos araxaenses, já houvera anteriormente consagrado.

HOMENAGEM JUSTA

Por isso, nós entendemos que, desde que o Senador Arnon de Mello se apaixonou por Araxá, se enamorou de suas águas e do seu clima, se afeiçoou à sua gente, houve uma reciprocidade, a contar de 1942. Neste País sem fronteiras, que desconhece as delimitações dos mapas, os acidentes geográficos que separam os povos, tendo desde longa data havido este contato entre o Senador Arnon de Mello e a

gente araxaense, numa afetividade mútua, Arnon de Mello já era araxaense, Araxá já considerava Arnon de Mello como seu filho.

Alegra-me parabenizar a Câmara por este reconhecimento. E aproveito o ensejo para parabenizar também, pelo bom cumprimento que deu à sua missão, este Legislativo, com o qual tive a honra de trabalhar durante um ano e seis meses, o qual soube sentir, com o Poder Executivo de Araxá, todas as vicissitudes, todos os dramas e todas as necessidades da nossa gente, e, como nós, soube captar todas as nossas possibilidades, todas as nossas perspectivas. Somados Poder Legislativo e Poder Executivo, tivemos a satisfação e a honra de proporcionar a Araxá as condições necessárias para esta arrancada gigantesca que, mercê de Deus, estamos dando para o futuro. Agradecido a esta Câmara, desejo dizer que divido com todos os senhores vereadores esta antevista que tenho do futuro radioso e promissor da minha terra.

NÃO APENAS AFETIVIDADE

Mas, certamente, Senhor Senador Arnon de Mello, caríssimas autoridades, a Câmara, ao prestar-lhe tão alta homenagem, não se pautou apenas pelos laços de afetividade, não se pautou apenas pelo romantismo do amor do Senador Arnon de Mello por Araxá e pela reciprocidade dos sentimentos de Araxá para com os sentimentos do Senador Arnon de Mello. Outras pessoas se enamoraram desta terra e, no entanto, não receberam a mesma homenagem. Na sua sabedoria, Poder Político que é, a Câmara dividiu no Senador Arnon de Mello algo mais que um simples admirador de Araxá. Dividiu nele uma das mais impolutas figuras da vida pública nacional. Dividiu, em Arnon de Mello, um batalhador pela causa democrática. Viu em Arnon de Mello um entusiasta revolucionário. Viu em Arnon de Mello o administrador da longínqua Alagoas, que teve, no seu mandato, grandes desafios. E porque teve e aceitou grandes desafios, foi um dos maiores, senão o maior Governador que aquele Estado já teve.

NO GOVERNO DE ALAGOAS

Quando assumiu o Governo das Alagoas, o ilustre Senador Arnon de Mello encontrou um Erário insuficiente para as grandes necessidades do Estado. Mas captou de imediato a simpatia e a confiança dos seus coestaduanos, e, partindo, bravamente, para uma obra de Governo solidária, foi uma figura que deixou marcas em Alagoas, foi o homem que abriu estradas, foi o homem que asfaltou, foi o homem que deu dimensões gigantes àquele Estado que o mapa temia em mostrar pequeno.

Arnon de Mello, com seu arrojo e sua coragem e com seu tino político e com sua vontade de fazer prevalecer o interesse coletivo acima do interesse particular, enfrentou, também, a inconseqüência dos seus desafetos. Mas não perdeu nunca a serenidade e, tendo construído e asfaltado rodovias, colocou Alagoas na estrada certa.

Administrador arguto, administrador corajoso, o ilustres Senador Arnon de Mello fez do seu pequeno Estado um dos grandes Estados da União, um dos mais respeitados Estados brasileiros.

Nós que, como ele, também defrontamos um processo administrativo de desenvolvimento, sabemos o quanto é curto o prazo para aqueles que querem trabalhar. Às vezes é mesmo necessário que tenhamos a coragem suficiente para resistir às incompreensões quando desafiamos o tempo, porque o tempo é curto.

Aqueles que querem trabalhar não se podem dar ao luxo de esperar que todos os ventos estejam favoráveis. É necessário ter coragem para enfrentar as intempéries e os mares encapelados. E aqueles que confiam em si mesmos irradiam confiança.

SAUDACÃO

Nós saudamos no ilustre ex-Governador de Alagoas uma figura executiva. Mas saudamos também o eminentíssimo Senador da República, o homem que faz parte da Câmara Alta do País, e que compreende-

de, perfeitamente, o processo de transição que atravessa a Nação Brasileira. Processo de transição, que mantém abertos o Poder Legislativo e o Poder Judiciário para que, ao lado do Poder Executivo, se forme este tripé no qual se assentam os postulados sagrados da democracia. Arnon de Mello entende perfeitamente que a democracia de hoje não tem mais o romantismo de antanho; ele entende perfeitamente que outros são os tempos. Então, é necessário que o próprio regime seja adaptado ao tempo. Então, é necessário que Legislativo, Executivo e Judiciário se irmanem, um completando o outro, um suprindo as deficiências inerentes a cada qual.

DIÁLOGO

É preciso que nesta fase de transformação haja realmente o diálogo. Mas o diálogo sadio em que se tenha por finalidade única e exclusivamente a Nação Brasileira.

É preciso que, irmanados, compreendamos o momento em que vivemos, e que integremos esta Nação no contexto mundial, situando-se a posição brasileira em face das demais posições.

É preciso que haja, realmente, esta transição; que haja, realmente, este diálogo; é preciso tudo isso, sim, mas que esse diálogo se faça abertamente, com a consciência de que, se não formos fortes internamente, seremos facilmente vencidos por problemas externos.

Senhor Senador Arnon de Mello:

Araxá está em festas. Araxá lhe rende um tributo de apreço, e lhe rendendo este tributo, a cidade presta sua homenagem ao Senado da República, a este mesmo Senado que abrigou no passado vultos ilustres de grandes políticos mineiros e que na atualidade acolhe outros grandes nomes do nosso Estado.

É com uma satisfação muito grande que nós sabemos e sentimos que a bancada mineira neste momento ganha mais um representante e que Araxá passa a ter no Senado da República mais um representante. Isso para nós é uma alegria imensa, Senhor Senador Arnon de Mello.

ARAXAENSE

Como araxaense desejamos abrir um pequeno parênteses, nesta festa, para saudarmos, aqui, também, a figura singular do Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado, profundamente encaixado nesta terra de Araxá, pois viveu aqui grande parte da sua vida e hoje aqui se faz representar pelo ilustre médico Dr. Ademar Rodrigues do Vale Júnior. É muito grande também nossa alegria em termos, ao nosso lado, a esposa do Sr. Ministro, Dona Aparecida de Almeida Machado.

Tais circunstâncias vêm completar esse clima de festa, esse clima de euforia.

Araxá é isso, Senhor Senador Arnon de Mello. Araxá é o somatório das tradições do passado. Araxá é o romantismo das águas. Araxá é esse clima benfazejo. Araxá é uma cidade cosmopolita por natureza, mas Araxá é uma cidade que, sobretudo, é acima de tudo, sabe respeitar, sabe enaltecer e reverenciar os valores.

V. Ex^{as}, que ocupou os mais altos e dignificantes cargos no seu Estado, nós sabemos que V. Ex^{as}, estando no Senado, não está no último degrau. Existem certas pessoas, para as quais não há o último degrau. Elas vão subindo, subindo até que um dia, sem que se perceba, continuam subindo, entram pelas nuvens, e o seu nome fica na história."

PALAVRAS DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

Após a leitura da concessão do título, o Presidente da Câmara de Vereadores, Dr. Waldir Benevides de Ávila pronunciou as seguintes palavras:

"Chegamos ao momento culminante desta Sessão. E é para nós, Vereadores, e para nós, araxaenses, uma satisfação muito grande receber nesta Casa personalidades tão importantes e tão distintas. Representantes do povo araxaense, mais uma vez cumprimos um

dever de gratidão homenageando uma figura tão expressiva, tão importante no cenário político brasileiro como o Senador Arnon de Mello.

A nossa querida cidade de Araxá alegra-se em ver chegado o momento de prestar a sua homenagem a um ilustre brasileiro que, já por cerca de 40 anos, se tornou, por sua vontade, por sua simpatia, um nosso conterrâneo.

Nesta noite, ante todos os Vereadores, ante as autoridades aqui presentes e o povo que aqui se encontra, nós vamos prestar ao grande Senador da República, Dr. Arnon de Mello, nossa sincera homenagem.

Convidamos a esposa do digníssimo Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado, a Senhora Aparecida de Almeida Machado, que aqui nos honra com a sua presença, para entregar o título de cidadão honorário de Araxá ao eminentíssimo Senador Arnon de Mello.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB—SC) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil apresenta um dos maiores índices de crescimento demográfico do Mundo. Sua população está provavelmente na ordem dos 115 milhões e, dentro de apenas 23 anos, mantido o atual índice de crescimento, ultrapassará os 200 milhões de habitantes.

Crescimento tão fantástico gera uma série de problemas que exigem inteligência, sabedoria, clarividência, esforço e destemor, para superá-los.

Na área da educação, especialmente no que tange aos recursos humanos, reside o exemplo mais eloqüente.

Com o rápido aumento populacional, há o consequente crescimento vertiginoso das taxas de matrícula.

No período de 1960 a 1970, em apenas 10 anos, as matrículas nos antigos cursos primário, ginásial e colegial elevaram-se na proporção de 72%, 278% e 319%, respectivamente. Uma média anual de 7,2%, 27,8% e 31,9%, respectivamente. Nos grandes centros urbanos, onde a concentração humana cresce de forma espetacular, esses índices atingiram cifras surpreendentes. Aqui em Brasília: 1.013%, 6.155% e 26.014%.

Tal crescimento de matrículas tem, evidentemente, obrigado o recrutamento, no mercado de trabalho, de recursos humanos em igual proporção.

Aí reside exatamente o grande "calcanhar de Aquiles" da educação em nosso meio.

Numa apreciação mesmo sem profundidade, qualitativa e quantitativamente, dos recursos humanos disponíveis e em atividades no mercado de trabalho, vamos encontrar um painel desalentador.

O magistério, a cada ano que passa, vem sendo exercido por pessoas menos habilitadas, menos qualificadas. Está-se tornando sempre mais difícil a conquista de elementos habilitados a cumprir satisfatoriamente a função de educador. Aumenta extraordinariamente a fuga no ensino, provocando um déficit que se acentua em escala maior. Segundo estamos informados, no Rio, 4 professores por dia abandonam o magistério.

E por que isso está a ocorrer, a cada ano, repetimos, em maior número?

Porque no Brasil o professor é, de um modo geral, mal remunerado. Não ganha para viver dignamente. O seu salário é até mesmo humilhante, degradante.

Recebendo salários simplesmente aviltantes, o professor, com todo o seu amor e a sua vocação para o magistério, deixa-o, ingressando em outra atividade, de maneira a obter rendimentos que lhe proporcionem certa dignidade de vida.

Os bons, os habilitados, os qualificados deixam o exercício do magistério, ali permanecendo — na maioria — os menos capazes.

Nas últimas séries do ensino fundamental e no segundo grau, é raro acharmos professores que, tendo conhecimento a respeito de técnicas de ensino, psicologia do adolescente, etc, coloquem-nos em prática. A figura do professor de "cuspe e giz" aumenta. A atividade de professor é, em escala sempre mais crescente, tida como "bico": esta a triste e dura realidade, neste País.

Hoje é muito comum o professor lecionar pela manhã numa escola, à tarde numa outra e à noite numa terceira, a fim de conseguir rendimentos que lhe possibilitem a subsistência e o pagamento da prestação da casa adquirida com financiamento do BNH. E preciso que se diga também que muitos, para conseguirem 3 turnos de aulas, têm que se deslocar de sua cidade para outras, cobrindo distâncias de muitos quilômetros. Nesses deslocamentos, para não terem seus salários deteriorados utilizavam o transporte ferroviário, o que já não está mais sendo possível para muitos, porque a Rede Ferroviária Federal está eliminando esse tipo de transporte no País, a pretexto de não dar lucro, como se nos Estados Unidos ou Europa também não houvesse **deficit**, no setor ferroviário.

Quem assim é obrigado a agir tem vontade, disposição, condições físicas e psíquicas adequadas para passar trabalhos aos seus alunos que irão exigir sua correção fora de sala de aula? Positivamente que não. De há muito que essa importante tarefa desapareceu.

Dolorosamente, o nível da educação no País é cada vez mais decadente. Quase que diariamente encontramos nas páginas dos jornais as mais credenciadas autoridades do ensino a lamentarem o seu baixo nível.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço com muita honra o Senador Benjamim Farah.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Quero cumprimentar o nobre Senador pelo seu oportuno discurso. Realmente é um tema fascinante, mas paradoxal, porque nos termos em que V. Ex^e está abordando o problema do ensino, cita ao mesmo tempo a situação dos professores. O ensino é uma das coisas mais importantes do País. Todos os países que conseguiram desenvolver a cultura, se tornaram grandes. Assim está o caso da Alemanha, da França, da Inglaterra, Itália, Japão, Estados Unidos, enfim, todos. Os países que têm uma cultura avançada, têm uma indústria avançada, têm uma situação privilegiada no mundo. Mas há uma situação paradoxal! Porque no Brasil, enquanto um professor é um modesto funcionário, um pobre funcionário, um esquecido funcionário, nesses outros países o professor é uma criatura altamente remunerada e altamente credenciada. No Brasil o professor é relegado a um termo secundário, infelizmente. O professor, no Brasil, é um dos servidores do Estado mais mal pagos, já citei, aqui, várias vezes, o caso dos professores do Pedro II. Ainda há pouco tempo foi uma delegação do colégio Pedro II visitar o Ministro Golbery do Couto e Silva e um dos professores, com seguramente uns 43 anos de magistério, um professor de uma cultura fora do comum, entrou para o colégio com 24 anos, jogando para fora da cadeira: eminentes professores, ele conquistou a cadeira, que é o Sr. Haroldo Lisboa, o contracheque dele é de 3 mil e 500 cruzeiros! Com 43 anos, é um ordenado de um funcionário subalterno. De modo que, com um magistério mal pago, nós não podemos ter, digamos assim, aquela eficiência que precisávamos ter. E ainda mais, um professor, como V. Ex^e o bem diz, é preciso trabalhar em vários lugares para poder viver. Eu aproveito a oportunidade para fazer um apelo, a fim de que o Senado, a Nação olhem um pouco mais para os professores. V. Ex^e está certo, o seu discurso é oportuno e merece toda a nossa solidariedade.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Senador Benjamim Farah, a manifestação de V. Ex^e pela experiência, em especial, das coisas da educação, dá uma esplêndida contribuição ao modesto discurso que estamos a fazer em favor da educação. Perfeitamente correto. O desenvolvimento da Alemanha, do Japão, da Suécia, da

Suécia, dos Estados Unidos, do Canadá, de todos os países que alcançaram o estágio de desenvolvidos, foi devido, principalmente, à instrução, à educação, ao saber, à cultura. Povos que se instruíram, que viram na educação o caminho mais rápido para o seu desenvolvimento: e os Governos, as elites investiram nessa área, alcançando um grande desenvolvimento: o Japão, praticamente destruído pela Segunda Grande Guerra; a Alemanha, que se recuperou rapidamente. Tivemos o milagre alemão, depois da última guerra mundial. Tivemos o milagre japonês em função da estrutura da educação, da cultura, do saber, da tecnologia.

No Brasil, infelizmente, entra governo, sai governo, mas nenhum deles evidencia a sua consciência, a sua responsabilidade para a educação neste País, acontecendo o mesmo com a elite deste nosso querido Brasil. É lamentável! É deplorável!

Quase que diariamente encontramos nas páginas dos jornais — repetimos — declarações das maiores autoridades, e autoridades suspeitas, muitas delas não filiadas ao Partido da Oposição, a criticar asperamente o desdém das autoridades federais pelo ensino.

No penúltimo exame vestibular da Universidade Católica aqui de Brasília, dos 440 classificados apenas 15 conseguiram atingir em matemática o índice de aprovação desejado: 60% de acertos.

A propósito, extraímos de um documento oficial o seguinte:

"A gravidade do problema se avoluma se atentarmos para o fato de que, no mundo de hoje, cada vez mais recai no professor a dignificante, mas árdua, tarefa de formação de nossas futuras gerações, já que a vida moderna solicita cada vez mais a participação do casal em atividade fora do lar. Temos de convir que o professor inevitavelmente ensina o que vê e o que não crê. Ao professor é difícil evitar deixar transparecer a seus alunos seu ponto de vista sobre valores que são a essência de nossa sociedade, tais como a natureza e o potencial do homem, a natureza e a importância da verdade, o valor do indivíduo, o significado da liberdade, o valor da família, a natureza do "bom" ou do "belo". Urge, portanto, que a tarefa de tal responsabilidade passe a ser desempenhada por elementos criteriosamente selecionados e tecnicamente preparados. Elementos estes que, além do conhecimento específico de sua matéria, deverão ser indivíduos de reputação e moral ilibadas, conhecedores das modernas e diferentes técnicas de ensino, da psicologia humana, incluindo tendências para a compreensão de si mesmo e dos outros e da ordem social em que ocorre o processo educacional, além de satisfazer as exigências legais para o exercício do magistério, expressas através de artigos específicos da Lei nº 5.692/71 e da Resolução nº 01/74 do Conselho de Educação do Distrito Federal, e consubstanciados para o Distrito Federal pela Portaria nº 18, de 18 de junho de 1975, do Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura."

Para ser possível encontrar elementos que preencham tais requisitos, é preciso, antes de mais nada, oferecer uma remuneração compatível com a elevada responsabilidade pois, com a que hoje é oferecida, não é possível.

É indispensável que se valorize e se proporcione ao magistério a sua verdadeira importância, a sua alta significação.

Com remuneração justa, traremos novamente às escolas os elementos capazes de dar a nossa educação os níveis desejados.

É imperioso despertarmos para a situação de calamidade em que se aprofunda a nossa educação.

Como poderemos explorar objetivamente as nossas imensuráveis riquezas naturais, transformando-se em bens úteis, se não preparamos convenientemente a nossa mocidade? Sem instruí-la, educá-la, jamais atingiremos a sonhada e desejada meta de país realmente desenvolvido.

Urge portanto, que as autoridades, a nossa elite, todos aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos com o processo de

Educação Nacional atentem para a gravidade da situação, e que nos possamos juntas soluções capazes de transformar esse triste desolador e vergonhoso panorama.

Agora só poderá eler a solução é dinheiro, e dinheiro suficiente o Governo não tem, porque prioridade também é saúde, saneamento, transportes, agricultura, liberdade, democracia, direitos humanos, dívida externa, etc. É verdade. Não temos dinheiro suficiente, mas temos meios para equacionar os problemas da educação brasileira.

Falta-nos apenas coragem, coragem e decisão, decisão de estadista, como aquele de retroceder no plano do depósito restituível da gasolina.

Tenhamos coragem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de decidir em cobrar o ensino nas Escolas Oficiais de 2º e 3º Graus, proporcionando aos carentes de recursos financeiros o Crédito Educativo e tudo no campo educacional estará solucionado.

A ideia não é nova, não é nossa, mas dela participamos inteiramente, eis por que há muitos anos batalhamos pela sua materialização.

Continuaremos clamando, Sr. Presidente, porque julgamos que não estamos falando num deserto.

O Sr. Mauro Benevides (MDB - CT) — Permite V. Ex^{ta} um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB - SC) — Ouço, com muita honra, o nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB - CT) — Nobre Senador Evelásio Vieira, V. Ex^{ta} focaliza, neste instante, um tema da maior importância para os destinos da nacionalidade. E sempre que V. Ex^{ta} vem à tribuna desta Casa, o faz com aquele cuidado na abordagem dos temas que são objeto dos seus pronunciamentos. Esse problema, focalizado no trecho anterior do seu discurso, relacionado com a remuneração condigna para o professorado brasileiro, realmente vem sensibilizando, acreditando, setores de opinião de todas as Unidades da Federação brasileira. No meu Estado, por exemplo, os professores oficiais, através de sua entidade de classe, dirigiram um memorial ao Ministro Ney Braga, apelando para que S. Ex^{ta} encontrasse uma modalidade de subsidiar as despesas que o Estado do Ceará tem com a educação e, desta forma, poderia essa Unidade oferecer aos professores que integram os quadros do professorado de 2º grau uma remuneração à altura das necessidades e da própria dignidade do magistério cearense. Não sei, realmente, qual o destino desse memorial. Não sei se o Ministro Ney Braga já se manifestou sobre ele. O fato é que lá, no Estado do Ceará, os professores continuam a auferir uma remuneração muito aquém de suas reais necessidades.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB - SC) — Senador Mauro Benevides: provavelmente, esse memorial enviado pelo Ceará a S. Ex^{ta} o Ministro da Educação está a ornamentar os arquivos daquele Ministério.

Educação é um assunto sério; instrução é fundamental para o desenvolvimento de nosso povo. Mas, infelizmente, desgraçadamente, Governo e elite não têm uma consciência para o valor, para esta prioridade número um, dentre tantas prioridades deste País. Temos aqui o exemplo: a bancada goiana, integrada de tantos homens talentosos, capazes, que têm dado muito por este País, que tem uma liderança integrada igualmente por pessoas merecedoras da maior admiração; mas que, infelizmente, quando se percuta um assunto dessa importância, nós ficamos a verificar que parece que estamos falando no deserto, por que não surge, pelo menos, uma palavra do Governo para defender o Governo, para dizer por que o Governo se mantém nessa situação, nesse comportamento omissão em relação a um assunto de tamanha importância.

Mas, continuarei nessa mesma linha, na expectativa agradável de que, mais cedo ou mais tarde, nós tenhamos, neste País, a ver-

dadeira consciência para o valor da educação e possamos dar aos brasileiros, a todos, educação não só no 1º Grau, no 2º, no 3º Grau, como também ao filho do pobre o direito dele poder ingressar no ensino superior, para nós preparamos a nossa mocidade a fim de que este País possa, mais rapidamente possível, atingir aquele estágio que nós desejamos, de País desenvolvido.

Eram as considerações que tínhamos, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^{ta} e aos companheiros pela honra da escuta.

Mais cedo ou mais tarde, haverá uma consciência plena entre os responsáveis pela educação e a coragem e as decisões tão reclamadas surgirão para o bem do povo e da Nação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ PRONUNCIA O SEGUINTE DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso. (Pausa.) S. Ex^{ta} não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Lindoso.

O SR. JOSÉ LINDOSO (ARENA — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ocupo a tribuna para registrar, com alegria, a recente nomeação, pelo Senhor Presidente da República, do eminente Professor Otávio Hamilton Mourão para Reitor da universidade do Amazonas e assinalar, ao mesmo tempo, os relevantes serviços prestados ao nosso Estado pelo ex-Reitor, Professor Aderson Dutra.

A indicação de Otávio Hamilton Mourão, além de ser sustentada pela quase unanimidade do Conselho Universitário, contou com o apoio do Governador Henoch Reis e das lideranças políticas amazonenses.

Sem dúvida nenhuma, está ele preparado para o exercício dos magníficos labores da Reitoria, pois, tendo sido Vice-Reitor do governo universitário anterior, conta com invejável acervo de serviços à Educação, desde quando moço ainda, foi admirável professor do nosso prestigioso Colégio Estadual, antigo Ginásio Amazonense "D. Pedro II", e alcangou-se às lides do magistério universitário, continuou conciliando o princípio da autoridade com o diálogo franco com os estudantes. Identificado está com os moços nos seus ideais de estudo para, com o necessário preparo intelectual, servir à coletividade e ao país.

Tem o Professor Hamilton Mourão — descendente que é de tradicional família do Amazonas, cujos ancestrais participaram, nos albores deste século, da fundação e das atividades da primeira universidade brasileira, que foi a Universidade de Manaus — uma visão exata do problema universitário nos seus múltiplos aspectos, e isso lhe garante gestão promissora, dando continuidade ao trabalho do preclaro Reitor a que sucede.

Sentimo-nos particularmente felizes porque, neste ensejo, ao enaltecer, sob o sol da esperança, o Reitor recém empossado pelo eminente Ministro da Educação, o nosso ex-colega de Senado, Ney Braga, posso levantar um elenco das atividades desenvolvidas pelo professor Aderson Dutra.

Nos anos de mandato do Reitor Aderson Dutra, desenvolveu-se um trabalho profícuo, sempre discreto, mas altamente importante para os destinos da Universidade do Amazonas, para cuja realização contou ele com apoio material e estímulo dos Ministros da Educação, Senador Jarbas Passarinho e Ney Braga, além da colaboração de diversas entidades congêneres do País, através de celebração de convênios.

É válido enumerar-se algumas das principais metas alcançadas na Administração **Aderson Dutra**, como:

— Reconhecimento de 16 dos 19 cursos então mantidos pela Universidade, pondo fim à frustração de milhares de jovens amazonenses que há muitos anos aguardavam seus diplomas;

— Criação de sete (7) novos cursos, do maior interesse da região, a saber: Agronomia, Engenharia Elétrica, Estatística, Estudos Sociais, Física, Geologia e Licenciatura em Ciências Biológicas;

— Celebração de convênio com a Universidade Federal do Paraná, garantindo vagas nos cursos de Engenharia Florestal, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica para a mocidade amazonense;

— Celebração de convênio com a Universidade Federal do Ceará, para garantir vagas em Engenharia de Pesca;

— Celebração de convênio de cooperação didático-científica com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em razão do qual estão sendo ministrados, pelo INPA, Cursos de Pós-Graduação em Botânica, Ecologia, Entomologia e Ictiologia;

— Promoção da Reforma Universitária, a despeito de não dispor a Instituição de base física adequada, sabido que, como ainda hoje ocorre, as atividades didáticas e administrativas continuam dispersas em quase três (3) dezenas de prédios, localizados nos mais diferentes pontos da cidade;

— Promoção da unificação do Concurso Vestibular, colocando-o ao nível do que há de melhor no País;

— Instalação da Faculdade de Engenharia em prédio novo, cedido pelo Governo do Amazonas;

— Instalação da Biblioteca Central e reaparelhamento das bibliotecas setoriais, elevando de 2 para 28 o número de bibliotecários a serviço dos consulentes;

— Instalação do Setor de Processamento de Dados, que já tem a seu cargo a Administração Acadêmica e a Administração de Pessoal;

— Instalação dos Laboratórios de Resistência de Materiais, de Física e de Química, em área cedida pela Escola Técnica Federal do Amazonas;

— Elaboração do Plano Diretor do "campus" universitário, a nível de anteprojeto, trabalho submetido ao MEC em 1973;

— Regularização, com apoio financeiro do MEC, da situação do "campus" universitário, indenizando proprietários de terras expropriadas;

— Construção, com o apoio financeiro do Departamento de Educação Física e Desportos do MEC, da primeira etapa do Centro de Esportes, no "campus" universitário, compreendendo: a) prédio para salas de aulas; b) prédio para vestiários e cantina; c) piscina semi-olímpica; d) duas quadras polivalentes ao ar livre; e) campo de futebol e pista de atletismo; e início da construção do Ginásio de Esportes;

— Construção iniciada do novo ambulatório do Curso de Odontologia e da cantina da área de saúde;

— Construção, com apoio financeiro do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), das instalações provisórias para a Faculdade de Tecnologia e o Instituto de Ciências Exatas, ao lado do Centro de Esportes;

— Aquisição de três (3) prédios na cidade, onde se encontram instalados o Instituto de Ciências Exatas, os Cursos de Farmácia e Odontologia e o Departamento de Material;

— Instalação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária — CRUTAC —, na cidade de Coari, neste Estado;

— Capacitação, a partir de 1973, do pessoal docente, em centros de pós-graduação nacionais e estrangeiros, com os seguintes resultados práticos até o momento: passou-se de oito (8) docentes

especializados, em 1971, para trinta e dois (32) em 1976, enquanto que os docentes com mestrado passaram de dois (2), em 1971, para trinta e um (31), em 1976;

— O Estatuto da Universidade foi reformulado; tendo sido aprovado o Regimento Geral;

— Modernização administrativa da Universidade, particularmente nos campos da Administração Acadêmica, da Administração Financeira, da Administração de Material e da Administração de Pessoal.

Prestando nossa homenagem ao ex-Reitor Aderson Dutra e manifestando nossa confiança na sabedoria e operosidade do Professor Hamilton Mourão, estamos seguros de que a nossa Universidade continuará a se desenvolver, dentro dos superiores objetivos da formação de pessoal, para garantir o esforço do Governo de desenvolvê-la, revelando e mobilizando os seus extraordinários recursos. O Professor Otávio Mourão, além dos desafios normais que suscita o empolgante trabalho com a mocidade, deverá levar avante, como meta principal, a construção do "campus" universitário para que se alcance não só a necessária operacionalidade, mas a crescente qualificação do pessoal saído das nossas Escolas para aqueles objetivos maiores. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (AMARAL PEIXOTO) — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (ARENA — RJ) Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Acabo de receber o Relatório Geral de 1976 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, elaborado pela dinâmica educadora Professora Terezinha Saraiva, que vem imprimindo um ritmo de trabalho a esse órgão da Administração do Rio de Janeiro, digno não só de ser louvado, como ora o é feito por mim, através da tribuna do Senado, mas, também, de ser imitado pelas suas congêneres estaduais, já que a eficiência da ilustre educadora e mestra criou verdadeira filosofia no campo educacional.

Sr. Presidente, tão importante acho o presente relatório da Professora Terezinha Saraiva, que encaminho um exemplar do mesmo à Biblioteca do Senado da República, revelando, com esse gesto, merecida homenagem à eficiente e laboriosa educadora.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a extraordinária das 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 2, de 1977 (nº 20/77, na origem), de 18 de janeiro de 1977, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Sérgio Luiz Portella de Aguiar, Embaixador do Brasil junto ao Domínio de Trinidad-Tobago, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto a Granada.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos.)

ATA DA 13^a SESSÃO, EM 15 DE MARÇO DE 1977

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO PORTELLA

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Culmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Queríca — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Aecioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 2, de 1977 (nº 20/77, na origem), de 18 de janeiro de 1977, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Sérgio Luiz Portella de Aguiar, Embaixador do Brasil junto ao Domínio de Trinidad-Togobo, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto a Granada.

A matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos da alínea h do art. 402 do Regimento Interno, deverá ser apreciada em sessão secreta. Para que se cumpra o dispositivo regimental, solicito as providências necessárias dos Srs. Funcionários.

(A sessão torna-se secreta às 18 horas e 32 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 40 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os hospitais do município do Rio de Janeiro, bem como os Postos de Saúde, estão funcionando com uma deficiência de 40% de médicos e dentistas. Basta este dado para que nos apercebamos da gravidade do problema de saúde pública daquela cidade. O atendimento médico-hospitalar decai continuamente, ao mesmo tempo que muitos médicos se demitem, buscando outra forma de vida.

A imprensa focaliza constantemente problemas do setor na capital do Estado do Rio, em cujo interior a situação é igual ou pior.

Reclamações, denúncias e apelos de cariocas nos vêm em elevado número, na confirmação de que a cidade do Rio de Janeiro encontra-se em péssimas condições no tocante ao setor de Saúde.

Doutra forma não poderia ser. Médicos e dentistas da rede hospitalar e dos Postos de Saúde Pública percebem vencimentos de Cr\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos cruzeiros), muito abaixo do que qualquer trabalhador sem maior especialização. É um escândalo que médicos e dentistas percebam remuneração tão ínfima. Mais grave é que se trata de uma situação totalmente anômala e, assim, injustificável. Basta mencionar que um Torneiro-Mecânico, com apenas ensino ginásial, percebe, em Fornas, Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) por mês!

Sr. Presidente, evidente que com vencimentos humilhantes, o carioca jamais poderá dispor de assistência médica-hospitalar a que faz jus. É um procedimento desumano para com médicos e dentistas, como o é para com toda a população, pois todos se tornam vítimas desse absurdo.

Ninguém contestará que Cr\$ 2.600,00, mesmo acrescidos de 30%, nada representam para um médico ou odontólogo. Não há como dispor de pessoal em número adequado às necessidades da população carioca. Nem como exigir de profissionais tão infimamente remunerados que exerçam com satisfação sua profissão.

Nada justifica esse absurdo. Não se pode falar em dificuldades financeiras ou escassez de verbas, pois a saúde há de ter absoluta prioridade nas preocupações dos governantes. Eis porque me animo a formular um apelo ao Governador Faria Lima e ao Prefeito Marcos Tamoio no sentido de concederem *imediato e condigno* reajuste de vencimento aos abnegados médicos e dentistas dos hospitais cariocas e dos Postos de Saúde. Esta uma medida que se impõe até mesmo para preservação da administração do Estado e de sua capital. Não acredito que Governador e Prefeito menosprezem a saúde do carioca ao ponto de admitirem temerário despropósito.

Muitas as medidas que se fazem necessárias para o bom atendimento médico-hospitalar dos cariocas. Mas a primeira, mais importante e urgente, é a de assegurar a esses profissionais remuneração à altura de suas responsabilidades.

F vexatório essa situação a que acabo de me referir. Espero, Sr. Presidente, que meu apelo seja ouvido pelo Governador e pelo Prefeito, a fim de que ponham fim a absurdo que depõe contra o Estado e a cidade do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recentemente, o Presidente da Cia. Siderúrgica Nacional, Engenheiro Plínio Cantanhede, fez uma visita ao Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, o que agradou profundamente a liderança classista da área, de vez que, inegavelmente, o Presidente da CSN vem mantendo bom diálogo com os empregados.

Na oportunidade, a direção do Sindicato fez as seguintes reivindicações ao dirigente da Cia. Siderúrgica Nacional:

1) Situação do terreno doado pela CSN para a construção da nova sede do Sindicato;

2) Assuntos relativos à aposentadoria especial dos metalúrgicos que completarem 25 anos de serviço, inclusive serventes e ajudantes;

3) Pagamento da "girafa", em caso positivo, que seja efetuado no mês de maio — que tem o seu primeiro dia dedicado aos trabalhadores;

4) Aposentadoria de metalúrgicos que ingressaram na CSN em 1944, assim como a inclusão dos que ingressaram em 1945 e 1946, que estão com mais de 30 anos de trabalho naquela empresa, já que o Governo Federal visa a valorização do homem.

Além dessas reivindicações, existe uma que, por sinal, venho tratando seguidamente no Senado, que é a da aposentadoria aos 25 anos de serviço, com a inclusão das horas extras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte.

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1977, do Sr. Senador Braga Júnior, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Falácias de uma Crise", de autoria do Jornalista Edson Lobão.

— 2 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1976 (nº 1.214-C/75, na Casa de origem), que dispõe sobre a fabricação de detergentes não-biodegradáveis, nas condições que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 675, 676 e 677, de 1976, das Comissões:

— de Economia, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta;

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e do substitutivo da Comissão de Economia; e

— de Saúde, favorável ao substitutivo da Comissão de Economia.

— 3 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1976, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a dispensa de apresentação de atestado de vida, para efeito de recebimento de proventos, por parte dos aposentados de qualquer sistema, tendo

PARECERES, sob nºs 781 a 783, de 1976, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

— de Serviço Público Civil, favorável ao projeto; e

— de Legislação Social, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CCJ.

— 4 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 1976, do Sr. Senador Benjamim Farah, que dá nova redação ao § 1º, do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

PARECERES, sob nºs 989 e 990, de 1976, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável; e

— de Legislação Social, contrário.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)

CONSULTORIA-GERAL

INFORMAÇÃO N° 1/77

Excelentíssimo Senhor
Senador Petrônio Portella
DD. Presidente do Senado Federal

Cumprindo determinação de Vossa Excelência, prestamos, a seguir, as informações solicitadas à Presidência desta Casa pelo Ministro Antônio Neder, do Supremo Tribunal, atinentes ao § 1º do artigo 27 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e ao § 1º do artigo 75 da Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), cuja inconstitucionalidade foi argüida em Representação do Senhor Procurador-Geral da República junto àquela egrégia Corte.

II — No que tange à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), o que se pode informar é o que abaixo se segue.

Esse Código teve origem em projeto de iniciativa do Poder Executivo, tendo sido enviado ao Congresso Nacional pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, com a Mensagem nº 227/65, vinda ao Parlamento acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Milton Campos.

III — No projeto aprovado pela Câmara dos Deputados o dispositivo argüido de inconstitucional (§ 1º do artigo 27), do projeto do Poder Executivo, tinha a seguinte redação (§ 2º do artigo 29):

“Art. 29

§ 2º — No Distrito Federal, obedecidos requisitos estabelecidos no parágrafo anterior, o Procurador Regional Eleitoral será um dos Procuradores da Repúblicas de 1ª Categoria”.

IV — Vindo ao Senado, o Projeto recebeu numerosas Emendas, entre as quais a de nº 21 (correspondente à nº 91 de Plenário), assim alterando o § 2º do artigo 29:

“Exercerá as funções de Procurador Regional, junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, o Procurador Geral do Distrito Federal”.

V — Essa Emenda, aprovada pelo Senado Federal, foi aceita pela Câmara dos Deputados (Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara ao Senado em 8-7-65), incorporando-se, portanto, ao projeto.

O autor da Emenda foi o Senador Eurico Rezende, que a justificou dessa forma:

“1. O projeto que institui o Código Eleitoral, por ser lei federal, determina, no seu artigo 29, que “Servirá como Procurador Regional junto a cada Tribunal Regional o Procurador da República no respectivo Estado, e, onde houver mais de um, aquele que for designado pelo Procurador Geral da República”;

2. Todavia, no Distrito Federal, como é do atual Código Eleitoral (Lei nº 1.164, de 24-7-1950), funciona como Procurador Regional o Procurador Geral do Distrito Federal, ex vi do seu artigo 15, § 3º;

3. Da mesma forma, ainda em vigor, o Regimento Interno do Tribunal Regional do Distrito Federal (Resolução nº 57, de 11-4-1958) prescreve no seu artigo 28:

“Exercerá as funções de Procurador Regional, junto ao Tribunal, o Procurador Geral do Distrito Federal”

4. A razão é obvia: o Procurador Geral do Distrito Federal, que é também dos Territórios Federais, é cargo exercido em comissão, sendo da confiança imediata do Presidente da República e do titular da pasta da Justiça.

5. É, pois, um servidor federal, como o e o Procurador Geral da República, igualmente nomeado em comissão.

6. Assim, parece injusto que o Procurador Geral da República exerça as suas funções junto ao Tribunal Superior e o mesmo não ocorra com o Procurador Geral do Distrito Federal junto ao Tribunal Regional do Distrito Federal, como vem ocorrendo.

7. Desde a criação da Justiça Eleitoral, o Procurador Geral do Distrito Federal exerce as suas funções junto ao Tribunal Regional do Distrito Federal, pois é servidor federal.

8. Demais, não se justifica a designação de um dos Procuradores da República de 1^a categoria para funcionar no Tribunal Regional do Distrito Federal, quando, em Brasília, não há ainda, e sequer, eleições para vereadores. No momento, o Tribunal Regional do Distrito Federal está adstrito aos 3 Territórios Federais, onde só existem eleições para deputados federais, de 4 em 4 anos, e mesmo assim de um deputado para cada uma dessas 3 circunscrições federais.

9. O Procurador Geral do Distrito Federal, por ser, também, dos Territórios Federais, conhece, e bem, os seus problemas, uma vez que, pelo Decreto-lei nº 6.887, de 21-9-1944, é obrigado a fazer correção anual nesses mesmos Territórios (art. 146).

10. Exercendo as suas funções junto ao Tribunal Eleitoral, não acarreta ônus para o Tesouro Nacional, visto receber os seus vencimentos como Procurador Geral do Distrito Federal e Territórios.

11. Sob o ponto de vista pragmático, não se justifica a designação de um dos Procuradores da República, de 1^a categoria, para funcionar junto ao Tribunal Regional, quando, em Brasília, não há eleições gerais, por outro lado, repete-se, o Procurador Geral do Distrito Federal e Territórios conhece, com profundidade, por dever de ofício, os seus problemas.

12. Dessa forma, é justo se mantenha o princípio vigorante em nossa codificação, que sempre confiou ao Procurador Geral do Distrito Federal funções junto ao Tribunal Regional do Distrito Federal. E isso, além de coerente com as próprias funções do Procurador Geral do Distrito Federal, ainda constitui medida de economia para os cofres públicos, num momento de contenção de despesas, que repete a designação de um Procurador da República para ter juntas, exclusiva, em um Tribunal Regional de uma capital onde não há eleições.

Brasília, 25 de junho de 1965. — a) Senador **Eurico Rezende**

VI — O projeto, subindo à apreciação do Presidente da República, foi por este sancionado, em 15 de julho de 1965, transformando-se na Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), nela figurando, como § 1º do art. 27, a mencionada Emenda nº 21, do Senado.

VII — Relativamente à Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951, (Lei Orgânica do Ministério Público), cabe informar que, tal como o Código Eleitoral, decorreu de anteprojeto do Poder Executivo, enviado ao Congresso Nacional pelo Presidente Eurico Dutra em 9 de maio de 1950, instruído com Exposição de Motivos do Ministro da Justiça, Dr. Adroaldo Mesquita.

VIII — No referido anteprojeto, assim se dispunha no artigo 71, § 1º:

"Art. 71. Servirá como Procurador Regional junto a cada Tribunal o Procurador da República no Estado; havendo mais de um, aquele que for designado pelo Procurador Geral da República.

§ 1º No Distrito Federal o cargo será exercido pelo Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal".

Nem na Câmara dos Deputados, nem no Senado Federal, foi o dispositivo em apreço objeto de Emenda, pelo que, somente com a redação ligeiramente modificada, foi incluído no corpo da Lei, onde passou a constituir o § 1º do artigo 75, verbis:

"Art. 75.

§ 1º No Distrito Federal, serão as funções de Procurador Regional Eleitoral exercidas pelo Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal".

IX — Verifica-se, do exposto, que o Código Eleitoral (de 1965), por força de Emenda do Senado Federal, apenas repetiu preceito da Lei Orgânica do Ministério Público (de 1951), nesta inserido pelo Poder Executivo.

X — Estas, Senhor Presidente, as informações que pudemos colher nos processos legislativos referentes às duas leis citadas, naquilo que interessa ao pedido formulado pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Antônio Neder.

XI — Sem mais, renovamos a Vossa Excelência protestos de respeito e consideração.

Brasília, 14 de março de 1977. — **Paulo Nunes Augusto de Figueiredo**, Consultor Geral.

PARECER Nº 5/77

Sobre Contrato de Manutenção e Assistência Técnica de Máquinas Olivetti.

Encaminha-nos o Senhor Diretor-Geral, para exame, proposta para renovação do contrato da Olivetti do Brasil S/A, cobrindo assistência técnica das máquinas Olivetti, com vigência até 31 de dezembro do corrente ano, no valor total de Cr\$ 235.742,00.

II — Pretende-se, pois, uma renovação de contrato, isto é, um novo contrato com a Olivetti do Brasil S/A, para efeito de manutenção e assistência técnica das máquinas Olivetti, a valer até 31 de dezembro do corrente ano.

Trata-se, assim, de assunto vinculado ao Ato nº 9 da Comissão Diretora, que, por ele, baixou normas sobre licitação para obras e compras do Senado, e, embora emitindo-se quanto à contratação de serviços, não deixou a matéria em branco, pois determinou a aplicação Complementar do Decreto-lei nº 200, e este, em seu artigo 126, § 2º, letra d, expressamente prevê a dispensa de licitação.

"Na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, empresas ou representante comercial exclusivos, bem como na contratação de serviços com profissionais ou firmas de notória especialização."

III — No caso presente, a Olivetti do Brasil S/A é a fabricante e a distribuidora exclusiva das máquinas Olivetti, enquadrando-se, assim, no permissivo do disposto legal acima transcrita.

IV — A proibição de reajuste nos preços durante a vigência do Contrato, norma que o Senado houve por bem adotar, está implícita no Contrato, a ser resolvido, pelo Senado, em pagamento certo de duas parcelas, uma a 30-6-77 e outra a 30-12-77.

V — As cláusulas e condições de minuta sob exame são cláusulas uniformes, adotadas em todos os contratos realizados, para o mesmo fim, por aquela Firma, sendo, ademais, idênticas às do contrato anterior.

VI — Ante o exposto, se o Senhor Primeiro-Secretário, com apoio no artigo 126, § 2º, letra d, do Decreto-lei nº 200, dispensar, no caso, a licitação, o contrato poderá ser firmado, tal como proposto na minuta.

Brasília, 15 de março de 1977. — **Paulo Nunes Augusto de Figueiredo**, Consultor Geral.

PARECER Nº 6/77

Sobre minuta de "Acordo de Manutenção" apresentado pela "ICL do Brasil—Internacional Computadores Ltda", para assistência a duas máquinas Flexowriter, instaladas na Subsecretaria da Biblioteca.

A Senhora Diretora da Subsecretaria da Biblioteca encaminha, ao Senhor Diretor da Subsecretaria do Patrimônio, proposta da empresa em referência, "que irá substituir a Singer Business Machines no atendimento às duas máquinas Flexowriter utilizadas na duplicação de fichas catalográficas da Subsecretaria da Biblioteca". Refere-se ainda o expediente a uma proposta "para um comple-

to serviço de revisão em uma das máquinas acima mencionadas", salientando a urgência da sua execução.

II — A proposta para revisão em uma das máquinas não se encontra no processo. Assim, ater-nos-emos ao exame da minuta de "Acordo de Manutenção".

III — Trata-se de formulário impresso, típico dos contratos de adesão, em que se inserem cláusulas dignas de algumas observações, que se seguem:

a) o item 3, do verso do instrumento, prevê o atendimento a chamados, "dentro do expediente normal da ICL, sem cobrança adicional". Não se especifica qual seria o "expediente normal da ICL", e não consta, em nenhum documento integrante do processo, endereço da Empresa nesta Capital, havendo, em expediente de 1º-12-76, a indicação do endereço da sede, em São Paulo.

b) sob o título de exclusão de cobertura, se incluem "peças e acessórios de outra fabricação que não a ICL". Ora, pelo expediente de 1º-12-76, acostado ao processo, a proponente declara que "assumirá todas as responsabilidades, obrigações e direitos da Singer Business Machines" e que "dará completa continuidade aos negócios da Singer nas áreas de Marketing, suporte de Software e Serviço de Manutenção a todos as linhas de produtos até então

comercializados em nosso País pela Singer Business Machines". Logo, seria de conveniência, para maior clareza quanto à extensão das obrigações da proponente, que se elirisse do instrumento, na parte referente à exclusão de cobertura, a expressão "peças e acessórios de outra fabricação que não a ICL", porque ao se prender do documento a ICL, não é a fabricante ou distribuidora das máquinas, mas sucessora da Singer.

c) o critério de reajustamento pelos índices das ORTFNs é admitido pela Lei nº 6.205, devendo-se especificar, entretanto, que incidirá apenas sobre o saldo devedor existente.

d) sendo conhecido e determinado o horário de funcionamento das máquinas, deve ser excluída a cláusula de acréscimo de 50% no preço, a que se refere a última "observação" do verso do instrumento do acordo.

Com as ressalvas acima referidas não veímos óbice legal à assinatura do contrato, desde que o Senhor Primeiro-Secretário, usando a competência que lhe conferem o Ato nº 9, de 1973, da Comissão Diretora, e o artigo 126, parágrafo 2º, d, do Decreto-lei nº 200, haja, por bem, dispensar a licitação.

Brasília, 15 de março de 1977. — **Paulo Nunes Augusto de Figueiredo**, Consultor Geral.

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:
Mauro Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:

Altevir Leal (ARENA — AC)
Ruy Carneiro (MDB — PB)
Otair Becker (ARENA — SC)

**LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA**

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvídio Nunes
José Sarney
Mattos Leão
Osires Teixeira
Paulo Guerra
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

**LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA**

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Gilvan Rocha
Lázaro Barbosa
Danton Jóbim

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção Conjunta (Congresso Nacional)

Via-Superfície:	Via-Aérea:
Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00

Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:	Via-Aérea:
Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00

Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:	Via-Aérea:
Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00

Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

- nº 1, de 1969,**
- nº 2, de 1972,**
- nº 3, de 1972,**
- nº 4, de 1975,**
- nº 5, de 1975, e**
- nº 6, de 1976.**

EDIÇÃO 1976

(formato bolso)

130 páginas

Preço: Cr\$ 10,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRAZÍLIA — DF
acompanhados de *cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do*
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

furto de uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de Reembolso Postal

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações, introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

PREÇO: Cr\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Caixa Postal 1.203

Brasília DF

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS